

Oficina de Texto em Segurança Pública I

Volume Único

Flavia Medeiros
Luiz Carlos Ramiro Junior
Ronaldo Lobão





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Oficina de Texto em Segurança Pública I

Volume Único

Flavia Medeiros
Luiz Carlos Ramiro Junior
Ronaldo Lobão



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública

UFF - Pedro Heitor Barros Geraldo

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Flávia Medeiros

Luiz Carlos Ramiro Junior

Ronaldo Lobão

Coordenação de Desenvolvimento Instrucional

Cristine Costa Barreto

Supervisão de Desenvolvimento Instrucional

Flávia Busnardo

Desenvolvimento Instrucional e Revisão

Anna Maria Osborne

Cíntia Barreto

José Meyohas

Lívia Tafuri Giusti

Paulo Alves

Solange Nascimento Silva

Avaliação do Material Didático

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

Editor

Fábio Rapello Alencar

Revisão Linguística e Tipográfica

Equipe Cederj

Coordenação de Produção

Bianca Giacomelli

Programação Visual

Juliana Fernandes

Maria Fernanda de Novaes

Núbia Roma

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M488o2

Medeiros, Flávia.

Oficina de Texto em Segurança Pública I – v. único. / Flávia Medeiros, Luiz Carlos Ramiro Junior, Ronaldo Lobão. Rio de Janeiro: Cecierj, 2014.

248 p: il.

ISBN: 978-85-7648-962-7

I. Português. II. Textos. III. Tipos textuais. IV. Gêneros literários. 1. Ramiro Junior, Luiz Carlos. Lobão, Ronaldo. Título.

CDD: 469

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 – A importância da escrita na nossa sociedade	7
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 2 – O registro por escrito: informação, conhecimento e memória	27
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 3 – O escritor também é leitor: a importância da leitura para a produção de textos	49
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 4 – Compreensão, inteligibilidade e interpretação: (re)lendo textos	75
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 5 – Orações, frases, períodos e parágrafos: vamos por partes	95
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 6 – Tipos textuais I: normas e técnicas	117
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 7 – Tipos textuais II: o texto dissertativo/argumentativo, o texto injuntivo e o texto expositivo.....	143
<i>Flávia Medeiros / Luiz Carlos Ramiro Junior / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 8 – Gêneros textuais.....	183
<i>Flávia Medeiros / Ronaldo Lobão</i>	
Aula 9 – Gêneros literários	211
<i>Luiz Carlos Ramiro Junior / Ronaldo Lobão</i>	
Referências.....	241

Aula 1

A importância da escrita
na nossa sociedade

*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Meta

Apresentar a disciplina, levando em conta a importância do texto na vida cotidiana e como a escrita se constituiu como um sistema de organização social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da escrita no cotidiano de nossa sociedade, considerando as etapas de formação da escrita;
2. identificar os períodos históricos de formação da língua portuguesa e a relevância dos acordos ortográficos para a escrita;
3. avaliar como a escrita influencia na organização social.

Introdução

No nosso dia a dia, a todo tempo, convivemos com textos, mensagens, cartazes, sinalizações, documentos, legendas etc. A escrita faz parte do cotidiano da vida social e nos auxilia no desenvolvimento das relações entre as pessoas. A escrita também é uma ferramenta essencial para a vida profissional. Independentemente da área de trabalho, sempre será necessário ler e escrever.

Observe as imagens que seguem e veja qual das duas sinalizações é mais fácil de entender.



Figura 1.1: Complexo sistema de sinalização em uma rua da Alemanha.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Traffic_Light_German_Complex_With_Bicycles.jpg



Figura 1.2: Placa indicando pontos turísticos no Rio de Janeiro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Placa_rj2.jpg

A escrita serve para facilitar a comunicação, e em consequência, facilita o dia a dia de todos. Relatórios, orçamentos, formulários, artigos científicos e de opinião, ou ainda um lembrete, um e-mail ou um bilhete em forma de recado... Desde que se começou a organizar o pensamento por meio de registros, a escrita se desenvolveu e ganhou extrema relevância na organização da vida social.

A disciplina Oficina de Texto tem como objetivo aproximar o aluno do universo da leitura e da escrita, fazendo com que o texto, em suas diferentes formas, seja tomado como parte constituinte da vida cotidiana. Também é objetivo dessa disciplina o desenvolvimento correto e consistente da língua. Por isso, ao longo das aulas, discutiremos diversos aspectos que envolvem o uso das palavras e dos textos.

Nessa primeira aula, apresentaremos como se deu o surgimento da escrita e como esta se tornou parte essencial da organização de nossa sociedade. Além disso, identificaremos a história da nossa língua, o português, e como se deu o desenvolvimento da ortografia que utilizamos.

Surgimento da escrita

As letras são símbolos que possibilitam a representação visual de palavras e seu surgimento permitiu o desenvolvimento da escrita – considerada, junto ao fogo e à roda, uma das maiores invenções da humanidade. E a palavra escrita só é possível porque foi criado um código-alfabético possível de ser reproduzido e articulado de diferentes formas.

No entanto, a escrita tal como conhecemos não é a única forma de se comunicar textualmente. A escrita se utiliza do alfabeto, no qual as **letras** cumprem a função de sons e seus diversos encontros, de acordo com cada idioma, formam os chamados **fonemas**. Mas, ao longo de sua história, o homem desenvolveu uma série de formas diferentes de se comunicar.

No texto a seguir, o autor explicita formas utilizadas para representar graficamente a palavra e veremos como tem sido compreendida pelos estudiosos da língua a chamada “história da escrita”:

A história da escrita

A história da escrita vista no seu conjunto, sem seguir uma linha de evolução cronológica de nenhum sistema especificamente, pode ser caracterizada como tendo três fases distintas: a pictórica, a ideográfica e a alfabética.

Letra

Cada um dos sinais gráficos com que se representam os vocábulos de uma língua escrita.

Fonema

Unidade mínima distintiva no sistema sonoro de uma língua.

A fase pictórica se distingue pela escrita através de desenhos ou pictogramas. Estes aparecem em inscrições antigas, mas podem ser vistos de maneira mais elaborada nos cantos Ojibawa da América do Norte, na escrita asteca [...] e mais recentemente nas histórias em quadrinhos.

Os pictogramas não estão associados a um som, mas à imagem do que se quer representar. Consistem em representações bem simplificadas dos objetos da realidade.

A fase ideográfica se caracteriza pela escrita através de desenhos especiais chamados ideogramas. Esses desenhos foram ao longo de sua evolução perdendo alguns dos traços mais representativos das figuras retratadas e tornaram-se uma simples convenção de escrita. As letras do nosso alfabeto vieram desse tipo de evolução. Por exemplo, o a era a representação da cabeça de um boi na escrita egípcia [...]. O m era o desenho das ondas da água [...]. O o era a figura de um olho [...], e assim por diante.

As escritas ideográficas mais importantes são a egípcia (também chamada de hieroglífica), a mesopotâmica (suméria), a escrita da região do mar Egeu (por exemplo, a cretense) e a chinesa (de onde provém a escrita japonesa).

A fase alfabética se caracteriza pelo uso de letras. Estas tiveram sua origem nos ideogramas, mas perderam valor ideográfico, assumindo uma nova função de escrita: a representação puramente fonográfica. O ideograma perdeu seu valor pictórico e passou a ser simplesmente uma representação fonética.

Os sistemas mais importantes são o semítico, o indiano e o greco-latino. Deste último provém o nosso alfabeto (latino) e o cirílico (grego), que originou o alfabeto russo.

Antes que o alfabeto tomasse a forma que conhecemos atualmente, passou por inúmeras transformações. Primeiro surgiram os silabários, que consistiam num conjunto de sinais específicos para representar cada sílaba. Os desenhos usados referiam-se às características fonéticas das palavras.

Os fenícios utilizaram vários sinais da escrita egípcia formando um inventário muito reduzido de caracteres, cada qual escrevendo um consonantal. Dadas as características das línguas semíticas, não era muito importante escrever as vogais, sendo as palavras facilmente reconhecidas apenas pelas consoantes, como encontramos até hoje num dos modos como se pode escrever o árabe e o hebraico.

Os gregos adaptaram o sistema de escrita fenícia, ao qual juntaram as vogais, uma vez que, em grego, as vogais têm uma função linguística muito importante na formação e no reconhecimento de palavras. Assim, os gregos escrevendo consoantes e vogais

criaram o sistema de escrita alfabética. A escrita alfabética é a que apresenta um inventário menor de símbolos e permite a maior possibilidade combinatória de caracteres na escrita. Posteriormente, a escrita grega foi adaptada pelos romanos, e esta forma modificada constitui o sistema alfabético greco-latino de onde provém o nosso alfabeto [...] (CAGLIARI, 2001, p. 106-112).



Tom Photographer

Figura 1.3: Homem escrevendo um ideograma.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Van_Mieu_han_tu_5412916981_273dedbe99.jpg



Wilmato

Figura 1.4: Pintura rupestre de um pictograma.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pictogramas_cara_coli.jpg



Andrevruas

Figura 1.5: Pictograma e letras indicam a passarela aos pedestres.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedestre.jpg>

Pictogramas, ideogramas, letras... Como vimos no texto, a escrita como conhecemos hoje, que também pode ser chamada de **grafia**, é fruto de um processo histórico e uma das formas possíveis de se comunicar. Letras representam visualmente os sons, que por sua vez devem ser chamados de fonemas. Não confunda: letras são um fenômeno visual, fonemas um fenômeno sonoro! Assim: o fonema é a menor partícula auditiva e distintiva sonoramente de uma palavra. As letras, e suas junções, são as representações desses sons.

O alfabeto greco-romano – que é esse que utilizamos a todo tempo, inclusive neste livro – é um dos meios possíveis de representação dos sons através de sinais gráficos e permite registrar falas e ideias com precisão para aqueles que o compreendem.

Grafia

A palavra vem do grego γράφειν (*graphein*) e significa “maneira de escrever”, isto é, consiste na utilização de sinais por escrito para a expressão de ideias em forma de linguagem.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Como visto, a escrita tem uma história. Nesta atividade vamos analisar as três fases distintas na evolução da escrita. Correlacione as colunas de acordo com as características de cada uma dessas fases, justificando:

- (a) Pictórica
- (b) Ideográfica
- (c) Alfabética
- () Utiliza-se de sinais fonéticos que tiveram origem nos ideogramas.

- () Utiliza-se de imagens para representar, sem associação com o som.

- () Utiliza-se de desenhos especiais para representar.

Resposta Comentada

A fase pictórica é feita por desenhos – os chamados pictogramas. Os pictogramas não estão associados a um som, mas à imagem do que se quer representar. Já na fase ideográfica, a escrita era realizada através de desenhos especiais, os ideogramas, que deram origem às letras e aos fonemas, característica da última fase, a alfabética. Assim a resposta correta é:

- (c) Letras, que tiveram origem nos ideogramas.
- (a) Pictogramas, que simbolizavam coisas, não sons.
- (b) Os ideogramas eram desenhos que simbolizavam sons e originaram as letras.

A lógica da escrita

Obviamente, toda a constelação das instituições políticas e do comportamento modernos faz parte de uma tradição em desenvolvimento na qual as mudanças no modo de comunicação desempenham um papel importante (GOODY, 1986, p. 107).

Como a escrita influenciou a orientação política? Como as sociedades que possuem escrita diferem das que não a possuem?

Vimos que a escrita é essencial para a organização da nossa sociedade e, em consequência, do nosso dia e dia. Vimos também que a im-

portância da escrita tem uma história e que há sociedades em que a escrita se desenvolveu de forma distinta. Mas como, no que concerne à organização social, sociedades com e sem escrita diferem em seus meios de produção e comunicação?

Em sua “etnografia da escrita”, o antropólogo Jack Goody discute como os efeitos em longo prazo da escrita na organização de uma sociedade promovem mudanças significativas no desenvolvimento da comunicação. Para tanto, o autor analisa como as sociedades africanas que foram objeto de intervenções coloniais ao longo do século XX desenvolveram suas instâncias religiosas, econômicas, administrativas e jurídicas, tendo como foco de análise a lógica da escrita na organização social.

De acordo com o autor, o letramento permitiu o desenvolvimento de novas formas e novos conteúdos nas relações entre as pessoas e também possibilitou uma autonomia organizativa frente a outras formas de organização, o que, em consequência, gerou mais poder aos indivíduos e suas organizações.

Como demonstrado no breve trecho que inicia essa seção, a comunicação tal como é realizada pelas instituições das sociedades modernas é altamente dependente da lógica escrita. E as limitações que a comunicação oral coloca na organização da orientação política faz com que a escrita seja fundamental para o desenvolvimento de Estados burocráticos, muito embora formas relativamente complexas de governo sejam possíveis sem ela.

Assim, mesmo que a escrita não seja essencial para o desenvolvimento do Estado, ela é fundamental para um tipo: o Estado burocrático. Observe:

Um dos aspectos da introdução da escrita é a maior precisão que esta dá a ordens vinda de cima e a apelos vindos de baixo. É menos fácil fugir a uma ordem que foi posta por escrito e traz uma assinatura carregada de autoridade. Este “pôr por escrito” também significava que a responsabilidade de dar e receber ordens é mais altamente individualizada. Numa cadeia de mensagens orais (como acontece com os mitos e contos populares), a identidade do originador de uma ordem específica pode perder-se facilmente; tal ambiguidade pode servir para proteger o soberano (que “não pode cometer erros”) dos resultados de decisões infelizes. (...)

Em primeiro lugar, o conteúdo da tradição escrita (o que está armazenado por escrito) aumenta continuamente; não só o fi-

cheiro público se transforma num exemplar de arquivo, como as ideias, planos e ideologias recebem uma existência continuada ao serem postas por escrito, através do que adquirem uma certa imortalidade, formado ao mesmo tempo a base de formulação subsequentes, e possivelmente mais novas, destas ideias. Em segundo lugar, as mudanças na forma da escrita, bem como na sua difusão, tornaram-na mais acessível à maioria dos membros da sociedade. Em terceiro lugar, as suas utilizações proliferam com o tempo; a imprensa, a reprodução mecânica da palavra escrita, torna possível a difusão de informação acerca de acontecimentos e planos de ação. A escrita afeta o meio pelo qual o controle da orientação política é efetuado através do boletim de voto escrito e secreto, que é deliberadamente oposto ao gesto aberto da mão erguida ou à exclamação verbal como técnica verdadeiramente democrática, refletindo a opinião verbal dos membros individuais da sociedade, expressa sem medo ou parcialidade, em privado e não em público (GOODY, 1986, p. 146-147).

Como pudemos ler, a escrita era essencial para a organização de um certo tipo de Estado, o Estado burocrático. Neste tipo, podemos perceber claramente que a regulamentação de regras pressupõe a escrita como elemento transformador da relação entre governantes e governados.

Através do exemplo apresentado, o autor nos chama a atenção para a participação democrática na sociedade que está intrinsecamente relacionada ao domínio do código escrito para a realização do voto. O número de indivíduos registrados para fins eleitorais é estabelecido por métodos de recenseamento e a eleição se organiza utilizando símbolos gráficos. A inscrição dos eleitores e a contagem dos votos, por sua vez, é gerida por indivíduos letrados, capazes de identificar nas cédulas o conteúdo. Assim, o simples fato de o voto passar a ser uma ação secreta – em oposição às práticas próprias das sociedades orais, nas quais as votações se davam por “gesto aberto da mão erguida ou à exclamação verbal” – confere à organização das eleições, através do uso da escrita, uma qualidade verdadeiramente democrática, ao conferir aos envolvidos nesse processo segurança e imparcialidade.

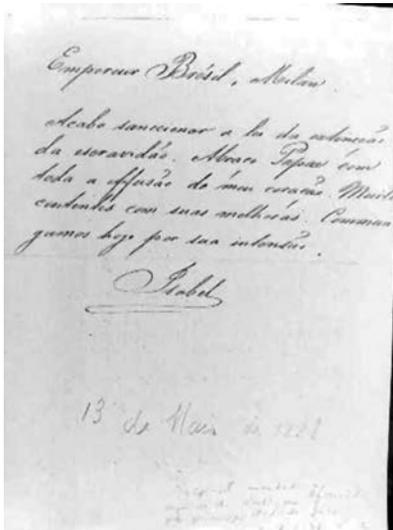


Figura 1.6: Bilhete da princesa Isabel informando a abolição da escravatura no Brasil.

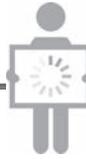
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bilhete_Isabel.jpg



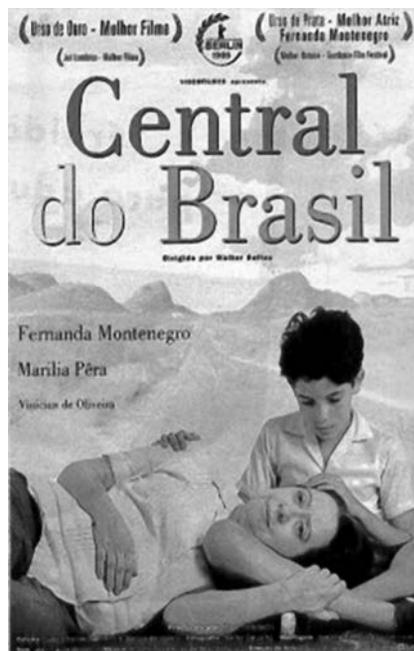
Analfabetismo no Brasil

De acordo com dados do IBGE de 2010, há 14 milhões de analfabetos com mais de 15 anos no Brasil, o que significa 9,3% da população. Tais indivíduos são incapazes de compreender as letras e, portanto, não são capazes de compreender os sons que o encontro das letras compõe, tendo que desenvolver outras formas de lidar com um mundo que cada vez mais apresenta as informações por escrito. Além disso, os analfabetos têm restrições no que concerne à sua participação política, não podendo se candidatar a cargos públicos e tendo o direito do voto como facultativo. Ver:

- <http://www.ufff.br/ladem/2012/02/24/analfabetismo-no-brasil-evidencia-desigualdades-sociais-historicas/>
- super.abril.com.br/cotidiano/defesa-eleicao-analfabetos-641267.shtml



O filme *Central do Brasil* (1998) é uma produção franco-brasileira e foi dirigido pelo brasileiro Walter Salles. O filme conta a história da amizade entre Dora (Fernanda Montenegro), uma mulher que trabalha na estação de trem Central do Brasil escrevendo cartas para pessoas analfabetas.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Central_do_Brasil_poster.jpg

Num dia de trabalho, Ana (Soia Lira) aparece com o filho Josué (Vinícius de Oliveira) pedindo que escrevesse uma carta para o seu marido, na qual dizia que Josué gostaria de visitá-lo um dia. Saindo da estação, Ana morre atropelada por um ônibus e Josué, com apenas 9 anos e sem ter para onde ir, se vê forçado a morar na estação. Com pena do garoto, Dora decide ajudá-lo e levá-lo até seu pai que mora no sertão nordestino. No meio desta viagem pelo Brasil, eles encontram obstáculos e descobertas, enquanto o filme revela como é a vida de pessoas que migram pelo país na tentativa de conseguir melhor qualidade de vida ou poder rever seus parentes deixados para trás.

O filme foi vencedor de diversos prêmios, incluindo o de melhor filme de 1998 no Festival Internacional de Cinema de Berlim e o Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro.

Como podemos ver, nos Estados burocráticos, a escrita está intimamente vinculada ao controle, promovendo o registro, a difusão e a expressão de opiniões de forma responsável e pública. Não se pretende afirmar que as sociedades orais não possuem meios seguros e democráticos de organização social. Ao contrário, o que se pretende enfatizar é que, em sociedades cuja organização social é de cunho burocrático, como a nossa, a escrita cumpre um papel não apenas de “acumular papel” ou “dar trabalho”, mas também de permitir que o trabalho seja feito de forma qualificada e responsável. Assim, a escrita é um importante meio de controle da administração sobre os agentes, bem como de comprovação dos resultados alcançados por estes mesmos agentes.

O que a introdução da escrita ajuda a fazer, contudo, é a tornar explícito o implícito e, ao fazê-lo, ampliar as possibilidades da ação social, por vezes expondo contradições tácitas e conduzindo assim a novas resoluções (e provavelmente a novas contradições), mas também criando tipos mais precisos de transação e relações (GOODY, 1986, p. 197).

===== **Atividade 2** =====

Atende ao Objetivo 3

Complete as frases, utilizando as palavras disponíveis nos quadros:

a) A escrita é o _____ pelo qual os Estados _____ registram e tornam o que é implícito, _____.

explícito – meio – burocráticos

b) Um dos efeitos da escrita é a _____ e a _____ de informações.

difusão – responsabilização

c) Ao considerar a importância da _____ na organização da _____, tiramos o foco dos meios e das relações de produção e enfatizamos os meios e as relações de _____.

sociedade – comunicação – escrita

Resposta Comentada

Os Estados burocráticos exercem controle sobre os indivíduos através de registros por escrito. Assim, a escrita tem tanto a função de difundir informações como de responsabilizar os indivíduos e o Estado frente às informações que estão registradas. É por isso que a escrita é um fator essencial na organização da sociedade, em especial a burocrática, que enfatiza como a comunicação é exercida entre indivíduos e entre estes e o Estado.



Atividade 3

Atende ao Objetivo 3

Como visto anteriormente, a escrita é fundamental para o desenvolvimento dos Estados burocráticos. Considerando a sua experiência profissional, apresente um exemplo da presença da escrita na burocracia estatal, explicando-o.

Resposta Comentada

São exemplos da presença da escrita na burocracia estatal: os talonários, boletins e registros de ocorrência realizados por guardas municipais, policiais militares e em delegacias, as multas, os informes e relatórios internos nas repartições, o *Diário Oficial*, os processos judiciais, os laudos periciais. Cada um deles, e tantos outros que existem, apresentam modos de funcionamento particulares que devem ser descritos e explicados ao responder a questão.

Aqui se fala português

Até agora vimos como a escrita se desenvolveu através da História e a sua importância para o desenvolvimento das sociedades e na organização dos Estados burocráticos. Porém, além da história geral sobre a escrita, cada língua tem sua história de formação específica, que se refere tanto ao seu modo de fala quanto a suas normas de escrita: a ortografia.

A língua que utilizamos é o português e, por isso, para escrevermos bem e compreendermos o que está nos textos, devemos conhecer a relação entre letras e sons e compreender como estes se articulam na palavra, de acordo com as normas ortográficas da língua portuguesa. É por isso que esse tópico é o que inicia nossa imersão na ortografia. Como primeiro passo, vejamos como se deu a formação da nossa língua, o português:

A língua portuguesa, surgida em 1200, apresenta três períodos históricos de desenvolvimento. A partir da análise empreendida por Cialdine Arruda (2012), conheceremos esses períodos e identificaremos melhor a história e a estrutura da nossa língua, na qual as palavras são representadas de modo fonético, porém com algumas influências etimológicas:

- *período fonético*: Esse período durou do nascimento da língua, em Portugal, até o século XIII, quando os primeiros textos em português passaram a ser escritos. Nesse período, a escrita era realizada por copistas e era fruto direto de como eram ouvidas e compreendidas as palavras. Em consequência, a ausência de padronização nos textos desse período os tornava de difícil compreensão.

Modernismo brasileiro

Movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade na primeira metade do século XX. Influenciado pelas tendências culturais e artísticas do Cubismo e do Futurismo (desenvolvidas na Europa antes da Primeira Guerra Mundial), esse movimento propunha novas linguagens (e, por isso, denominadas de modernas) colocadas pelos movimentos artísticos e literários, enfocando elementos da cultura brasileira. A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, é o ponto de partida do Modernismo no Brasil. São marcas deste movimento a liberdade de estilo e a aproximação com a linguagem falada. Oswald de Andrade foi um de seus principais expoentes, tendo escrito os dois principais manifestos do Movimento Modernista: o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” e o “Manifesto Antropófago”. Para saber mais sobre o movimento, vale conferir a série *Um só coração* e o filme *Eternamente Pagu*.

- *período pseudoetimológico*: Após o Renascimento Cultural, no século XV, literatos portugueses influenciados por esse movimento, sistematizaram a língua e criaram etimologias baseadas nas gramáticas gregas e latinas. Assim, complexificavam-se os registros, que se caracterizam pelos textos dos movimentos clássicos e pré-modernos em Portugal. O surgimento da imprensa nesse período auxiliou na difusão dessa ortografia.
- *período simplificado*: As ideias sobre a valorização de uma língua nacional, precipitadas no período anterior, se reforçaram com a introdução da República em Portugal. Já em 1904, o estudioso português Gonçalves Viana publicou o livro *Ortografia nacional* e, em 1909, o *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa*. Mas foi em 1911 que um grupo de filólogos se formou e elaborou o 1º Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, marco que dá início a esse período. Nessa época, o Brasil não aderiu ao acordo, e a língua portuguesa apresentava duas ortografias: a portuguesa e a brasileira.

No Brasil, como apresenta Carlos Vogt (1982), a “língua brasileira” se consolidou a partir dos anos 1920, com o chamado **Movimento Modernista**, que, entre suas características, tinha o nacionalismo. Houve também muitos batismos e muitos nomes: língua brasileira, língua nacional, idioma nacional, dialeto brasileiro, língua pátria, língua vernácula, além dos mais ousados: brasilina (...) e brasileiro (...).

Nesse período, era importante a consolidação de uma língua nacional, de um idioma brasileiro. Como demonstra o poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade (1925), o português falado no Brasil é específico:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

Ao invés de dar uma ordem (Dê-me um cigarro), se solicita (Me dá um cigarro). Esses modos antagônicos de colocação dos pronomes refletem dois modos distintos de estabelecer a comunicação. Um que segue a disciplina da gramática, oriunda do português de Portugal, e outro que é reflexo do uso espontâneo e cotidiano da língua tal como praticado no Brasil.

A partir de 1931, Brasil e Portugal, através da Academia de Ciências de Lisboa e a da Academia Brasileira de Letras, se reuniram com a finalidade de promover acordos ortográficos e assinaram diferentes acordos ortográficos.

Como fruto desse trabalho em parceria, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (<http://www.cplp.org/>) que, além de Portugal e do Brasil, tem em sua composição os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe.

O atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 1990, sendo a sua reforma mais recente iniciada em 2009. No Brasil, a obrigatoriedade das regras ortográficas dessa reforma teve início em janeiro de 2013. Desde então, todos os falantes e escritores da língua portuguesa espalhados pelo mundo estão sujeitos às mesmas normas ortográficas.



No Brasil, o Vocabulário da Língua Portuguesa é criado e mantido pela Academia Brasileira de Letras e reúne cerca de 381 mil vocábulos, suas classificações gramaticais e outras informações como formas irregulares e fonéticas. O Volp está disponível *online* através do *link*:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>

Atividade 4

Atende ao Objetivo 2

Cada língua apresenta uma história de formação específica e, com a língua portuguesa, não é diferente. Realize uma pesquisa sobre palavras em português que apresentam significados diferentes no Brasil e em Portugal e explique as diferenças entre elas.

Resposta Comentada

Diversas são as palavras que são utilizadas de maneira distinta, no Brasil e em Portugal. E mesmo que falemos a mesma língua, são os usos do idioma pelas pessoas no cotidiano que dão vida às palavras e conformam seus significados. É importante, portanto, estarmos atentos aos contextos de uso das palavras.

Conclusão

Mesmo que, habitualmente, a função central atribuída à escrita seja a de registro de informações e de desenvolvimento da burocracia, não se pode negar sua relevância para a difusão de informações e a construção de conhecimentos. O avanço das novas tecnologias e as interações entre diferentes suportes (por exemplo, papel, tela do computador, teclados de celular) e linguagens (verbal ou não verbal) tem permitido, inclusive, o aparecimento de formas coletivas de construção de textos.

Os instrumentos usados para se escrever e os suportes em que a escrita é registrada variaram muito ao longo da História. Embora, tradicionalmente, conceba-se que a escrita tem durabilidade enquanto a fala seria mais “volátil”, os instrumentos, suportes, as formas de circulação, bem como a função comunicativa do texto escrito, são determinantes para sua durabilidade ou não.

Na maioria das vezes, a intenção da escrita é a produção de textos que serão alvos da atividade de leitura. É por isso que, no uso corrente da língua, devemos estar atentos à sua importância e às suas regras. A presença das palavras, sejam elas faladas ou por escrito, faz parte do cotidiano e quanto mais as conhecemos, melhor fazemos uso delas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Desenvolva uma breve redação refletindo sobre a importância da escrita no seu cotidiano.

Resposta Comentada

Você deverá articular os conteúdos apresentados durante a aula com a sua própria experiência como leitor e escritor, refletindo sobre a presença e a relevância da escrita no dia a dia.

Resumo

A escrita é fruto de um processo histórico que se constituiu da necessidade humana de comunicar-se e, posteriormente, registrar o que se comunicava. Nesse sentido, a formação dos Estados burocráticos proporcionou uma maior regulação e regulamentação dos usos das palavras, difundindo informações e ampliando a participação de diferentes indivíduos na organização social.

Cada forma de desenvolvimento da fala e da escrita tem sua própria história, e com a língua portuguesa não é diferente. Assim, diversos foram as etapas e os acordos firmados para a consolidação da língua portuguesa, tal como a utilizamos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos como a escrita é um domínio de exercício de controle e poder bem como produz e é produto das verdades construídas pelos indivíduos, grupos sociais e pelo Estado. Também teremos lições sobre como escrever corretamente as palavras na língua portuguesa, de acordo com a ortografia. Até lá!

Aula 2

O registro por escrito: informação,
conhecimento e memória

*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Meta

Apresentar como a escrita é um instrumento de registro que permite a construção da verdade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar o ato da escrita como registro;
2. reconhecer a importância simbólica dos livros no registro escrito;
3. identificar formas de elaboração do registro escrito.

Introdução

Como vimos na aula anterior, em nossa vida social o texto está presente no cotidiano em diferentes momentos ou atividades. Escrever faz pensar e refletir, permitindo estabelecer relações sociais e expressar os pensamentos.

Nesta aula, iremos conhecer o debate sobre as distinções entre oralidade e escrita, e como a escrita pode ser vista como um dos meios de estender a memória, prolongar a reflexão e sistematizar o pensamento. Além disso, nesta aula, vamos destacar como a escrita serve para registro que possibilita o aprimoramento das atividades sociais e analisar como a escrita pode ser tomada como um instrumento de construção da verdade.

Fala versus escrita

Em *Nineteen Eighty-Four*, os livros, assim como tudo o que se refere ao registro escrito (documentos, revistas etc.) são adulterados. O passado é mudado constantemente, de acordo com o que mais aprouver, em defesa do Partido do “Grande Irmão” (Big Brother, como era chamado). Confissões são forjadas para incriminar pessoas que tentam se rebelar contra o modo de procedência do governo, livros literários, porta de entrada da cultura, são destruídos para que as pessoas não tenham acesso a eles. Após o processo de reescritura, os originais são colocados em um tubo pneumático para serem destruídos através do fogo (MICHALZECHEN, 2005, p. 2).

Imaginemos: se hoje desaparecessem revistas, jornais, livros etc., enfim, todas as representações escritas da língua... Provavelmente, a nossa vida viraria um caos, pois o conhecimento e a cultura, preservados através do registro escrito, e as formas de transmissão das informações, em grande parte, seriam eliminados. Haveria uma desorganização do pensamento e da vida em sociedade, além de um apagamento da memória da vida social. No livro *Nineteen Eighty-Four – 1984*, escrito por **George Orwell** (1949) e posteriormente analisado por Ilceia Michalzenchen (2005), é isso o que acontece.

É claro que a escrita não é a única forma que temos de nos comunicar. O importante de se ter em mente é que a linguagem escrita apresenta uma especificidade em relação aos outros tipos de linguagem, pois

George Orwell

Pseudônimo utilizado por Eric Arthur Blair (1903-1950), um escritor e jornalista inglês, cuja obra é marcada por uma inteligência perspicaz e bem-humorada, uma consciência profunda das injustiças sociais, uma intensa oposição ao totalitarismo e uma paixão pela clareza da escrita. Suas obras mais conhecidas são *Nineteen Eighty-Four – 1984* (1949) e *Animal Farm* (1945).

Juntas, estas obras venderam mais cópias do que os dois livros mais vendidos de qualquer outro escritor do século XX.

todas as escrituras apresentam um caráter que é estranho à linguagem falada. No primeiro tópico desta aula, iremos identificar como a escrita tem sido analisada em relação à fala por diferentes linguistas. Para a maioria deles, a escrita é uma linguagem endurecida, que vive de si mesma e por isso não está sujeita a uma duração que leve em conta a mobilidade. Isto é, a escrita fixa a linguagem, ao passo que a fala é a linguagem na sua forma fluida. Ao contrário da fala, a escrita impõe, pela unidade e pela marca construída por seus signos, a imagem de uma fala que é construída. Segundo **Roland Barthes** (1971, p. 31):

Roland Barthes **(1915-1980)**

Escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês que, ao longo de sua carreira, se deteve em analisar a produção escrita e a relação do escritor com o texto. Para uma breve análise biográfica do autor, consulte: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/roland-barthes-e-o-prazer-da-palavra/>.

O que opõe a escrita à fala é que a primeira *parece* [grifo do autor] sempre simbólica, introvertida, voltada ostensivamente para uma vertente secreta da linguagem, ao passo que a segunda não passa de uma duração de signos vazios, dos quais só o movimento é significativo.

De acordo com este trecho, o que Barthes propõe é analisar a fala como uma forma de linguagem fluida e, portanto, que não deixa marcas ou registros, enquanto a escrita é sempre simbólica, pois “as palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente em meio às significações novas. A escritura é precisamente esse compromisso entre uma liberdade e uma lembrança” (1971, p. 26).

Ronald W. **Langacker** **(1942)**

Linguista americano e professor emérito da Universidade da Califórnia, comumente conhecido com um dos fundadores da Linguística cognitiva e criador da Gramática cognitiva. Essa linha de abordagem sobre a linguagem propõe levar em conta fatores situacionais, biológicos, psicológicos, históricos e socioculturais como necessários e fundacionais na caracterização da estrutura linguística. Para saber mais sobre a abordagem de Ronald W. Langacker no campo dos estudos da Linguística cognitiva, ver: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo7.pdf>.

Assim, a importância da linguagem escrita explicita a relação que a sociedade moderna tem com as formas de produção tecnológicas contemporâneas, que são fruto dos processos de linguagem e registro que só conseguiram ter uma existência como a que temos atualmente devido às suas habilidades em fazer a documentação e preservação de mensagens linguísticas.

A contribuição do linguista **Ronald Langacker** (1972) colabora para que compreendamos a dimensão da importância da escrita. Este autor afirma que a tecnologia responsável pelos meios de comunicação eletrônica não existiria se o homem não tivesse antes aprendido a arte de escrever, para poder, através desta arte, acumular seus conhecimentos técnicos e científicos. Assim, a abordagem que esse autor propõe reforça o domínio cultural em torno da escrita como documentação histórica da realidade.

Langacker também chama a atenção para o lugar da fala e da escrita em relação à língua, dando destaque à duração que o registro escrito pode vir a ter:

A língua é a fala e a competência linguística subjacente à fala. A escrita não é mais do que uma representação gráfica secundária da fala, a qual goza de certos privilégios. Uma mensagem escrita é relativamente permanente, enquanto que a fala é totalmente efêmera. Uma vez emitida, uma mensagem oral se perde para sempre (embora as técnicas de gravação estejam até certo ponto modificando esta situação) (1972, p. 66).

Porém, nem sempre a escrita produziu documentos e teve maior valor do que a oralidade, tal como é em nossa sociedade. Quando a escrita ocupou o espaço da fala? A pesquisa realizada por **Jean Chevalier** e **Alain Gheerbrant** (2002), por exemplo, demonstra que o povo celta possuía escrita e isso é provado pelos documentos existentes e que falam sobre o mundo celta da Antiguidade.

Mas, diferentemente do comportamento das sociedades modernas, os celtas não davam valor absoluto de arquivo para os documentos escritos, nem mesmo os valorizavam quanto ao ensino por meio destes. Eles consideravam que o registro escrito não é passível de alteração, ficando definitivamente fixado. Todavia, o saber transmitido através da oralidade pode renovar-se a cada geração. Os autores destacam, assim, que mais do que oral ou escrito, o que importa é a linguagem, e também chamam atenção à importância do registro oral que se faz presente através, principalmente, da filosofia antiga e da religião, e dos exemplos de como Platão, Buda e Jesus Cristo não deixaram escritos e, mesmo assim, suas narrativas ainda estão presentes na história da humanidade.

Já o filósofo **Walter Benjamim** (1987) considera que o fim da narrativa oral ocorreu com o surgimento do romance. Destacando a presença do narrador como representante da própria experiência de forma coletiva da linguagem, o filósofo a contrapõe à figura do romancista, que trabalha com o indivíduo isolado e é incapaz de falar de sua experiência de forma exemplar. Para este filósofo, o livro é o registro escrito que se transforma para muitas pessoas em veículo para troca de experiências, de contato com o mundo ou de fuga dele. Embora atualmente este veículo esteja perdendo pouco a pouco o papel e a forma tradicionais para os avanços tecnológicos, ainda é um dos principais meios de registro e transmissão de linguagem.

Ao analisar a escrita no decorrer da história, **Roger Chartier** (2001) faz um relato sobre as grandes escritas epigráficas, sobre as quais já falamos na Aula 1, e que se veem na Roma antiga. Apesar de seu es-

Jean Chevalier (1906-1993)

Escritor e filósofo francês que, junto com o poeta e explorador **Alain Gheerbrant** (1920-2013), escreveu o *Dictionnaire des Symboles* (Dicionário dos símbolos), um trabalho enciclopédico de antropologia cultural, que descrevia o simbolismo de mitos, sonhos, gestos, figuras, formas e números na mitologia e no folclore popular.

Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-1940)

Nasceu numa família judaica. Na adolescência, participou do Movimento da Juventude Livre Alemã, de tendência socialista. Estudou filosofia e é considerado um dos mais importantes pensadores modernos. O que mais interessa na obra de Benjamin é a abordagem de temas concretos da literatura, da arte, das técnicas, da vida social etc., sem abandono do rigor conceitual. Para saber mais sobre o autor visite: <http://www.uesc.br/nucleos/nbweb/biografia.html>.

Roger Chartier (1945)

Historiador francês, vinculado à atual historiografia da Escola dos Annales. Ele trabalha sobre a história do livro, da edição e da leitura. Formou-se professor e historiador e pesquisa sobre a história da cultura e dos livros, a trajetória da leitura e da escrita como práticas sociais.

quecimento durante a Idade Média, essas escritas expressam claramente o poder nas monarquias da época moderna (século XVI a XVIII). Essas inscrições são muito interessantes pelo fato de não poderem ser lidas pela maioria do povo, uma vez que estão escritas em latim e também por se acharem colocadas a uma altura que o olhar normal não alcança. Para esse historiador, as inscrições “tornam visível o poder e delimitam um território marcado, apropriado pelo poder por meio da escrita” (CHARTIER, 2001, p. 24). Assim, ele afirma que, de acordo com os produtores de texto, o texto é dotado de ordem, disciplina e coação, transmitidos no ato de sua leitura, enquanto que a escrita encontra uma forma de fuga da ordem patriarcal, matrimonial ou familiar.

Como vimos nas abordagens dos diversos linguistas e filósofos da linguagem, a escrita exerce um forte poder sobre as pessoas. Alguns autores como Langacker, Barthes e Chartier consideram que o registro escrito é mais importante que o registro oral. Outros, como Chevalier e Gheerbrant, consideram que o registro oral é mais importante que o escrito. De qualquer forma, a relevância desses registros fica provada através dos referidos autores e também pelo fato de que os registros oral e escrito são formas complementares de comunicação e de preservação histórica e cultural.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao Objetivo 1

Agora que você já conheceu um pouco de cada perspectiva, está na hora da atividade. Para realizá-la, você deverá assistir ao filme *1984*, que será disponibilizado na plataforma. Após assisti-lo, você terá de desenvolver uma pesquisa na internet sobre, pelo menos, dois dos autores apresentados nesta aula. Após assistir ao filme e realizar a pesquisa, você deverá responder às perguntas a seguir:

1. Qual o nome completo dos autores selecionados?

2. Qual a nacionalidade dos autores?

Resposta Comentada

A maior parte das respostas para as questões está na própria aula. Cabe a você identificá-las e seguir os links apresentados ao longo do texto. Em relação às perguntas cujas respostas não se encontram no texto, você deverá pesquisá-las na internet, porque o objetivo deste conteúdo, mais do que fixar cada autor e cada linha argumentativa sobre o debate apresentado, é explicitar que há diferentes pontos de vista sobre a relevância dos registros orais e escritos. Em relação à questão 8, você deverá desenvolver suas capacidades criativas e de abstração, articulando o conteúdo da aula com a pesquisa realizada e o filme *1984*. A pesquisa irá contribuir para que você reflita sobre a complexidade do tema abordado.

O livro: memória, imaginação e registro

Dentre os instrumentos inventados pelo homem, o mais impressionante é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio e o telescópio são extensões da visão; o telefone uma extensão da voz e finalmente temos o arado e a espada, ambos extensões do braço. O livro, porém, é outra coisa. O livro é uma extensão da memória e da imaginação. (...) O livro é isto e muito mais, é também a imaginação. O que é o nosso passado senão uma série de sonhos? Afinal que diferença pode haver entre recordar sonhos e recordar o passado? A função do livro é recordar. (...) Quais são as palavras inseridas no livro? O que são estes símbolos mortos? É simplesmente um cubo de papel e couro, com folhas. Porém se o lermos ocorre uma coisa rara, creio que ele muda a cada momento. Heráclito disse (e tenho repetido isto em demasia) que nada se banha duas vezes no mesmo rio. Nada se baixa duas vezes no mesmo rio porque as águas mudam porém, o mais terrível, é que nós mesmos não somos menos fluidos que um rio. Cada vez que lemos um livro, o livro se modifica, a conotação das palavras é outra. (...) Os leitores acabam enriquecendo o livro. Se lemos um livro antigo, é como se o tivéssemos lido durante todo o tempo transcorrido entre o dia que foi escrito e o nosso tempo. Por isto convém manter o culto ao livro. O livro pode estar cheio de erratas, podemos não concordar com as opiniões do autor, porém ele conserva algo de sagrado, de divino, não de modo supersticioso, mas com o desejo de encontrar a felicidade, de encontrar a sabedoria. Isto é o que queria dizer-lhes hoje (BORGES, 1985).



Lin Kristensen

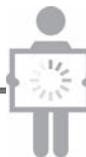
Figura 2.1: O livro, para Jorge Luis Borges é o mais impressionante instrumento inventado pelo homem.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Old_books_-_Stories_From_The_Past.jpg

Além deste livro, você está lendo algum livro no momento? Se sim, qual? E, ao olhar para este livro, o que você sente? Como você pode defini-lo?

O livro é tido como o símbolo da cultura. Fonte de conhecimento e também de lazer, é um produto intelectual ao mesmo tempo em que é um dos principais objetos de consumo do nosso tempo, um tipo de publicação que pode ser individual e, portanto, monográfica, ou coletiva. Nele são inscritas, registradas e armazenadas informações, narrativas, memórias, documentos etc.

Assim como a linguagem, e a escrita (que vimos na primeira aula), o livro também tem uma história. Essa, por sua vez, está vinculada tanto aos processos de inovações técnicas na produção dos suportes para impressão da escrita, quanto aos processos e meios de desenvolvimento da própria linguagem e da necessidade de criação e manutenção dos registros escritos.



A história dos processos de inovação técnica na produção de livros é longa e complexa. Para saber mais sobre este assunto, pesquise em:

<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco24out/vai-para.php?materia=0varia>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_livro

Jorge Luis Borges (1899-1986)

Escritor e crítico literário argentino de fama internacional, cuja obra se destaca por abordar temáticas como filosofia, metafísica, mitologia e teologia, em narrativas fantásticas onde figuram os “delírios do racional”, expressos em labirintos lógicos e jogos de espelhos. Ao mesmo tempo, Borges também abordou a cultura dos Pampas argentinos. Mesmo após a cegueira vinda com a idade, manteve o prazer e a paixão pelos livros até o fim de sua vida. Para saber mais, acesse: <http://educacao.uol.com.br/biografias/jorge-luis-borges.jhtm>; e veja: http://www.youtube.com/watch?v=2gu9l_TqS8I.

Para o literato argentino **Jorge Luis Borges**, autor do trecho que inicia esta sessão de nossa aula, o livro é uma libertação das consciências de cada ser humano.

Borges também indica que o ato de ler é, de certa maneira, o envolvimento dos sentidos no desempenho da leitura acompanhado de uma intimidade com o livro. Seja através do *tato*, ao folhear-se o livro, passar a mão sobre a encadernação e as figuras ou do *olfato*, no prazer de sentir o cheiro do papel, da cola, da tinta, ou, ainda, da *audição*, pelo gosto de ler em voz alta determinadas passagens da obra. E até mesmo do *paladar*, quando se umedece a ponta dos dedos com a língua no intuito de facilitar o seu folhear. Todas essas formas de relação íntima como o livro, é claro, se encontram com a forma mais absoluta dessa relação que é a da visão.

Considera-se que o livro busca registrar a memória e o pensamento das pessoas, assim como os seus avanços. Embora nem tudo o que esteja escrito em um livro seja a mais pura verdade, a sua destruição ocasionará um rompimento com o passado e com tudo o que estava preso a ele. Mas a verdade não está escrita unicamente nos livros. O saber humano pode estar arquivado na memória das pessoas como se fosse um livro, para mais tarde ser transmitido oralmente. Mas, o mais importante de tudo acerca dos livros é a preservação do saber humano e a condução deste saber em benefício das pessoas.

Foi tendo essas ideias em mente que Borges escreveu “A Biblioteca de Babel” (1944), que leremos no boxe a seguir.



A Biblioteca de Babel

O UNIVERSO (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, veem-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente.

A distribuição das galerias é invariável. Vinte prateleiras, em cinco longas estantes de cada lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é a dos andares, excede apenas a de um bibliotecário normal.

Uma das faces livres dá para um estreito vestíbulo, que desemboca em outra galeria, idêntica à primeira e a todas. À esquerda e à direita do vestíbulo, há dois sanitários minúsculos. Um permite dormir em pé; outro, satisfazer as necessidades físicas. Por aí passa a escada espiral, que se abisma e se eleva ao infinito.

No vestíbulo, há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para quê essa duplicação ilusória?), prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito...

A luz procede de algumas frutas esféricas que levam o nome de lâmpadas. Há duas em cada hexágono: transversais. A luz que emitem é insuficiente, incessante. Como todos os homens da Biblioteca, viajei na minha juventude; peregrinei em busca de um livro, talvez do catálogo de catálogos; agora que meus olhos quase não podem decifrar o que escrevo, preparo-me para morrer; a poucas léguas do hexágono em que nasci.

Morto, não faltarão mãos piedosas que me joguem pela balaustrada; minha sepultura será o ar insondável; meu corpo cairá demoradamente e se corromperá e dissolverá no vento gerado pela queda, que é infinita. Afirmo que a Biblioteca é interminável.

Os idealistas argüem que as salas hexagonais são uma forma necessária do espaço absoluto ou, pelo menos, de nossa intuição do espaço. Alegam que é inconcebível uma sala triangular ou pentagonal. (Os místicos pretendem que o êxtase lhes revele uma câmara circular com um grande livro circular de lombada contínua, que siga toda a volta das paredes; mas seu testemunho é suspeito; suas

palavras, obscuras. Esse livro cíclico é Deus.) Basta-me, por ora, repetir o preceito clássico: “A Biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono, cuja circunferência é inacessível”.

A cada um dos muros de cada hexágono correspondem cinco estantes; cada estante encerra trinta e dois livros de formato uniforme; cada livro é de quatrocentas e dez páginas; cada página, de quarenta linhas; cada linha, de umas oitenta letras de cor preta.

Também há letras no dorso de cada livro; essas letras não indicam ou prefiguram o que dirão as páginas. Sei que essa incoerência, certa vez, pareceu misteriosa. Antes de resumir a solução (cuja descoberta, apesar de suas trágicas projeções, é talvez o fato capital da história), quero rememorar alguns axiomas.

O primeiro: a Biblioteca existe *ab aeterno*. Dessa verdade, cujo corolário imediato é a eternidade futura do mundo, nenhuma mente razoável pode duvidar. O homem, o imperfeito bibliotecário, pode ser obra do acaso ou dos demiurgos malévolos; o Universo, com seu elegante provimento de prateleiras, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, somente pode ser obra de um deus.

Para perceber a distância que há entre o divino e o humano, basta comparar esses rudes símbolos trêmulos que minha falível mão garatuja na capa de um livro, com as letras orgânicas do interior: pontuais, delicadas, negríssimas, inimitavelmente simétricas.

O segundo: o número de símbolos ortográficos é vinte e cinco. Essa comprovação permitiu, depois de trezentos anos, formular uma teoria geral da Biblioteca e resolver satisfatoriamente o problema que nenhuma conjectura decifrara: a natureza disforme e caótica de quase todos os livros.

Um, que meu pai viu em um hexágono do circuito quinze noventa e quatro, constava das letras M C V perversamente repetidas da primeira linha até à última. Outro (muito consultado nesta área) é um simples labirinto de letras, mas a página penúltima diz “Oh, tempo tuas pirâmides”.

Já se sabe: para uma linha razoável com uma correta informação, há léguas de insensatas cacofonias, de confusões verbais e de incoerências. (Sei de uma região montanhosa cujos bibliotecários repudiam o supersticioso e vão costume de procurar sentido nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão... Admitem que os inventores da escrita imitaram os vinte e cinco símbolos naturais, mas sustentam que essa aplicação é casual, e que os livros em si nada significam. Esse ditame, já veremos, não é completamente falaz.)

Durante muito tempo, acreditou-se que esses livros impenetráveis correspondiam a línguas pretéritas ou remotas. É verdade que os homens mais antigos, os primeiros bibliotecários, usavam uma linguagem assaz diferente da que falamos agora; é verdade que algumas milhas à direita a língua é dialetal e que noventa andares mais acima é incompreensível.

Tudo isso, repito-o, é verdade, mas quatrocentas e dez páginas de inalteráveis M C V não podem corresponder a nenhum idioma, por dialetal ou rudimentar que seja. Uns insinuaram que cada letra podia influir na subsequente e que o valor de M C V na terceira linha da página 71 não era o que pode ter a mesma série noutra posição de outra página, mas essa vaga tese não prosperou. Outros pensaram em criptografias; universalmente essa conjectura foi aceite, ainda que não no sentido em que a formularam seus inventores.

Há quinhentos anos, o chefe de um hexágono superior deparou com um livro tão confuso quanto os outros, porém que possuía quase duas folhas de linhas homogêneas. Mostrou o seu achado a um decifrador ambulante, que lhe disse que estavam redigidas em português; outros lhe afirmaram que em ídiche. Antes de um século pôde ser estabelecido o idioma: um dialeto samoiedo-lituano do guarani, com inflexões de árabe clássico.

Também decifrou-se o conteúdo: noções de análise combinatória, ilustradas por exemplos de variantes com repetição ilimitada. Esses exemplos permitiram que um bibliotecário de gênio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto.

Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: “Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”. Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas.

Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basíliades, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpolações de cada livro em todos os livros; o tratado que Beda pôde escrever (e não escreveu) sobre a mitologia dos saxões, os livros perdidos de Tácito.

Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: em algum hexágono o Universo estava justificado, o Universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança.

Naquele tempo falou-se muito das Vindicações: livros de apologia e de profecia, que para sempre vindicavam os atos de cada homem do Universo e guardavam arcanos prodigiosos para seu futuro. Milhares de cobiçosos abandonaram o doce hexágono natal e precipitaram-se escadas acima, premidos pelo vão propósito de encontrar sua Vindicação.

Esses peregrinos disputavam nos corredores estreitos, proferiam obscuras maldições, estrangulavam-se nas escadas divinas, jogavam os livros enganosos no fundo dos túneis, morriam despenhados pelos homens de regiões remotas. Outros enlouqueceram... As Vindicações existem (vi duas que se referem a pessoas do futuro, a pessoas talvez não imaginárias), mas os que procuravam não recordavam que a possibilidade de que um homem encontre a sua, ou alguma pérfida variante da sua, é computável em zero.

Também se esperou então o esclarecimento dos mistérios básicos da humanidade: a origem da Biblioteca e do tempo. É verossímil que esses graves mistérios possam explicar-se em palavras: se não bastar a linguagem dos filósofos, a multiforme Biblioteca produzirá o idioma inaudito que se requer e os vocabulários e gramáticas desse idioma. Faz já quatro séculos que os homens esgotam os hexágonos...

Existem investigadores oficiais, inquisidores. Eu os vi no desempenho de sua função: chegam sempre estafados; falam de uma escada sem degraus que quase os matou; falam de galerias e de escadas com o bibliotecário; às vezes, pegam o livro mais próximo e o folheiam, à procura de palavras infames. Visivelmente, ninguém espera descobrir nada.

A desmedida esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva. A certeza de que alguma prateleira em algum hexágono encerrava livros preciosos e de que esses livros preciosos eram inacessíveis afigurou-se quase intolerável. Uma seita blasfema sugeriu que cessassem as buscas e que todos os homens misturassem letras e símbolos, até construir, mediante um improvável dom do acaso, esses livros canônicos.

As autoridades viram-se obrigadas a promulgar ordens severas. A seita desapareceu, mas na minha infância vi homens velhos que demoradamente se ocultavam nas latrinas, com alguns discos de metal num frito proibido, e debilmente arremedavam a divina desordem.

Outros, inversamente, acreditaram que o primordial era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com fastio um volume e condenavam prateleiras inteiras: a seu furor higiênico, ascético, deve-se a insensata perda de milhões de livros. Seu nome é execrado, mas aqueles que deploram os “tesouros” destruídos por seu frenesi negligenciam dois fatos notórios.

Um: a Biblioteca é tão imensa que toda redução de origem humana resulta infinitesimal. Outro: cada exemplar é único, insubstituível, mas (como a Biblioteca é total) há sempre várias centenas de milhares de fac-símiles imperfeitos: de obras que apenas diferem por uma letra ou por uma vírgula. Contra a opinião geral, atrevo-me a supor que as consequências das depredações cometidas pelos Purificadores foram exageradas graças ao horror que esses fanáticos provocaram. Urgia-lhes o delírio de conquistar os livros do Hexágono Carmesim: livros de formato menor que os naturais; onipotentes, ilustrados e mágicos.

Também sabemos de outra superstição daquele tempo: a do Homem do Livro. Em alguma estante de algum hexágono (raciocinaram os homens) deve existir um livro que seja a cifra e o compêndio perfeito de todos os demais: algum bibliotecário o consultou e é análogo a um deus.

Na linguagem desta área persistem ainda vestígios do culto desse funcionário remoto. Muitos peregrinaram à procura d’Ele. Durante um século trilharam em vão os mais diversos rumos. Como localizar o venerado hexágono secreto que o hospedava? Alguém propôs um método regressivo: Para localizar o livro A, consultar previamente um livro B, que indique o lugar de A; para localizar o livro B, consultar previamente um livro C, e assim até o infinito...

Em aventuras como essas, prodigalizei e consumi meus anos. Não me parece inverossímil que em alguma prateleira do Universo haja um livro total; rogo aos deuses ignorados que um homem – um só, ainda que seja há mil anos! – o tenha examinado e lido. Se a honra e a sabedoria e a felicidade não estão para mim, que sejam para outros. Que o céu exista, embora meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que num instante, num ser, Tua enorme Biblioteca Se justifique.

Afirmam os ímpios que o disparate é normal na Biblioteca e que o razoável (e mesmo a humilde e pura coerência) é quase milagrosa exceção. Falam (eu o sei) de “a Biblioteca febril, cujos fortuitos volumes correm o incessante risco de transformar-se em outros e que tudo afirmam, negam e confundem como uma divindade que delira”.

Essas palavras, que não apenas denunciam a desordem mas que também a exemplificam, provam, evidentemente, seu gosto pés-

simo e sua desesperada ignorância. De fato, a Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variantes que permitem os vinte e cinco símbolos ortográficos, porém nem um único disparate absoluto. Inútil observar que o melhor volume dos muitos hexágonos que administro intitula-se Trono Penteado, e outro A Cãibra de Gesso e outro Axaxaxas mlö.

Essas proposições, à primeira vista incoerentes, sem dúvida são passíveis de uma justificativa criptográfica ou alegórica; essa justificativa é verbal e, *ex hypothesi*, já figura na Biblioteca. Não posso combinar certos caracteres que a divina Biblioteca não tenha previsto e que em alguma de suas línguas secretas não contenham um terrível sentido. Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja cheia de ternuras e de temores; que não seja em alguma dessas linguagens o nome poderoso de um deus. Falar é incorrer em tautologias.

Esta epístola inútil e palavrosa já existe num dos trinta volumes das cinco prateleiras de um dos incontáveis hexágonos – e também sua refutação. (Um número n de linguagens possíveis usa o mesmo vocabulário; em alguns, o símbolo biblioteca admite a correta definição ubíquo e perdurável sistema de galerias hexagonais, mas biblioteca é pão ou pirâmide ou qualquer outra coisa, e as sete palavras que a definem tem outro valor. Você, que me lê, tem certeza de entender minha linguagem?)

A escrita metódica distrai-me da presente condição dos homens. A certeza de que tudo está escrito nos anula ou nos fantasmagoriza. Conheço distritos em que os jovens se prostram diante dos livros e beijam com barbárie as páginas, mas não sabem decifrar uma única letra.

As epidemias, as discórdias heréticas, as peregrinações que inevitavelmente degeneram em bandoleirismo, dizimaram a população. Acredito ter mencionado os suicídios, cada ano mais frequentes. Talvez me enganem a velhice e o temor, mas suspeito que a espécie humana – a única – está por extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.

Acabo de escrever infinita. Não interpolei esse adjetivo por costume retórico; digo que não é ilógico pensar que o mundo é infinito. Aqueles que o julgam limitado postulam que em lugares remotos os corredores e escadas e hexágonos podem inconcebivelmente cessar – o que é absurdo. Aqueles que o imaginam sem limites esquecem que os abrange o número possível de livros.

Atrevo-me a insinuar esta solução do antigo problema: a Biblioteca é ilimitada e periódica. Se um eterno viajante a atravessasse em qualquer direção, comprovaria ao fim dos séculos que os

mesmos volumes se repetem na mesma desordem (que, reiterada, seria uma ordem: a Ordem). Minha solidão alegre-se com essa elegante esperança.

Fonte: BORGES, J. L. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/site/cafeliterario/a-biblioteca-de-babel-jorge-luis-borges/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

Esse conto, que pode ser considerado essencialmente metafísico, descreve um mundo constituído por uma biblioteca infindável que abriga, por sua vez, uma infinidade de livros. O narrador da história é um dos muitos bibliotecários existentes na Biblioteca, e supõe que os seus volumes contêm todas as possibilidades da realidade. No entanto, alguns textos não fazem o menor sentido, ou o fazem numa língua há muito desconhecida. Outros são meras repetições de uma mesma palavra. Busca-se, assim, alguém que decifre as mensagens contidas nos misteriosos volumes, e esse seria o correspondente a um deus. O conto de Borges, portanto, trata de uma grande metáfora em que mundo e literatura se confundem. Ao mesmo tempo em que ler um texto é tentar decifrá-lo, o próprio mundo está impregnado de linguagem, logo a própria realidade pode ser considerada como uma grande biblioteca cheia de textos à espera de quem os decifre.

==== **Atividade 2** =====

Atende ao Objetivo 2

Você está lendo algum livro no momento, ou lembrou-se de algum livro que o tenha marcado? Produza uma breve resenha sobre um livro que esteja lendo no momento, ou algum livro que tenha sido importante para você.

Resposta Comentada

Nesta atividade, você deverá desenvolver um texto expositivo sobre algum livro, à sua escolha. O objetivo da atividade é produzir a sua reflexão, de modo que se articulem ideias e memórias sob a forma de registro escrito. Caso você não se lembre ou não tenha lido nenhum livro recentemente, também poderá resenhar o conto “A Biblioteca de Babel”. O professor que irá avaliar a atividade deve levar em conta a capacidade descritiva, a norma culta da língua, a coerência e a coesão textual.

Como registrar por escrito?

(...) Assim sendo, em um primeiro momento, qualquer redator deve motivar-se a partir da leitura de bons textos para, com base no “velho”, criar o novo. Ele deve saber que, só depois do entendimento da ideias as quais vai expor, é-lhe possível extrapolar e criar seu texto, segundo um plano pré-elaborado, uma vez que todas as nossas ações corriqueiras são, normalmente, planejadas. A escrita é, pois, um ato corriqueiro (FAULSTICH, 2010, p. 9).

Como vimos, a linguagem pode ser exercida tanto de forma falada quanto escrita. À guisa de elaboração de registros, no entanto, esta é tradicionalmente feita por escrito e, apesar de contemporaneamente termos acesso a tecnologias que permitem diferentes formas de produção de registros orais e, até mesmo, audiovisuais, como gravadores, televisão e celular, são os registros escritos que ainda têm maior importância no que se refere à elaboração de dados, documentos, na comunicação e na preservação da memória.

Agora que já identificamos diferentes perspectivas sobre a importância do registro escrito e nos aprofundamos na relevância do livro e

dos registros para o estabelecimento de relações sociais, iremos explorar possíveis formas de se estabelecer um registro por escrito e, em especial, como planejar a elaboração de um texto.

Os registros podem ser: de planejamento, de avaliação, de controle etc. Pense: quais são as diferentes finalidades que levam você a anotar algo em um pedaço de papel? Alguns registros são mais usados, como os diários, que, pela sua flexibilidade, permitem cobrir diversos propósitos. Eles podem ser um documento pessoal para descarregar as próprias tensões; um instrumento de observação, que sirva de espaço para documentar as situações relevantes; um dispositivo que auxilie no planejamento do trabalho; ou um recurso de investigação.

O importante é fixarmos que o registro escrito é a utilização seletiva de uma linguagem para adaptar a expressão a um determinado público ou a uma finalidade específica. Em relação ao público, é importante destacar que as escolhas se dão tanto a partir de quem é o autor do registro escrito, mas – e principalmente – receptor: se é uma pessoa próxima, ou um desconhecido, uma criança ou uma pessoa mais velha, um superior hierárquico ou um subordinado, e segundo a sua idade, meio social e nível cultural.

Quanto à finalidade, o registro escrito é sempre resultado de escolhas, tanto lexicais – que se referem às palavras que foram usadas – quanto sintáticas – que se referem à estrutura das frases. Essas escolhas também são reflexo do tom que o autor do registro deseja imprimir e o grau de conhecimento e liberdade que se tem em relação às regras da língua, o que permite ao autor do registro ajustar a comunicação de acordo com a situação que se apresente.

A linguagem escrita pode ter seu registro realizado de forma literária, formal, informal ou pessoal. Outra classificação, simplificada, é a distinção entre linguagem formal e informal, válida tanto para a língua falada quanto para a escrita.

Conclusão

Nesta aula, vimos que as abordagens dos diversos linguistas e filósofos da linguagem demonstram como a escrita exerce poder sobre a sociedade. Enquanto Chevalier e Gheerbrant consideram que o registro oral é mais importante que o escrito, autores como Langacker, Barthes e Chartier consideram que o registro escrito é mais importante que o re-

Resumo

Escrita é fruto das relações de poder. Há autores que consideram que o registro escrito é mais importante que o registro oral. O importante é fixar que os registros, sejam eles orais ou escritos, são formas de comunicação e de preservação histórica e cultural. Nesse sentido, o livro é uma das principais formas de consolidar os registros. Sejam livros, sejam outras formas de construir registros, quaisquer registros escritos são resultado de um processo de escolhas que envolvem tanto o transmissor quanto o receptor e também o contexto do registro e os seus meios de transmissão.

Leituras recomendadas

BUENO, Fernando Radin. Caos, complexidade e 1984. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/george-orwell/2004-09-caos-1984.html>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PINTO, Julio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SILVINO, Leonardo. George Orwell e o mundo de 2084. *EconomiaNet*, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/colunas/silvino/01orwell.shtml?id602>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

Aula 3

O escritor também é leitor: a importância da leitura para a produção de textos

*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Meta

Demonstrar a relevância da intertextualidade na produção textual.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os papéis sociais articulados ao redor de um texto;
2. relacionar o conceito de intertextualidade com o processo acadêmico de aprendizagem;
3. refletir sobre a multiplicidade dos processos de transmissão acadêmica do conhecimento.

Introdução

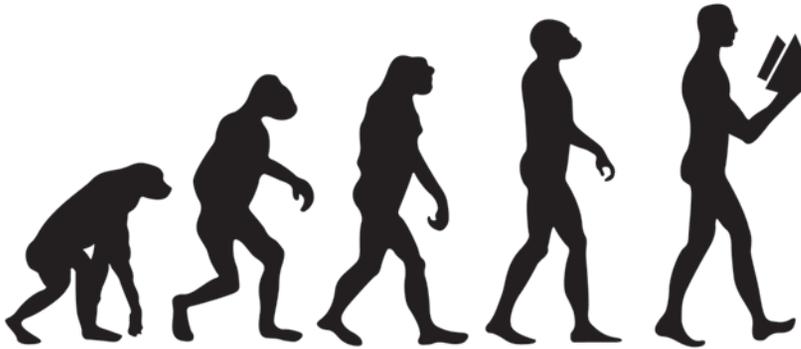


Figura 3.1: Escala evolutiva da humanidade.

Na escala evolutiva da humanidade, nossa espécie (*Homo sapiens sapiens*) é a mais jovem, surgida há aproximadamente duzentos mil anos, e a única ainda existente no planeta. Dentre as diferentes habilidades que resultaram na sua atual sobrevivência, destacam-se, na **Figura 3.1**, a criação e a manipulação de ferramentas, como a lança, utilizada na coleta e caça de alimentos, e o desenvolvimento de meios de comunicação por escrito, exemplificados na forma de livro.

Como vimos nas aulas precedentes, diferentes sociedades modificaram seus modos de vida em decorrência do desenvolvimento da escrita. Tal transformação só foi possível porque a humanidade, que, para os estudos biológicos se define como a espécie *Homo sapiens sapiens*, tem como característica o desejo de entender e, ao mesmo tempo, de modificar o ambiente à sua volta. Assim, o indivíduo da nossa espécie também é chamado de homem moderno.

Tal espécie recebeu esse nome, porque a modernidade se caracteriza pelo desenvolvimento de ferramentas e habilidades cognitivas, ao passo que foi o homem desse tempo que passou a tentar explicar e manipular diversos elementos identificáveis naturalmente. É o caso dos fenômenos da natureza e das formações do espaço físico; ou dos derivados dos constructos sociais, como a filosofia, as artes e a religião. Tal curiosidade inata permitiu o surgimento de tecnologias, que, por sua vez, são derivadas e características da própria cultura. A escrita, principal tema de nossa apostila, é um exemplo de tecnologia advinda desse tipo de desenvolvimento.

Nesta aula, você verá como a tecnologia escrita tem sido discutida na modernidade, com foco de análise nos papéis sociais do escritor e do leitor. Aprenderá também como a comunicação pode (e deve) ser manipulada e controlada, de modo a desenvolver uma das principais características do Homo sapiens sapiens (“homem que sabe que sabe”).

O escritor e o público

Já vimos, em nossas primeiras aulas, que o processo de escrita envolve tanto elementos internos, que se referem à subjetividade daquele que produz o texto, quanto diversos aspectos sociais, políticos, econômicos, os quais podemos denominar fatores externos. Como nos chama atenção **Antonio Candido**, esses fatores podem ser secundários, “mas necessários, senão à sondagem profunda das obras e dos criadores, pelo menos à compreensão das correntes, dos períodos, constantes estéticas” (2000, p. 67).

Antonio Candido

Intellectual brasileiro nascido em 1918, doutor em Sociologia e professor da USP. Trabalha com questões referentes à literatura, a partir de sua função social e de seu fundamento estético. Possui extenso trabalho sobre crítica literária e pensamento social brasileiro. Em *Literatura e sociedade* (1980), o autor apresenta uma série de oito ensaios que, contrapondo-se aos estudos de orientação estruturalista em voga na época de seu lançamento, analisam a arte no bojo das relações sociais. Para saber mais sobre o autor, consulte: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/939733-sou-um-homem-do-passado-diz-Antonio-Candido-em-paraty.shtml>.



André Gomes de Melo

Figura 3.2: Antonio Candido na 9ª edição da FLIP (2011).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:AntonioCandido.jpg>

Ao longo de sua argumentação, que discutiremos nesta seção da aula, Antonio Candido destaca o papel do escritor. Segundo ele, este deixa de ser visto como um mero indivíduo que expressa textualmente anseios, ideais e desejos subjetivos, e passa a ocupar um lugar social, no

qual tem o papel de cumprir determinadas demandas e exigências, de acordo com os contextos do mundo, em especial, da literatura.

O texto

Antonio Candido destaca, na relação escritor e texto, a figura do leitor. É através dessa figura que, em um nível de visão amplo, se expressa a dimensão da literatura na qual o leitor, como um intérprete, tem a função de construir o texto literário na medida em que o lê. Nessa perspectiva, ambos, o escritor e o leitor, têm um papel social, que é parte da vida social, política e histórica. É a relação estabelecida entre autor e leitor, através do texto, que orienta a construção do que Candido identifica como o “fenômeno literário”.

Inicialmente, vemos que, no texto “O escritor e o público”, o autor se opõe às teorias que tomam a obra literária como algo tautológico, isto é, “algo que existe em si e por si”. Da mesma maneira, demonstra como é refutada a ideia de que a obra surge exclusivamente das idiosincrasias do autor. Para Antonio Candido, o texto é gerado devido a uma necessidade do escritor, visto por ele como “artista”, de desempenhar um papel efetivo na sociedade. É desta proposição que surge o argumento de Candido: o papel social do autor é engendrado como “um diálogo entre criador e público”. E é devido à natureza social da arte que, em tal ensaio, o crítico compreende o leitor como um dos pilares na edificação da literatura.

Assim, Antonio Candido não focaliza intérpretes ou “classes sociais” específicas, mas toma o leitor como um conjunto de receptores possuidores de um gosto e de uma opinião literária. Implicitamente, esse público-leitor corresponde a um determinado grupo social, considerando as condições de acesso a textos literários, pautadas em bens não apenas culturais, como também socioeconômicos. Porém, na estratégia argumentativa do autor, esse público-leitor não é tratado isoladamente, e sim, em meio ao “sistema vivo de obras”, que é a literatura.

As ideias apresentadas nesse texto já foram discutidas pelo autor em outro trabalho: *Formação da literatura brasileira* (1975). Nele, Candido traz as noções de dinamismo e correlação entre os elementos que compõem o sistema literário. Nessa perspectiva, como já apresentado acima, há três polos em constante interação: o escritor, a obra e o público.

O escritor, como artista, é o meio por onde passam as manifestações receptivas que compõem o campo artístico, ressignificando-se em forma de obra. Esta, por sua vez, “não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito” (CANDIDO, 1975, p. 74).

O público



Fran Priestley

Figura 3.3: O texto e o leitor.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=844547>

Após essa primeira parte do texto, que pode ser tomada como conceitual, Antonio Candido enfatiza a figura do leitor no sistema literário. A partir da cooperação entre autores e público, destaca-se a importância deste na formação do campo literário brasileiro.

As funções e missões que os escritores assumiram ao longo da história nacional são destacadas. Assim, escritos que servem como guias espirituais ou plataformas políticas denotam essas diferentes atribuições, bem como a centralidade do papel que o escritor ocupa na constituição da sociedade. Candido também salienta a influência do receptor até mesmo na concepção das obras. E, ao sugerir que a maior parte da produção artística nacional tem caráter essencialmente oratório, retoma de forma mais clara o que vimos implícito acima, demonstrando que o público reduzido é fruto de uma relação distante que a população brasileira tem com a leitura e, em consequência, com a literatura.

Apesar disso, o povo brasileiro se representa como intimamente vinculado ao mundo artístico e com formas de relação sociais pertencentes ao mundo das artes, como a música, a dança, as artes plásticas e a televisão. No entanto, há que se considerar também a literatura como uma maneira de se relacionar com as obras artísticas.

Ao abordar a relação distante do público brasileiro com o mundo da literatura, deve-se levar em conta que essa conjuntura é fruto de uma série de fatores, tais como o alto custo das publicações no país (o que encarece a compra de livros por um público amplo, em sua maioria, de classe média baixa), a pouca quantidade de bibliotecas públicas ou o pouco acesso a elas, e a grande quantidade de analfabetos funcionais (fruto de um sistema de educação pública de má qualidade e de um sistema de educação privado desigual).

Assim, ao invés de apenas afirmar que o brasileiro tem uma relação distante com a leitura, porque “culturalmente” não gosta de ler, deve-se considerar os diferentes fatores que socialmente constroem esse distanciamento do público com as obras e os autores.

Queremos, com isso, destacar que a leitura, como forma social de ação, tal qual proposta por Antonio Candido (uma relação entre autor, público e obra), é uma maneira de se construir como brasileiro. Após a leitura do ensaio “O escritor e o público”, é importante levarmos em conta o lugar do intérprete na formação dos textos. Como propôs Ricardo Vigna (2013), “o ensaio surge como resposta às abordagens que isolavam o texto do contexto social onde ele é de fato engendrado, superando também as teorias que viam no autor a fonte única da arte”. Para nós, é fundamental entender como se pode adquirir o dinamismo na leitura e no exercício de compreensão de textos, e compreender que o lugar do leitor se constrói na medida da importância que cada um de nós, como tal, dá aos textos.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao Objetivo 1

Dentre as variadas tecnologias desenvolvidas pelo homem, a escrita se apresenta como uma das mais importantes para o surgimento da sociedade atual. Em diversos momentos, somos confrontados com informa-

Intertextualidade



Figura 3.4: Livros.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1408010>

Para se escrever textos, há que se ler textos. O texto não pode ser algo distante, desconhecido ou desagradável. Antes, o texto lido tem que passar a ser parte daquele que lê tanto quanto o foi, no momento de sua elaboração, daquele que o escreveu. O acúmulo de leituras, por sua vez, conforma, no leitor, um arcabouço de informações textuais que, quando articuladas, configuram o fenômeno da *intertextualidade*.

Mas o que significa intertextualidade? Essa é uma das ferramentas importantes nas práticas acadêmicas e no estudo universitário, e pode ser vista tanto como uma capacidade, quanto como uma técnica de articulação entre textos em um mesmo texto.

Identificando a intertextualidade

Leia o trecho a seguir:

“É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. Do alto

de uma janela, como Paul Adam, admira o caleidoscópio da vida no épitome delirante que é a rua; à porta do café, como Poe no *Homem da multidão*, dedica-se ao exercício de adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes. É uma espécie de secreta à maneira de Sherlock Holmes, sem os inconvenientes dos secretas nacionais. Haveis de encontrá-lo numa bela noite ou numa noite muito feia. Não vos saberá dizer donde vem, que está a fazer, para onde vai. Pensareis decerto estar diante de um sujeito fatal? Coitado! O *flâneur* é o *bonhomme* possuidor de uma alma igualitária e risonha, falando aos notáveis e aos humildes com doçura, porque de ambos conhece a face misteriosa e cada vez mais se convence da inutilidade da cólera e da necessidade do perdão.”

Fonte: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205-1>. Acesso em: 16 jul. 2014.

O que você achou? Você foi capaz de entender completamente o que fora descrito?

Provavelmente, você notou que, no trecho transcrito, o escritor **João do Rio** se refere, de forma distinta, a três diferentes textos para estimular em seu leitor uma imagem determinada.



João do Rio é o pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1881, João Paulo Barreto foi um jornalista, cronista, tradutor e teatrólogo brasileiro que morreu prematuramente, em 1921, mas que deixou uma vasta e interessante obra disponível aos seus leitores. Membro da Academia Brasileira de Letras, publicou grandes reportagens e inovou em suas crônicas modernas e no registro das representações dos tipos urbanos. Para saber mais sobre a biografia desse autor, consulte: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=329&sid=261>.

Citados por João do Rio, Paul Auguste Marie Adam, Edgar Allan Poe e o personagem de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes, são tomados como referências intertextuais para incrementar a leitura do público que conhece e é capaz de identificar, a partir dessas referências, novos elementos para a compreensão do seu texto.

Assim, o *voyeurismo* descrito pelo autor francês Paul Adam, ao observar discretamente passantes de sua janela, ou a descrição do homem, personagem de Poe, que percorre e delinea a Londres noturna em diversas direções, e ainda o olhar dedutivo e analítico de Sherlock Holmes, que, pelas mãos de seu criador, percorre e indica caminhos para a solução de crimes na cidade, são formas de João do Rio utilizar a intertextualidade para indicar ao leitor quais são as obras que informam o seu texto.



Para a complementação do conteúdo desta aula, é importante que você leia as obras a seguir:

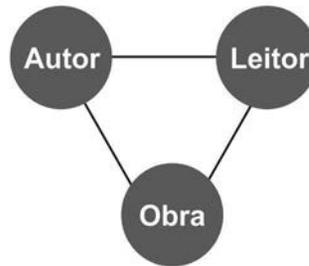
1. *A alma encantadora das ruas do Rio de Janeiro*;
2. “O homem da multidão”;
3. *As aventuras de Sherlock Holmes*;
4. “Aspectos da narrativa indiciária no conto ‘O homem das multidões’”, de Edgar Allan Poe. Disponível em: <http://www.unia-beu.edu.br/publica/index.php/RE/article/view/847/pdf_82>.

Você pode também assistir ao filme brasileiro *O homem das multidões*, uma adaptação contemporânea do conto de Edgar Allan Poe, cuja sinopse e comentários se encontram no *link* a seguir: <http://www.dw.de/o-homem-das-multid%C3%B5es-retrata-a-solid%C3%A3o-nas-grandes-cidades/a-17419423>.

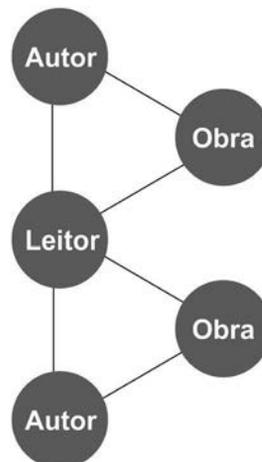
“Biblioteca interna” ou fazendo o diálogo entre textos

Quando há interação entre textos, dizemos que se apresenta uma intertextualidade. Tal conceito está vinculado ao conhecimento de mundo, vivenciado tanto pelo autor quanto pelo leitor. Associa-se à capacidade do autor em colocar diálogos em textos distintos, bem como à do leitor em identificá-los. Assim, quando o autor se referencia a outro texto, para produzir o seu próprio, dizemos que ele usou da intertextualidade.

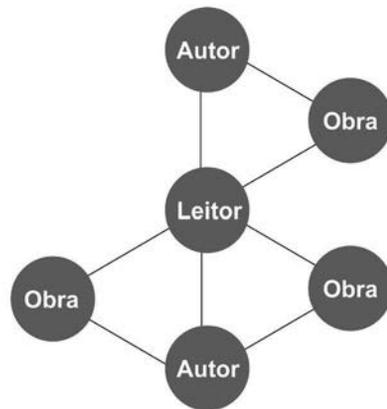
Vimos, anteriormente, que Antonio Candido destaca o lugar do leitor na relação entre o autor e o texto. Poderíamos esquematizar essa ideia em um triângulo, no qual, em cada vértice, encontra-se um desses sujeitos:



Na intertextualidade, por sua vez, o leitor ocupa papel ainda mais central, sendo ele o ponto de conexão entre diversas formas que se multiplicam. Assim, cada vez que o leitor realiza uma nova leitura, ele se torna capaz de estabelecer novas conexões entre as obras e os autores:



Poderíamos tornar ainda mais complexo esse diagrama, se considerarmos que um mesmo autor pode vir a produzir diversas obras, e o leitor, a cada vez que entra em contato com cada um desses trabalhos, amplia o seu arcabouço de leitura e, por sua vez, estabelece novas conexões com novos textos de autores já por ele conhecidos. Vejamos:



Enfim, poderíamos multiplicar essas conexões infinitamente, pois cada leitura feita, cada obra acessada e cada autor conhecido compõe o que podemos chamar de “biblioteca interna” (PINTO, 1999), esse conhecimento de mundo que o leitor tem, fruto do saber prévio que o permite reconhecer e identificar quando há um diálogo entre os textos.



A intertextualidade também está presente (e muito) na produção visual de imagens com obras de arte, propagandas etc. Para visualizar alguns exemplos, acesse o *link*: <http://pt.slideshare.net/08046007/intertextualidade-16629962>.

Paráfrase e paródia

Outras formas de elaboração da intertextualidade textual se dão por meio da paráfrase e da paródia. Esses dois tipos de construção textual expressam as diferentes circunstâncias em que podemos identificar o diálogo entre textos, sejam eles verbais ou não verbais. E, para cada um deles, há particularidades e características próprias da expressão da intertextualidade. Essas “afinidades” materializam-se tanto pela imitação, como na paráfrase (que mantém a ideia-base do objeto tomado por referência), quanto pelo aspecto, que trabalha o lado subversivo e crítico característico da paródia.

Paráfrase

A paráfrase é sempre uma reescritura de um texto que procura tornar mais claro e objetivo aquilo que já foi escrito. O autor da paráfrase deve demonstrar que entendeu claramente a ideia do texto de origem, não omitindo informações relevantes ou fazendo comentários acerca do que se diz nele. Além disso, deve ser original em sua construção textual, incorporando novos vocábulos.

Um dos exemplos mais conhecidos de paráfrase na literatura brasileira é o texto do poeta Carlos Drummond de Andrade que retoma o poema de Gonçalves Dias, *Canção do exílio*. Conservando as ideias deste autor, Carlos Drummond de Andrade não muda o sentido principal do texto de origem, que é a saudade da terra natal, mas a apresenta com suas próprias palavras.

Texto original

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá
(DIAS, Gonçalves. “Canção do exílio”).

Paráfrase

Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a Canção do Exílio.

Como era mesmo a “Canção do Exílio”?

Eu tão esquecido de minha terra...

Ai terra que tem palmeiras

Onde canta o sabiá!

(ANDRADE, Carlos Drummond de. “Europa, França e Bahia”)

Paródia

A paródia se volta para a crítica e é uma forma de construir ou desconstruir um texto, via contestação ou ridicularização. Nessa forma de intertextualidade, há uma ruptura com as ideologias impostas, promovendo um choque de interpretação que retoma a voz do texto original para transformar seu sentido. O objetivo da paródia é fazer com que o leitor realize uma reflexão crítica do texto parodiado, em geral, de forma cômica, irônica e debochada.

Na literatura brasileira, essa espécie de imitação foi importante elemento no modernismo e na poesia marginal, como veremos a seguir, a partir do mesmo texto de Gonçalves Dias, desta vez, parodiado por Oswald de Andrade:

Texto original

Minha terra tem palmeiras

Onde canta o sabiá,

As aves que aqui gorjeiam

Não gorjeiam como lá

(DIAS, Gonçalves. “Canção do exílio”).

Paródia

Minha terra tem palmares

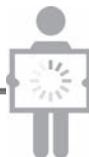
onde gorjeia o mar

os passarinhos daqui

não cantam como os de lá

(ANDRADE, Oswald de, “Canto de regresso à pátria”).

O nome “palmares”, escrito com letra minúscula, substitui a palavra “palmeiras”, e faz referência a um contexto histórico, social e racial expresso pelo quilombo de Palmares, liderado por Zumbi, durante o século XVII. Nessa paródia, Oswald de Andrade busca expressar uma inversão do sentido do texto primitivo, criticando a escravidão existente no Brasil.



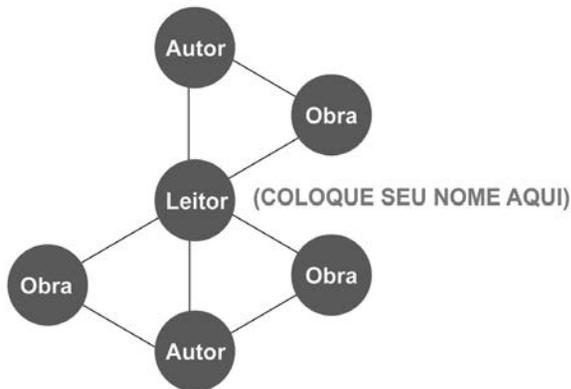
Os programas humorísticos utilizam-se muito da paródia para a expressão de críticas sociais. Um dos programas mais vistos em 2013 foi *Porta dos fundos*, transmitido pela rede social Youtube. Entre seus episódios, destacam-se aqueles que criticam a Polícia Militar e as práticas de corrupção e de violência policial. Tais episódios geraram polêmica, mas são de grande sucesso de público e, por isso, repercutiram de diferentes formas.

Para assistir, acesse: www.youtube.com/user/portadosfundos.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

João do Rio explicitou que, entre os diversos textos de sua biblioteca interna, estavam os de Paul Adam, Edgar Allan Poe e Arthur Conan Doyle. Agora é a sua vez de estabelecer sua rede de intertextualidade. Coloque seu nome no eixo central “leitor” da imagem a seguir e estabeleça as ramificações de obras e de autores que você já tenha lido no ramo da Segurança Pública, desde que iniciou este curso de tecnólogo.



Resposta Comentada

Sabemos que cada um de nós possui uma rede de intertextualidade que depende do grau de interesse que desenvolvemos pela leitura. O objetivo desta atividade é que você reflita sobre as leituras que tem realizado e visualize o arcabouço de textos com que está tendo contato desde que ingressou no curso. Esperamos que, com o que temos estudado até aqui, você esteja estimulado a tornar-se um leitor cada vez mais central, tal qual a ideia desenvolvida por Antonio Candido.

Transmissão de saberes

No Brasil, o campo acadêmico se organiza nas universidades, dividindo-se em instituições privadas e públicas (de propriedade do Estado). Ao observar três diferentes cursos de universidades públicas – Música e Medicina, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o antropólogo Paulo Gabriel Pinto (1999) identificou diferentes posições nas estruturas curriculares. Tendo como foco o contraste, isto é, as diferenças entre os referidos cursos, o pesquisador apresenta como esses são espaços de socialização e de transmissão e consagração do capital cultural.



Jesper Noer

Figura 3.5: Música.

<http://www.sxc.hu/photo/165670>



Walter Groessel

Figura 3.6: Medicina.

<http://www.sxc.hu/photo/718085>



Tibor Fazakas

Figura 3.7: História.

<http://www.sxc.hu/photo/480945>



Para saber mais sobre capital cultural, assista a:

<http://univesptv.cmais.com.br/pedagogia-unesp/d-1-educacao-e-sociedade/capital-cultural-1>.

Assim, é nesse espaço acadêmico de aprendizagem, ensino e interação, que temos a possibilidade de constituir a maior parte da nossa já mencionada biblioteca interna.

Analisando as diversas práticas acadêmicas que se fundamentam na oralidade como forma de transmissão do conhecimento, o autor demonstra como elas levam a uma identificação do saber com a figura do professor, reforçando de forma carismática a sua autoridade pedagógica. O antropólogo Paulo Gabriel Pinto assinala que, frequentemente, os estudantes limitam-se à informação difundida oralmente pelos professores, o que o leva a concluir que as formas orais de transmissão do conhecimento predominam no ensino universitário. Isso é percebido pelo fato de, no espaço da sala de aula, três práticas acadêmicas utilizarem principalmente a oralidade para suas finalidades pedagógicas: as aulas expositivas, os seminários e as aulas práticas.

As aulas expositivas são a atividade pedagógica mais conhecida no ensino superior, estando presentes em praticamente todas as disciplinas dos cursos universitários. Nessas aulas, as informações são fornecidas pelo discurso do professor, sem que os alunos tenham necessariamente um conhecimento prévio das informações transmitidas. Seguindo uma dinâmica bastante tradicional, baseiam-se apenas no discurso do professor e nas suas anotações no quadro-negro. Nessas aulas, pode existir relação de proximidade e informalidade entre professor e alunos, com frequentes perguntas e comentários engraçados, promovendo risos em seu decorrer.

Apesar de os alunos terem uma visão ambígua das aulas expositivas, percebem a necessidade delas para a sua formação. Esse tipo de aula, no curso de História e Música, apresenta uma dinâmica bastante informal, com frequentes perguntas dos alunos, que mudam seu percurso. Já na

Faculdade de Medicina, as aulas são bastante formais. Para os professores, as aulas expositivas são o meio de passar conteúdo informativo, servindo de base para as aulas de leitura de textos ou seminários, considerados por eles como as mais adequadas ao ensino universitário.

Nos seminários, um ou alguns alunos apresentam um tema, cujo objetivo é a discussão posterior pela turma. No curso de História e Medicina, essa prática é frequente, porém pouco habitual no curso de Música.

O autor notou, por meio de conversas e entrevistas, que professores de Música têm uma aceitação maior pelas aulas expositivas do que os colegas dos demais cursos observados. Alguns professores acham o seminário mais adequado para o ensino universitário, pois permite tratar de diversos assuntos. Em geral, essa atividade se dá por um processo de delegação, em que um determinado tema é escolhido a partir de uma bibliografia indicada pelo professor. Os seminários podem ser comparados a aulas expositivas, cujo expositor é um aluno, que não possui autoridade pedagógica, porém é acompanhado pelo professor, que pode fazer algumas intervenções quando necessário.

O antropólogo demonstra que essa prática de ensino não é bem vista por alguns alunos, pois é tida como uma versão modificada das aulas expositivas. Para tais estudantes, a informação passada acaba sendo “mediocre, parcializada, empobrecida” e, por isso, “os seminários não podem, não devem, substituir a função do mestre como orientador primordial no processo de aprendizagem” (p. 66). Na prática, os alunos não veem suas expectativas contempladas, e aquele que apresenta o seminário, muitas vezes, foca em um assunto que nem sempre é o central do tema.

Nesse tipo de comunicação, Paulo Gabriel Pinto identifica a formação de três níveis de conhecimentos hierarquicamente dispostos: (1) o do professor, com conhecimento total e autoridade pedagógica; (2) o dos expositores, com conhecimento derivado do material fornecido pelo professor; (3) o dos demais alunos, que não detêm nenhum conhecimento sobre o assunto.

Assim, alguns estudantes não valorizam os seminários, por eles serem expostos por outros estudantes, considerando-os não detentores do saber. Mas os professores consideram o seminário de fundamental importância, alegando que permitem maior participação dos alunos na aula e uma discussão mais profunda da matéria. O que acontece, na prática, é que o aluno não possui a mesma autoridade que o professor, gerando desinteresse e falta de atenção nos demais colegas.

Já as aulas práticas podem ser definidas como aquelas nas quais “a dimensão prática de um saber é ensinada através da sua demonstração por parte do professor, ou de uma execução feita pelo aluno sob a supervisão do mesmo” (p. 71). Essas aulas não se baseiam exclusivamente na oralidade, tendo a demonstração prática como a principal ferramenta para a transmissão do conhecimento.

Porém, o aprendizado e a oralidade não são excludentes entre si, pois esta é uma técnica corporal. O autor classifica a aula prática como uma das formas de transmissão acadêmica predominantemente oral, já que a oralidade é uma parte primordial de sua estrutura. Entre os professores de Música, por exemplo, é unânime a ideia de que o aprendizado dos instrumentos é feito essencialmente nas aulas práticas.

É importante notar que, no discurso dos professores, a prática se encontra em relação oposta não só à teoria, mas também à escrita. Podemos também observar como a prática se encontra mais próxima do oral, opondo-se à escrita como forma de transmissão do saber, e como ambas se articulam no processo pedagógico.

A relação individualizadora das aulas práticas, principalmente na escola de Música, reforça os vínculos entre professor e aluno, tendendo a fortalecer o caráter tutelar desse tipo de aula, o que cria uma relação pedagógica marcada por um investimento afetivo com efeitos carismáticos.

No curso de História, ao contrário dos outros cursos, as aulas práticas ocupam um papel secundário em relação às demais atividades acadêmicas. No sentido estrito, elas se fazem presentes em poucas disciplinas:

Apesar da crítica do ensino universitário como ‘distante’ ou ‘desvinculado’ da ‘realidade prática’, frequentemente aparecer no discurso dos alunos de História, em sua maioria, eles não gostam das disciplinas oferecidas pela faculdade de Educação (de caráter pedagógico, que é representado como prático), questionando o modo como são ministradas e, mesmo, a autoridade acadêmica dos professores (PINTO, 1999, p. 75).

Apesar das críticas, em geral, quando as disciplinas são voltadas para a prática, os alunos têm melhor aceitação, pois reconhecem os mecanismos desse tipo de aula como legítimos e adequados ao ensino, promovendo um saber relevante para a futura atuação no campo profissional.

Já no curso de Medicina, desde o primeiro período até o internato, as aulas práticas estão presentes. São utilizados objetos de exercício ou investigação que ajudam o aluno a executar a atividade necessária, sempre com a orientação de alguém que detém o conhecimento, criando, assim, uma forte relação de respeito ao orientador. Os professores que ministram esse tipo de aula são de “competência clínica ou cirúrgica” e veem as aulas como fundamentais, assim como os alunos. Para eles, segundo o autor, é isso que cria a autonomia da Medicina em relação às outras ciências. É por isso que os alunos consideram as aulas práticas mais importantes.

No entanto, como podemos observar no discurso de uma aluna do 10º período de Medicina, a prática é vista como complementar à teoria, identificando-se uma relação de interdependência entre essas duas formas de transmissão de saber: “Eu gosto de ler antes de ir para a prática. A prática sem a teoria não tem função, as pessoas que dizem que aprendem na prática, na verdade estão repetindo apenas o que alguém estudou para fazer. Já a teoria sem a prática não serve para nada, pois serve [apenas] para dizer que as pessoas são cultas.” Podemos comparar este fato com o que ocorre no curso de Música. Em ambos os cursos, sem a prática, não existe completa aprendizagem. O valor dado a essa modalidade de aula pelos alunos do curso de Medicina tem a ver com o internato, no qual eles devem executar funções, supervisionados pelos professores. Porém, a atuação prática não existe em todas as áreas da Medicina, já que, em algumas, o aluno fica bastante limitado, por exemplo, nas de cirurgia e anestesia.

O papel do internato é fazer com que o aluno evolua. Na UFRJ, segundo observa Paulo Gabriel Pinto, ele funcionava como a graduação, em que os alunos deveriam participar de aulas expositivas e seminários, tendo que passar por avaliações no final. Dessa maneira, a aula prática é fundamental no curso de Medicina, baseando-se em uma relação pessoal entre aluno e professor. Nela, existe autoridade pedagógica e investimento afetivo das duas partes para ser transmitido o conhecimento sob a forma de uma técnica aliada a uma teoria.

Através das práticas acadêmicas explicitadas anteriormente, podemos identificar as diferenças e especificidades de cada subcampo, no qual o antropólogo Paulo Gabriel Pinto fez sua **etnografia**.

Para os professores, as aulas expositivas e os seminários são modalidades diferentes. Porém, em ambos, o saber do aluno se dá por meio do discurso do expositor, que se torna peça fundamental no processo

Etnografia

Como você tem aprendido nas aulas de Antropologia do Direito, a etnografia é a forma com que os antropólogos constroem o conhecimento, fruto de uma experiência de pesquisa feita a partir do contato direto com os “nativos”. A etnografia pode ser tanto a realização da pesquisa em si, quanto a textualização descritiva e analítica dessa experiência.

de aprendizagem. Na aula expositiva, existem dois tipos de evidências: a autoridade pedagógica, na qual o saber do professor é consagrado, e o saber dos alunos. Já nos seminários, os alunos não possuem autoridade pedagógica reconhecida. Detêm um saber superior ao dos colegas, porém menor do que o do professor. Têm o papel de transmissores do saber, mas não querem ser únicos, nem mais bem qualificados do que os professores.



Figura 3.8: Transmissão de saber.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/147608>

Ainda que as mudanças do ambiente de sala criem uma atmosfera igualitária, o professor é a peça central, tanto na faculdade de Medicina, quanto na escola de Música, onde as aulas são centradas nele. A participação dos alunos é pouca. Já no curso de História, as aulas expositivas e os seminários fazem parte da identidade do aluno. O carisma do professor ajuda na transmissão do saber, sendo importante que ele use sua autoridade pedagógica para que o aluno siga suas dicas.

Dessa forma, o que o trabalho de Paulo Gabriel Pinto nos permite observar é que o discurso professoral faz com que as práticas acadêmicas feitas através da oralidade sejam associadas à figura do professor. A sua voz adquire carisma na qualidade de técnica pedagógica dominante. É através da voz que ele expressa seu desempenho, além de mobilizar os alunos e colocá-los em contato com tais práticas, por meio dos métodos utilizados.

Resposta Comentada

Nesta atividade, você deverá articular o conteúdo apresentado na aula, que descreve e analisa o processo universitário presencial de ensino, em comparação com o seu atual processo de aprendizagem, que se desenvolve, de forma majoritária, a distância. O objetivo é que você produza, criticamente, uma reflexão sobre como as formas de transmissão e consagração de saberes podem ser realizadas de diferentes maneiras. Podem ser abordados tópicos como:

- as apostilas;
 - a sala de aula virtual;
 - a relação com os coordenadores de disciplina e com os tutores;
 - os polos presenciais.
-
-
-

Conclusão

A leitura de textos e o estabelecimento de conexões entre eles são essenciais para a produção do conhecimento acadêmico. Além disso, para que a produção de textos seja feita de forma criativa e com qualidade, objetivo da disciplina Oficina de Texto, temos que estabelecer uma relação contínua com os textos.

No decorrer dos estudos, vemos aprimoradas nossas habilidades intertextuais, e também expositivas, de apropriação e transmissão do conhecimento. E, aos poucos, nos tornamos, além de leitores, também escritores!

Resumo

Nesta aula, vimos como Antonio Candido chama atenção para a relação entre autor, público e obra na constituição social da literatura. Vimos que essa tríade pode ser mais abrangente, ao consideramos os processos intertextuais de elaboração e de leitura de um texto, que permitem o acesso à biblioteca interna de cada autor e leitor. Aprendemos também como a paródia e a paráfrase são expressões particulares da intertextualidade, tendo visto exemplos da elaboração dessas formas.

Por fim, conhecemos a etnografia sobre os processos de transmissão de conhecimento realizada pelo antropólogo Paulo Gabriel Pinto, que mostra como as diferentes formas de ensino acadêmico podem ser analisadas sob a perspectiva daqueles que a constroem.

Aula 4

Compreensão, inteligibilidade e interpretação: (re)lendo textos

*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Meta

Distinguir três estratégias de percepção textual e como cada uma delas pode ser desenvolvida para o aprimoramento da leitura e da escrita: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão textual.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar elementos textuais de inteligibilidade;
2. interpretar o texto e seu contexto;
3. desenvolver a habilidade de compreensão textual.

Introdução

O processo de compreensão de leitura de um texto apresenta, pelo menos, três aspectos essenciais: o próprio texto, o leitor e as circunstâncias em que se dá o encontro entre texto e leitor. Nesse sentido, a compreensão da leitura envolve diversos fatores, que correspondem a esses três aspectos. Entre os fatores relativos ao texto, destacam-se a legibilidade (apresentação gráfica do texto) e a inteligibilidade (uso de palavras frequentes e estruturas sintáticas menos complexas).

Desse modo, sentenças longas, ideias mal desenvolvidas ou uso de sentenças na voz passiva, apresentação das palavras numa ordem não convencional, além do uso de vocábulos pouco utilizados na língua corrente aumentam a complexidade de um texto e, por consequência, dificultam sua compreensão. No entanto, além da clareza gráfica e estrutural, um bom texto também deve apresentar um conteúdo que seja relevante ao seu leitor e ao contexto de interação entre leitor e texto.



Figura 4.1: Assim como nos trava-línguas, muitas vezes somos apresentados a textos para praticar legibilidade e inteligibilidade que, porém, não desenvolvem as habilidades de compreensão.

As personagens da história podem ser muito espertas, mas a observação sobre o significado da palavra “mafagafo” apresenta um interesse mais profundo do que a simples inteligibilidade que, muitas vezes, é exigida aos leitores iniciantes. Em nossa aula, aprenderemos como a relação entre texto e leitor pode ser mediada.

Inteligibilidade

O nosso mundo está em constante mudança e o envolvimento com a quantidade de informações disponíveis, combinado com a limitação cada vez maior do tempo livre, leva-nos a diminuir nossa capacidade de perceber e compreender bem as coisas. A essa capacidade damos o nome de inteligibilidade.

No entanto, dada a complexidade e a multiplicidade do nosso mundo, é cada vez mais importante desenvolvermos a habilidade de olharmos com inteligência para o que nos rodeia.

Enquanto a legibilidade indica, meramente, que um texto pode ser lido, que as letras e as palavras podem ser reconhecidas, a inteligibilidade é a medida do quão confortável ou facilmente um texto pode ser lido. É claro que a legibilidade é parte importante da inteligibilidade, mas nem tudo o que é legível é inteligível. Também, a inteligibilidade por si só não garante a compreensão por parte de uma audiência específica. A inteligibilidade está relacionada com o problema do encontro do usuário com o texto.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao Objetivo 1

Já virou clichê! Imagens de placas com palavras escritas de forma errada estão espalhadas pelas ruas de diversas cidades do Brasil e invadem a internet. Seguem algumas imagens; você deverá indicar seus equívocos e corrigir as informações:

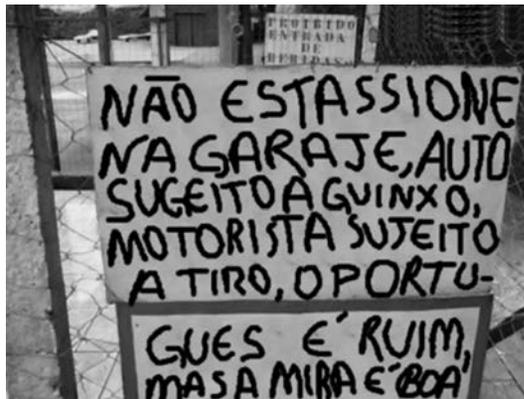
a)



b)



c)



Respostas Comentadas

O objetivo da questão é o de que você sugira correções. A seguir, algumas sugestões que podem, mais ou menos, se aproximar da resposta dada por você:

- a) No momento não está aberto.
- b) Somente aos domingos.

c) Não estacione na garagem. Auto sujeito a guincho. Motorista sujeito a tiro. O português é ruim, mas a mira é boa.

Interpretação e contexto

Você já deve ter ouvido falar disto:

Não imorte a ordem das letras do nome da palavra, basta que a primeira e a última estejam no lugar certo para que você entenda o que está escrito.

Caso você tenha conseguido ler a frase apresentada, e é bem provável que sim, pode comprovar um fenômeno cerebral ainda sem explicação científica. Essa capacidade de ler palavras com as letras fora de ordem é possível porque nós não lemos letra por letra, mas a palavra inteira de uma vez. Quer dizer, o nosso cérebro é mais esperto do que imaginamos, e consegue corrigir rapidamente o que está errado na palavra, antes que possamos perceber. Ele faz isso porque os mecanismos mentais envolvidos no processo de leitura têm como principal referência o contexto.

Ao ler palavras inteiras e, algumas vezes, frases inteiras, conseguimos prever o que está escrito. É assim também na leitura de um texto, quando já sabemos o que estará escrito um pouquinho à frente, isso porque compreendemos o contexto gramatical em que algo é escrito.

Agora, quando nos referirmos à interpretação textual, há procedimentos específicos que devem ser feitos e formas que podem nos ajudar a entender o texto e seu contexto.

Vejamos o que é mostrado em um texto destinado àqueles que estão se preparando para concursos públicos. Leia o box explicativo a seguir:



Interpretação textual

As frases produzem significados diferentes de acordo com o contexto em que estão inseridas. Torna-se, assim, necessário sempre fazer um confronto entre todas as partes que compõem o texto.

Além disso, é fundamental apreender as informações apresentadas por trás do texto e as inferências a que ele remete. Esse procedimento justifica-se por um texto ser sempre produto de uma postura ideológica do autor diante de uma temática qualquer.

Como ler e entender bem um texto?

Basicamente, devem-se alcançar dois níveis de leitura: a leitura informativa e de reconhecimento e a interpretativa. A primeira deve ser feita de maneira cautelosa, por ser o primeiro contato com o novo texto. Dessa leitura, extraem-se informações sobre o conteúdo abordado e prepara-se o próximo nível de leitura. Durante a interpretação propriamente dita, cabe destacar palavras-chave, passagens importantes, bem como usar uma palavra para resumir a ideia central de cada parágrafo. Esse tipo de procedimento aguça a memória visual, favorecendo o entendimento.

Não se pode desconsiderar que, embora a interpretação seja subjetiva, há limites. A preocupação deve ser a captação da essência do texto, a fim de responder às interpretações que a banca considerou como pertinentes.

No caso de textos literários, é preciso conhecer a ligação daquele texto com outras formas de cultura, com outros textos e manifestações de arte da época em que o autor viveu. Se não houver essa visão global dos momentos literários e dos escritores, a interpretação pode ficar comprometida. Aqui não se podem dispensar as dicas que aparecem nas referências bibliográficas da fonte e na identificação do autor.

A última fase da interpretação concentra-se nas perguntas e opções de resposta. Aqui são fundamentais as marcações de palavras como: não, exceto, errada, respectivamente etc., que fazem diferença na escolha adequada. Muitas vezes, em interpretação, trabalha-se com o conceito do “mais adequado”, isto é, o que responde melhor ao questionamento proposto. Por isso, uma resposta pode estar certa para responder à pergunta, mas não deverá ser a adotada como gabarito pela banca examinadora, por haver outra alternativa mais completa.

Ainda cabe ressaltar que algumas questões apresentam um fragmento do texto transcrito para ser a base da análise. Nunca deixe de retornar ao texto, mesmo que, aparentemente, pareça ser perda de tempo. A descontextualização de palavras ou frases, certas vezes, é também um recurso para instaurar a dúvida no candidato. Leia a frase anterior e a posterior para ter ideia do sentido global proposto pelo autor. Dessa maneira, a resposta será mais consciente e segura.

Fonte: <http://www.slideshare.net/nehemiasj/compreenso-e-interpretao-textual>

Apesar de destinado a um público específico, os denominados “concurseiros”, o texto apresenta alguns passos que devem ser dados para a obtenção de informações relevantes no que concerne à interpretação textual para qualquer leitor. Primeiro, deve ser feita uma leitura de reconhecimento, em que não apenas o texto, mas o seu entorno (título, autor, referências bibliográficas e imagens, quando houver) devem ser observados. Em seguida, deve haver uma segunda leitura, mais interpretativa e focada no texto, no objeto de discussão do autor ou na história que é contada. Por fim, o leitor deve focalizar nos objetivos do texto. No caso anteriormente apresentado, a leitura do texto tinha como objetivo a resposta a um conjunto de perguntas optativas, mas a leitura de um texto pode ser feita para a produção de outro texto pelo leitor, para aguçá-lo sua memória, ou apenas para que se distraia. Em qualquer uma dessas situações, é importante que o leitor atente para o contexto, para que, assim, possa fazer uma leitura de maior qualidade.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

A atividade a seguir, que é dividida em três partes, foi retirada de um livro de Redação (VOTRE; PEREIRA, 2011, p. 9-14):

1. Observe os textos I, II, III e IV, ao final desta atividade, e responda às perguntas subsequentes:

1.1. Apesar de todos esses textos tratarem de um mesmo tema – cogumelos –, são bem diferentes entre si, pois foram produzidos em distintas situações, com objetivos próprios. Identifique, para cada um dos textos:

a) A que categoria de textos ele pertence (propaganda, romance, receita, soneto, reportagem etc.).

b) Sua finalidade central.

c) Os principais leitores que pretende alcançar.

1.2. Diferentes categorias de texto apresentam a informação de maneiras distintas, a depender de sua finalidade (didática, informativa, persuasiva etc.). Isso faz com que as formas de lê-los sejam também diferentes, variando de acordo com os objetivos do leitor. Observe os textos II e III, por exemplo. Eles pressupõem formas semelhantes de leitura? O tipo de informação que seus respectivos leitores buscam é o mesmo? Justifique sua resposta.

1.3. Diferentes categorias de texto também apresentam escolhas linguísticas (palavras, construções sintáticas, pontuação etc.) distintas. Observe agora os textos I e IV. As formas verbais que neles aparecem estão sendo empregadas no mesmo modo (indicativo, subjuntivo ou imperativo)? Relacione isso com as diferentes finalidades a que esses textos se propõem.

*** Para lembrar!**

Indicativo: modo verbal geralmente usado quando o falante vê como certa a ação expressa pelo verbo.

Exemplo: Maria *abriu* a porta.

Subjuntivo: modo verbal geralmente usado quando o falante vê como hipotética a ação expressa pelo verbo.

Exemplo: Talvez Maria *abra* a porta.

Imperativo: modo verbal geralmente usado quando o falante vê como uma ordem ou um pedido a ação expressa pelo verbo.

Exemplo: Maria, *abra* a porta!

Texto I

Sopa de creme de cogumelos

INGREDIENTES:

- salsa;
- 1kg de ossos para sopa;
- 2 folhas de louro;
- 1 colher (sopa) de grãos de pimenta;
- 125g de cebolas pequenas e redondas;
- 400g de cogumelos frescos;
- 30g de manteiga;
- sal e pimenta;
- molho inglês;
- 4 colheres (sopa) de *cherry*;
- 200g de nata.

MODO DE PREPARO: Ferva os ossos, as folhas de louro, os grãos de pimenta e metade dos cogumelos lavados em 1/2 litro de água. Cozinhe em fogo brando durante 1/2 hora. Passe por um passador. Descasque as cebolas e pique-as fino. Limpe o resto dos cogumelos e passe-os por água corrente. Numa panela, frite a cebola em manteiga. Junte os cogumelos lavados e frite bem. Retire 1/3 dos cogumelos da panela e ponha-os de parte. Regue os cogumelos restantes com o caldo de carne passado (cerca de 1 litro) e cozinhe em fogo brando durante 15 minutos. Bata a sopa no liquidificador

e tempera bem com sal, pimenta, molho inglês, *cherry* e nata. Acrescente os cogumelos fritos à sopa e aqueça-a bem. Polvilhe com salsa picada.

Texto II

Cogumelos atraem turistas de todo o país – fazenda mostra diversas formas de cultivo e ensina produtores

Turistas e produtores rurais de todo o país estão descobrindo a mais nova atração do Vale do Paraíba, a Fazenda Guirra, mais conhecida como a “Fazenda dos Cogumelos”. Entre as maiores atrações do local, o cultivo de diversas qualidades de cogumelos atrai pela lucratividade, que representa mais do que o dobro do investido pelo produtor.

Os cogumelos são iguarias apreciadas pelos *gourmets* mais exigentes, como os franceses, italianos, americanos, chineses e, claro, japoneses. No Brasil, o consumo de cogumelos está ganhando espaço entre os restaurantes mais requintados. Para atender a demanda do mercado, produtores rurais estão abdicando de outras culturas e aprimorando-se na arte de cultivar cogumelos.

Na Guirra, os visitantes aprendem as técnicas necessárias para garantir uma boa produção com baixos investimentos. Além da teoria, eles aprendem na prática como montar estufas, inocular as toras de eucaliptos, desenvolver compostos para o cultivo de outros gêneros de cogumelos, além de aproveitar os resíduos em hortas orgânicas.

Os cursos acontecem nos finais de semana e reúnem grupos de 60 a 70 pessoas. Segundo o proprietário da fazenda e zootecnista, Carlos Abe, que ministra os cursos, o cultivo do cogumelo é atraente devido ao baixo investimento e à lucratividade.

O *shiitake*, por exemplo, desenvolve-se em toras de eucaliptos. Cada tora produz praticamente 1 quilo do cogumelo e exige um investimento na ordem de R\$ 8,00 cada. No mercado, o quilo do produto é negociado a R\$ 17 e repassado aos consumidores por até R\$ 30.

(...)

Por mês, a Fazenda Guirra exporta duas toneladas de cogumelos para o Japão. Produtores da região do Vale do Paraíba e de outros estados do

país, que já passaram pelo local, já estão cultivando e comercializando os cogumelos – alguns deles também exportam para outros países.

(...)

Texto III

Substâncias encontradas em 100 gramas de cogumelo-do-sol

Elementos determinados	Valores encontrados
Umidade	9,67%
Lipídios	1,48%
Proteínas	30,13%
Cinzas	9,37%
Fibra bruta	14,57%
Fósforo	0,87%
Potássio	2,34%
Cálcio	0,07%
Magnésio	0,08%
Enxofre	0,29%
Cobre	61,88 mcg
Zinco	86,90 mcg
Ferro	79,13 mcg
Glicídios	34,78%

Fonte: http://www.unifenas.br/pesquisa/revistas/download/ArtigosRev2_99/pag169-172.pdf

Texto IV

Doenças fúngicas e fungos competidores em cogumelos comestíveis do gênero *Agaricus*

Leila Nakati Coutinho

Os cogumelos comestíveis, apreciados em muitas dietas europeias e orientais, vêm crescendo de importância nos últimos anos, já que o seu cultivo tem sido apontado como uma alternativa para incrementar a oferta de proteínas às populações de países em desenvolvimento e com alto índice de desnutrição. Sob o ponto de vista nutricional, considerando o elevado conteúdo proteico dos mesmos, isso possibilita reciclar economicamente certos resíduos agrícolas e agroindustriais. A cultura é considerada uma atividade de ambiente protegido e tem mostrado um notável incremento em diversos países.

A literatura especializada cita aproximadamente cerca de 2.000 espécies potencialmente comestíveis, porém apenas 25 delas são normalmente utilizadas na alimentação humana e um número ainda menor tem sido comercialmente cultivado. No Brasil, a primeira espécie cultivada foi o champignon de Paris [*Agaricus bisporus* (Lange) Singer]. Segundo a literatura nacional, o início do cultivo em escala comercial parece datar dos anos 50. Não existe uma documentação segura que permita localizar no tempo o início do cultivo dessa espécie no Brasil, sendo certo, no entanto, que a popularização de seu hábito alimentar na região centro-sul data de uns 40 anos.

Ao que tudo indica, quem primeiro deu início a estudos sobre o assunto no âmbito da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, tratando principalmente de adaptar a tecnologia estrangeira às nossas condições, foi Júlio Franco do Amaral, que trabalhou no Instituto Biológico. Embora, recentemente, a farta divulgação tenha despertado grande interesse pelo cogumelo comestível e já existam cultivos altamente especializados, nos quais são empregados equipamentos sofisticados, no estado de São Paulo, a maior parte dos cultivos é ainda hoje rudimentar e conduzida por famílias chinesas provenientes de Taiwan. Os métodos de plantio mais frequentemente utilizados são resultado de uma experiência herdada por muitas gerações, porém destituídos de aprimoramento técnico, em decorrência da falta de conhecimentos científicos mais aprofundados.

(...)

Respostas Comentadas

1.1.

a) Texto I: receita, pois o texto está dividido em ingredientes e modo de preparo, ensinando o passo a passo para cozinhar uma sopa de creme de cogumelos.

Texto II: notícia, pois o texto se estrutura em parágrafos breves e informativos, que relatam as experiências e estratégias comerciais da Fazenda Guirra.

Texto III: tabela nutricional, pois o texto se estrutura em duas colunas: uma com os nutrientes, outra com suas porcentagens encontradas em 100g de cogumelo-do-sol.

Texto IV: texto acadêmico, pois o autor não se limita à apresentação dos fatos, dedicando-se a justificá-los e/ou discuti-los e embasando sua argumentação em literatura especializada.

b) Texto I: ensinar ao leitor como preparar determinado prato.

Texto II: informar ao leitor sobre o sucesso econômico do cultivo de cogumelos em determinada fazenda.

Texto III: apresentar ao leitor dados nutricionais sobre cogumelos.

Texto IV: informar ao leitor certa descoberta científica sobre cogumelos.

c) Texto I: pessoas interessadas em culinária.

Texto II: leitores em geral de periódicos.

Texto III: pessoas que seguem regimes alimentares.

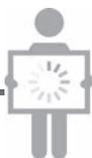
Texto IV: leitores acadêmicos.

1.2. O texto II pressupõe uma leitura menos compromissada, em que o leitor geralmente lê apenas uma vez o texto. O texto III, no entanto, serve como material de consulta. Ao lê-lo, o indivíduo provavelmente busca uma informação específica, não variedades.

1.3. Como o texto I visa ensinar algo ao leitor, dando-lhe regras para que se execute determinado procedimento, há uma predominância de verbos no imperativo. Por outro lado, como o texto IV visa informar ao leitor uma descoberta científica, calcada em fatos e certezas, apresenta a maioria dos verbos no indicativo.

Compreensão

Compreensão é dar múltiplos sentidos ao texto, considerando não apenas a narrativa ali explicitada, mas também seus discursos e, logo, as relações (de poder, inclusive) que o constituem.



Neste *link*, temos passos, dicas e estratégias para melhorar a compreensão textual. Vale a pena conferir: <http://pt.wikihow.com/Melhorar-sua-Compreens%C3%A3o-Textual>.

O indivíduo que lê pouco apresenta dificuldades nos níveis de compreensão textual e é por isso que é importante o exercício da leitura e a compreensão do seu papel para que as pessoas obtenham uma melhor compreensão linguística.

À medida que lemos, formamos diferentes interpretações a partir de um mesmo conteúdo, pois cada um de nós tem experiências de vida e conhecimentos que se relacionam com o texto, promovendo uma interação entre o conteúdo fornecido pelo texto interpretado e o conhecimento prévio do leitor.

Nesse sentido, o processo de compreensão textual é sempre dinâmico. Um leitor ativo, que está habituado a realizar múltiplas leituras, se relacionará com o texto de uma forma diferente, processando e atribuindo significados a ele, ao passo que aquele que não cultiva o hábito de ler fará uma leitura superficial e dificilmente compreenderá as suas ideias.

É por isso que a prática da leitura não desenvolve apenas a compreensão de outros textos, mas também faz com que o leitor interaja com o que lê, retirando informações e construindo novas ideias, de acordo com sua experiência de vida e com seus conhecimentos textuais prévios. Consequentemente, essas novas informações recebidas se unem aos conteúdos que nosso cérebro já armazenou e, assim, o leitor que tem

Compreensão

s.f. Ação, efeito ou possibilidade de compreender: notas necessárias à compreensão de um texto. Capacidade de entender o significado de algo; entendimento, percepção: possui uma clara compreensão de suas ações.

Faculdade de compreender, inteligência: ter a compreensão lenta.

Condição, característica ou predisposição para aceitar e respeitar opiniões ou comportamentos alheios. Benevolência, indulgência: falta de compreensão.

Lógica. Totalidade dos caracteres encerrados numa ideia geral, num conceito, num conjunto; por oposição a extensão.

a leitura como uma prática constante terá mais facilidade para associar ideias e construir relações intertextuais criativas.

A leitura é, dessa forma, uma atividade de produção de sentido, na qual o leitor atribui um significado próprio ao texto que tem em mãos a partir de seus objetivos, seus interesses, seus conhecimentos prévios sobre o assunto, sua motivação, sua experiência de vida etc.

Conclusão

Como vimos, a inteligibilidade é a capacidade que qualquer leitor tem de identificar os elementos do texto, e é no processo de interpretação que nosso cérebro decodifica as palavras e lhes confere um sentido. Desenvolvendo a leitura, o indivíduo terá maior facilidade para compreender e reconstruir o sentido do texto, de acordo com seu conhecimento pessoal, bem como, através das sucessivas leituras, estabelecer um processo mediante o qual a linguagem escrita passa a ser mais facilmente compreendida. Em suma, é importante que tenhamos consciência de que fazer do ato de ler um hábito nos auxiliará no desenvolvimento de nossa compreensão textual.

=====**Atividade Final**=====

Atende ao Objetivo 3

Leia o trecho a seguir e, posteriormente, elabore um texto de acordo com o proposto pela questão:

(...) Vamos considerar, diz ele, dois garotos piscando rapidamente o olho direito. Num deles, esse é um tique involuntário; no outro, é uma piscadela conspiratória a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos; observando os dois sozinhos, como se fosse uma câmara, numa observação “fenomenalista”, ninguém poderia dizer qual delas seria um tique nervoso ou uma piscadela ou, na verdade, se ambas eram piscadelas ou tiques nervosos. No entanto, embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande, como bem sabe aquele que teve a infelicidade de ver o primeiro tomado pela segunda.

O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: (1) deliberadamente, (2) a alguém em

particular, (3) transmitindo uma mensagem particular, (4) de acordo com um código socialmente estabelecido e (5) sem o conhecimento dos demais companheiros. Conforme salienta Ryle, o piscador executou duas ações – contrair a pálpebra e piscar – enquanto o que tem um tique nervoso apenas executou uma – contraiu a pálpebra. Contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar. É tudo que há a respeito: uma partícula de comportamento, um sinal de cultura e – voilà! – um gesto.

Todavia, isso é apenas o princípio. Suponhamos, continua ele, que haja um terceiro garoto que, “para divertir maliciosamente seus companheiros”, imita o piscar do primeiro garoto de uma forma propositada, grosseira, óbvia etc.

Naturalmente, ele o faz da mesma maneira que o segundo garoto piscou e com o tique nervoso do primeiro: contraindo sua pálpebra direita. Ocorre, porém, que esse garoto não está piscando nem tem um tique nervoso, ele está imitando alguém que, na sua opinião, tenta piscar. Aqui também existe um código socialmente estabelecido (ele irá “piscar” laboriosamente, super obviamente, talvez fazendo uma careta – os artificios habituais do mímico), e o mesmo ocorre com a mensagem. Só que agora não se trata de uma conspiração, mas de ridicularizar. Se os outros pensarem que ele está realmente piscando, todo o seu propósito vai por água abaixo, embora com resultados um tanto diferentes do que se eles pensassem que ele tinha um tique nervoso.

Pode ir-se mais além: em dúvida sobre sua capacidade de mímica, o imitador pode praticar em casa, diante de um espelho, e nesse caso ele não está com um tique nervoso, nem piscando ou imitando – ele está ensaiando. Entretanto, para a câmara, um behaviorista radical ou um crente em sentenças protocolares, o que ficaria registrado é que ele está contraindo rapidamente sua pálpebra direita, como os dois outros. As complexidades são possíveis, se não praticamente infundáveis, pelo menos do ponto de vista da lógica. O piscador original poderia, por exemplo, estar apenas fingindo, para levar outros a pensarem que havia uma conspiração, quando de fato nada havia, e nesse caso nossas descrições do que o imitador está imitando e o ensaiador ensaiando mudam completamente.

O caso é que, entre o que Ryle chama de “descrição superficial” do que o ensaiador (imitador, piscador, aquele que tem o tique nervoso...) está fazendo (“contraindo rapidamente sua pálpebra direita”) e a “descrição densa” do que ele está fazendo (“praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento”) está o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de es-

Resumo

Inteligibilidade: quando se identificam os elementos do texto.

Interpretação: quando se dá um sentido ao texto de acordo com determinado contexto de leitura.

Compreensão: fruto da prática da leitura quando se compreende não apenas o texto, mas as complexidades às quais esse texto está se referindo.

Leituras recomendadas

BARBOSA, M. L. F. F.; SOUZA, I. P. *Práticas de leitura no Ensino Fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

DIONISIO, A. P. Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita (atividades). In: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (Org.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERES, B. S. Estratégias de leitura, compreensão e interpretação de textos na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 6., 2002, *Anais...* Rio de Janeiro/RJ: CiFEFil, 2002.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. A relação com a escrita. In: *Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade*. Niterói: Eduff, 1999.

XAVIER, A. C. S. *Como se faz um texto: a construção da dissertação argumentativa*. Catanduva: Rêspel, 2006.

Aula 5

Orações, frases, períodos e parágrafos:
vamos por partes

*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Metas

Identificar as estruturas do texto, desde os vocábulo, passando pelos enunciados, até chegar aos parágrafos, bem como desenvolver um esquema textual.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os vocábulo e ampliar o vocabulário;
2. reconhecer orações, frases e períodos;
3. formular parágrafos coerentes e coesos;
4. desenvolver um esquema de texto.

Introdução



Figura 5.1: O escritor entre o texto e os rascunhos. No processo de escrita, o aprimoramento vem com o exercício contínuo de reescrita.

Olhar uma folha em branco e ter a coragem ou a inspiração para escrever é um obstáculo para quem não domina ou não conhece técnicas de redação. Ter conhecimento da língua e suas regras ortográficas permite ao escritor maior segurança no momento de escrever um texto.

Já vimos que escrever é muito mais do que registrar palavras. É produzir ideias de forma coerente e organizada, a fim de transmitir uma mensagem. É uma tarefa complexa que exige tempo, criatividade e conhecimento da língua. E é por isso que, para se escrever bem, não há receita. Aquele escritor talentoso muito provavelmente percorreu um caminho longo e realizou um trabalho árduo, de leituras e exercícios contínuos da escrita, para se chegar ao texto final. Na aula de hoje, vamos conhecer algumas técnicas de escrita que nos ajudem a superar o drama da folha em branco e que nos motivem a escrever, sempre com o objetivo de aprimorar nossa comunicação textual.

Vocábulo: as unidades essenciais do texto

O vocabulário é o conjunto de vocábulos. Estes, por sua vez, são a unidade da língua, e constituem um conjunto ordenado. O que concorre

para essa ordenação é o fato de apresentarem semelhanças de forma, de sentido e de função.

Diferentes podem ser as formas de classificação dos vocábulos: morfológica, sintática, por acentuação tônica, por número de sílabas. Todas essas são vistas nas aulas de gramática.

De acordo com os objetivos da disciplina Oficina de Texto I, é importante atentar para as funções que cada vocábulo pode apresentar no conjunto do texto. E, por isso, referimo-nos à classificação **morfossemântica**, na qual os vocábulos se agrupam em nomes, verbos, pronomes, advérbios e conectivos. As três primeiras classes (nomes, verbos e pronomes) constituem-se de vocábulos variáveis. As duas últimas (advérbios e conectivos), de vocábulos invariáveis. A diferença entre essas classes está no modo de significação e nas categorias gramaticais que cada uma delas expressa, ou seja, na sua flexão quanto ao número e ao gênero.

Morfossemântica

Classificação morfológica ou formal, na qual são levadas em conta as propriedades gramaticais dos vocábulos, quanto à classificação semântica, relativa ao significado que o vocábulo apresenta. Poderíamos também citar a classificação funcional ou sintática, que se refere à função que o vocábulo exerce na frase. No entanto, esta está mais vinculada a uma análise gramatical das orações e frases.

- Nome: nomeia os seres, expressa as categorias de gênero e número.
- Pronome: faz uma referência ao nome dentro de um contexto e por isso expressa também as categorias de gênero e número, além de possuir formas diferentes para pessoas e funções sintáticas.
- Verbo: expressa uma ação ou um processo e se distingue das outras classes do grupo porque apresenta variação de modo, tempo (aspecto) e pessoa (número).
- Advérbio: especifica a significação de um processo verbal e é invariável.
- Conectores: estabelecem relações de sentido entre os elementos da frase e são invariáveis.

Vocábulos? E as palavras? Os vocábulos são todo o conjunto de fonemas empregados nas línguas, mas somente aqueles dotados de semantema (que também podem ser chamados de raiz ou radical); podem ser considerados palavras, ou seja, as palavras pertencem ao reino dos vocábulos.

Por exemplo, os artigos *o, a, os, as, um, uma, uns e umas* são apenas vocábulos, pois não têm semantema e por isso não podem ser considerados palavras, isto é, toda palavra é um vocábulo, mas nem todo vocábulo é uma palavra.

Lei

Este churrasquinho no espeto está legal. Fiz um samba legal. O discurso do prefeito foi legal. Praia legal. Gol legal. Aquela coroa foi muito legal comigo. Tivemos uma briga legal. Amanhã, às 11, na Montenegro? Legal.

Parece que nunca houve tanta legalidade neste país.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. In: *Jornal do Brasil*, 05 dez. 1972).

Podemos dizer que, no poema, **Carlos Drummond de Andrade** exagera no uso da palavra *legal*. Esse excesso intencional do poeta faz com que a palavra, usada com significados e objetivos diferentes, confunda o leitor. “A palavra fica tão gasta porque é usada com tantas intenções e significações diferentes, que as pessoas terminam não sabendo direito o que ela quer dizer” (FAULSTICH, 2010, p. 38). A palavra *legal* produz um eco vocabular, pois é difícil compreender sua classificação semântica e é por isso que devemos estar atentos às unidades essenciais do texto.

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)

Considerado o mais influente poeta brasileiro do século XX, produziu poesias, crônicas e contos. Ele herdou, do movimento modernista, a liberdade linguística, o verso livre, o metro livre e as temáticas cotidianas. Para saber mais, acesse: http://www.releituras.com/drummond_bio.asp.



Okitron

Figura 5.2: Estátua de Carlos Drummond de Andrade na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carlos_Drummond.jpg?uselang=pt

Pois, então, pensemos com o autor: qual é o significado da palavra *legal* em cada frase do texto?

===== **Atividade 1** =====

Atende ao Objetivo 1

Esta atividade tem como fonte os exercícios propostos por Faulstich (2010) e o “exercício de palavras vazias” de Nunes & Leite (1975). Nela você vai interferir no poema de Drummond. Para evitar essas “palavras vazias” (ou esvaziadas pelo uso) que servem para tudo, você deverá substituir o adjetivo *legal* por vocábulos cujo sentido semântico permita compreender melhor o texto e comunique melhor a ideia.

Utilize-se de outros vocábulos para substituir cada espaço vazio. Em seguida, justifique o uso do vocábulo que escolheu, redigindo uma frase. Assim você enriquecerá seu vocabulário.

Use o dicionário para fazer os exercícios.

Lei

Este churrasquinho no espeto está _____. Fiz um samba _____.
O discurso do prefeito foi _____. Praia _____. Gol _____.
Aquela coroa foi muito _____ comigo. Tivemos uma briga _____.
Amanhã, às 11, na Montenegro? _____.

Parece que nunca houve tanta legalidade neste país.

Justificativas:

Resposta Comentada

Seguem sugestões para o preenchimento dos espaços:

Lei

Este churrasquinho no espeto está gostoso (se refere ao sabor, poderia ser saboroso também). Fiz um samba bom (se refere à qualidade do samba, também poderia ser agradável). O discurso do prefeito foi respeitável. Praia agradável. Gol bonito. Aquela coroa foi muito simpática comigo. Tivemos uma briga séria. Amanhã, às 11, na Montenegro? Combinado.

Parece que nunca houve tanta legalidade neste país.

Oração, frase e período:

Como vimos na seção anterior, as menores partes de um texto são chamadas vocábulos. São eles que, compostos, formam o texto escrito, e é por isso que é essencial conhecermos cada vez mais palavras e ampliarmos nosso vocabulário.

Porém, não adianta nada termos um vasto vocabulário e sabermos escrever corretamente os vocábulos, pois eles só fazem sentido ou são relevantes quando articulados em forma de orações e frases. É por isso que, a partir desta seção, iremos refletir sobre a produção textual em suas partes. Leia o box explicativo a seguir.



Um texto é um conjunto de elementos:

Conjunto de um ou mais parágrafos

Conjunto de uma ou mais frases compondo parágrafos

Conjunto de uma ou mais palavras compondo frases.

Um texto é um conjunto de relações: ligando parágrafos

Ligando uma ou mais frases em parágrafos

Ligando uma ou mais palavras em frases.

(STARLING; NASCIMENTO; MOREIRA, 1978, p. 114).

Enunciado

Ação de enunciar. Uma proposição, exposição, declaração. Um conjunto das condições a que devem se submeter as incógnitas de um problema: “o enunciado de um teorema”, por exemplo. É a dimensão material do texto: as palavras, frases e, no caso dos textos escritos, temos a própria mensagem do texto, como também os desenhos, as fotos etc.

Você já deve ter visto, nas aulas de português, as diferenças entre oração, frase e período. Essas são as três partes estruturais da linguagem que podemos denominar **enunciados**. Aqui, vamos reforçar alguns de seus conceitos para o aprimoramento da nossa capacidade de escrita.

Cada um deles tem uma característica específica e formas distintas de classificação.

Começemos pela *oração*: denominamos oração todo conjunto linguístico que se estrutura em torno de um verbo ou locução verbal e que apresenta sujeito e predicado. Não importa se a oração tenha sentido sozinha, o que a caracteriza é o verbo, isto é, a informação de que foi realizada uma ação.

As orações podem ser classificadas em:

- absoluta: quando a oração expressa uma ideia. Ex.: O policial militar *deteve* o assaltante.
- coordenada: quando há duas ou mais orações que se complementam, mas cujas ações são independentes e, por isso, elas podem ser compreendidas de forma separada, sem que se perca sentido. Ex.: O juiz *concordou* com a investigação policial e *condenou* os culpados.
- subordinada: ocorre quando há uma hierarquia entre as estruturas oracionais, fazendo com que, sintaticamente, as orações sejam dependentes. Ex.: O inspetor *quis registrar* a ocorrência.

Já a *frase* é todo enunciado que transmite uma ideia. Pode ser tanto uma palavra quanto um conjunto de palavras. O importante é que se constitua de um enunciado de sentido completo. Assim, podemos afirmar que a frase se caracteriza não necessariamente por sua extensão, mas pela transmissão de comunicação. E é por isso que uma oração absoluta, como vimos anteriormente, também pode ser denominada frase verbal.

E é por isso, também, que a frase não virá necessariamente acompanhada por sujeito, verbo e predicado. Qualquer expressão de alerta, exclamativa, interrogativa que transmita uma ideia é uma frase.

Exemplo: “Cuidado!”. Esta é uma frase, pois transmite a ideia de ter cuidado, ou ficar atento, porém nela não há um único verbo, ou sujeito, muito menos predicado.

Mais exemplos de frases:

- a) Sentido!
- b) Que medo!
- c) Muito obrigado.
- d) Os manifestantes ocuparam novamente as ruas na noite passada.

É importante destacarmos que, quando se fala, o início e o fim da frase são marcados por uma entonação característica. Mas, quando nos referimos à escrita, é a pontuação específica que define o seu princípio e o seu fim. Toda frase começa com letra maiúscula e termina em um ponto.

Por fim, temos o *período*, que é uma frase que possui uma ou mais orações. O conceito de período engloba os dois conceitos já estudados: frase e oração. Portanto, para que um determinado enunciado seja considerado um período, é necessário que ele tenha sentido completo (conceito de frase) e possua pelo menos um verbo (conceito de oração).

Quando constituído de uma só oração (um verbo ou locução verbal), denominamos período simples. Ex.: João *ofereceu* um livro a Joana.

Quando é constituído de duas orações (dois verbos ou locuções verbais), o período é denominado composto. Ex.: O povo *anseia* que *haja* uma eleição justa.

Quando é constituído por três ou mais orações (três ou mais verbos ou locuções verbais), havendo coordenação e subordinação, é denominado misto. Ex.: Ele *amava* e *sufocava* a vida da mulher que *libertara* da prisão.

Por que é importante sabermos isso na disciplina Oficina de Texto? Porque são esses menores enunciados que vão compor nossos parágrafos. Eles são fatores constituintes de qualquer texto escrito em prosa e, ao identificá-los, torna-se possível expor nossas ideias corretamente, bem como pontuar e organizar melhor o texto, compondo uma sequência lógica de ideias, todas organizadas e dispostas em parágrafos minuciosamente construídos.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Leia atentamente os enunciados a seguir:

- a) Hoje é sábado de carnaval e as ruas estão animadíssimas.
- b) O governo deve garantir segurança pública a toda a sociedade.
- c) Fui à escola, fiz a prova e voltei para casa.
- d) Comprei um bilhete de loteria e fiquei milionária.
- e) Atenção, polícia!

Agora, sublinhe os verbos e indique se os enunciados são frases ou orações e períodos. Neste caso, classifique-os.

Resposta Comentada

Você deverá identificar que o número de verbos (ou locuções verbais) é correspondente ao número de orações. Assim:

- a) Hoje é sábado de carnaval / e as ruas estão animadíssimas. Período composto. Orações coordenadas.
- b) O governo deve garantir segurança pública a toda a sociedade. Período composto. Oração subordinada.
- c) Fui à escola, / fiz a prova / e voltei para casa. Período composto. Orações coordenadas.
- d) Comprei um bilhete de loteria / e fiquei milionária. Período composto. Oração coordenada.
- e) Atenção, polícia! Frase.

Os parágrafos

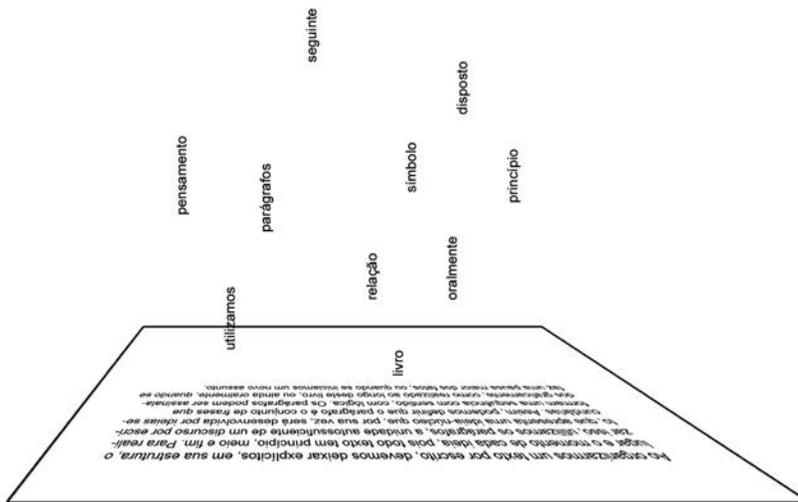


Figura 5.3

Familiarizados com o tema a ser desenvolvido, elencadas todas as ideias a serem discutidas... finalmente estamos aptos a começarmos nossa produção. Mas ainda resta outro detalhe de extrema relevância – a eficácia do texto dependerá da forma pela qual estas ideias se apresentarão mediante o transcorrer do discurso.

Fonte: <http://www.portugues.com.br/redacao/a-estruturacao-paragrafo-.html>. Acesso em: 26 set. 2014.

Ao organizarmos um texto por escrito, devemos deixar explícitos, em sua estrutura, o lugar e o momento de cada ideia, pois todo texto tem princípio, meio e fim. Para realizar isso, utilizamos os parágrafos, unidade autossuficiente de um discurso por escrito, que apresenta uma ideia-núcleo que, por sua vez, será desenvolvida por ideias secundárias.

Assim, podemos definir que parágrafos são conjuntos de frases que formam uma sequência com sentido, com lógica. Podem ser assinalados graficamente, com um recuo de margem, como realizado ao longo deste livro, ou ainda oralmente, quando se faz uma pausa maior dos fatos, ou quando se inicia um novo assunto.



A palavra parágrafo tem origem no termo grego *paragraphos*, que significa *escrever ao lado* ou *escrito ao lado*. Para simbolizá-lo, utilizamos o símbolo §.

Quando ditamos um texto e queremos dizer que o período seguinte deve começar em outra linha, falamos parágrafo ou alínea. A palavra alínea vem do latim *a + lines* e significa *distanciado da linha*, isto é, fora da margem em que começam as linhas do texto.

O símbolo para parágrafo, representado por §, equivale a dois esses (s) entrelaçados, iniciais das palavras latinas *signum sectionis*, que significam sinal de secção, de corte. Seu uso é muito comum na legislação brasileira e indica um subnível em relação aos artigos de lei. Por exemplo: “§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º”. Tal uso é regulado como técnica de redação de leis no Brasil pela Lei complementar n.º 95 de 1998.

Para digitá-lo no teclado PT-BR (ABNT2 com ç), digitar o comando “Ctrl + Alt + =”. Em teclado americano, digitar “ALT + 0167”.

Indentação

Recuo de um texto em relação a sua margem.

O recuo feito para iniciar um parágrafo indica ao leitor que aquele trecho posterior irá apresentar uma ideia, um pensamento ou um ponto principal, acompanhado por detalhes que o complementam, compondo, assim o parágrafo. O início de um parágrafo é indicado iniciando-se numa nova linha; por vezes, esta primeira linha é **indentada**; por vezes ela é indentada sem que se inicie uma nova linha. Pode-se também determinar o início de um parágrafo através do símbolo denominado *pé-de-mosca*: ¶.

No texto, cada parágrafo é construído em relação aos parágrafos anteriores e, ao mesmo tempo, prepara para os que virão adiante. Eles podem ser longos ou curtos. O que vai determinar sua extensão é a unidade temática, já que cada ideia exposta no texto deve corresponder a um parágrafo.

Quando elaboramos um texto seguindo o rigor acadêmico e buscando objetividade na escrita para a explicitação de ideias, podemos obedecer ao modelo a seguir, proposto por Duarte, para a elaboração de um parágrafo-padrão em textos dissertativos:

Introdução – constitui-se pela apresentação da ideia principal, também denominada *tópico frasal*, feita de maneira sintética e definida pelos objetivos aos quais o emissor se propõe.

Desenvolvimento – fundamenta-se na ampliação do tópico frasal, atribuído pelas ideias secundárias, reconhecidas na exposição dos argumentos com vistas a reforçar e conferir credibilidade ora em discussão.

Conclusão – caracteriza-se pela retomada da ideia central associando-a aos pressupostos mencionados no desenvolvimento, procurando arrematá-los de forma plausível. Pode, na maioria das vezes, constar de uma solução por parte do emissor no que se refere ao instaurar dos fatos.

Fonte: <http://www.portugues.com.br/redacao/a-estruturacao-paragrafo-.html>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Como chama a atenção a autora, a ideia central do parágrafo é sempre enunciada através do período denominado tópico frasal. É ele que orienta todo o resto do parágrafo. Do tópico frasal nascem outros períodos secundários ou periféricos e, ao mesmo tempo, ele é o roteiro do escritor na construção do parágrafo, o período-mestre que contém a frase-chave. Assim, podemos afirmar que o tópico frasal é a “célula” que traz a ideia de um parágrafo, para que o escritor “puxe assunto” com o leitor já em sua primeira frase.

Para o leitor, o tópico frasal ajuda a identificar o raciocínio do autor do texto, pois introduz o assunto e o modo como o autor pretende desenvolvê-lo. É a enunciação argumentável, afirmação ou negação, que leva o leitor a esperar mais do escritor para completar o parágrafo ou apresentar um raciocínio completo. Assim, o tópico frasal é enunciação, supõe desdobramento ou explicação e, geralmente, vem no começo do parágrafo, seguido de outros períodos que explicam ou detalham a ideia central.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3

Leia o texto a seguir e responda às questões:

Segundo a Resolução da Secretaria de Estado de Segurança (SE-SEG) nº 306, de 15 de janeiro de 2010, que considera a “necessidade de dinamizar as investigações relativas aos crimes contra a pessoa, em especial o crime de homicídio”, compete à Divisão de Homicídios, dentre outras atribuições previstas em seu artigo 2º:

I – promover a promoção e a repressão aos crimes dolosos contra a vida, em especial os homicídios e latrocínios na forma consumada;

II – dirigir e coordenar, privativamente, investigações referentes aos crimes de sua atribuição, nos primeiros 30 (trinta) dias da ocorrência, sendo delegada a redistribuição do inquérito policial à circunscrição do fato, ao diretor da Divisão de Homicídios; (...)

V – comparecer, obrigatoriamente, aos locais de crime de sua atribuição, assumindo prontamente a direção das investigações e confeccionando o competente registro de ocorrência, independentemente da circunscrição onde tenha ocorrido o evento, no município do Rio de Janeiro ou por determinação da Administração Superior da Polícia Civil; (...).

De acordo com o Código Penal do Brasil, os homicídios dolosos são categorias jurídicas inseridas no Título I, Dos Crimes Contra a Pessoa, no Capítulo I, que trata dos Crimes Contra a Vida, e estão tipificados no artigo 121, §2º. Os roubos seguidos de morte, socialmente também chamados de latrocínios, constituem categoria que compõe o Título II, que trata dos Crimes Contra o Patrimônio, e são tipificados no Capítulo II, que trata dos Roubos e da Extorsão, no artigo 157, §3º. No caso dos acusados de homicídio doloso, a pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão e, no caso dos acusados de roubos seguidos de morte, a pena prevista é de reclusão entre 20 e 30 anos, além de multa. Ou seja, em tese, a pena para os acusados de roubo seguido de morte é maior, ou mais severa, que para os acusados de homicídio doloso.

Uma diferença significativa entre essas duas tipificações refere-se ao tipo de rito judiciário a que são submetidas. Enquanto os processos de homicídio doloso são tratados de acordo com os procedimentos do rito do tribunal do júri, os processos de roubo

Respostas Comentadas

Você deverá indicar quais são as orações que apresentam o conjunto de ideias desenvolvidas em cada parágrafo. Um importante aspecto é que, no trecho que apresenta a legislação sob forma segmentarizada por parágrafos, não há nenhum tópico frasal, pois esta citação está vinculada ao parágrafo anterior.

Assim, podem ser identificados como tópicos frasais do texto:

1º parágrafo: “Segundo a Resolução da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) nº 306, de 15 de janeiro de 2010 (...) compete à Divisão de Homicídios”. O parágrafo indica quais são as competências da Divisão de Homicídios de acordo com a resolução da SESEG.

2º parágrafo: “De acordo com o Código Penal do Brasil, os homicídios dolosos são categorias jurídicas inseridas no Título I, Dos Crimes Contra a Pessoa, no Capítulo I, que trata dos Crimes Contra a Vida, e estão tipificados no artigo 121, §2º. Os roubos seguidos de morte, socialmente também chamados latrocínios, constituem categoria que compõe o Título II, que trata dos Crimes Contra o Patrimônio, e são tipificados no Capítulo II, que trata dos Roubos e da Extorsão, no artigo 157, §3º”. O parágrafo indica detalhes legais referentes à tipificação de cada crime.

3º parágrafo: “Uma diferença significativa entre essas duas tipificações refere-se ao tipo de rito judiciário a que são submetidas”. O parágrafo indica diferenças de rito em relação às duas tipificações.

Os parágrafos que estão presentes no texto aparecem tanto sob a forma de unidade autossuficiente do discurso, isto é, de explicitação e explicação de ideias, quanto na forma legal, quando se usa o símbolo § para indicar leis e normas.

Estruturando um texto

Como já vimos anteriormente, ao lermos um texto, podemos identificar sua estrutura. Da mesma maneira, quando escrevemos um texto, é necessário estruturá-lo bem a partir de cada parágrafo.

Em qualquer bom texto, há algumas qualidades básicas para as quais devemos atentar. Nesta seção final da aula, vamos aprender como escrever de forma a agregar valor às nossas ideias dispostas por escrito.



Cada coisa em seu lugar

É preciso mostrar ao aluno que escrever com atenção aos tópicos ajuda a preservar a unidade estrutural e temática dos textos.

A boa prosa deve apresentar ordem e progressão. Ordenar é garantir uma sequência em que se vá com clareza do primeiro ao último parágrafo. Para conseguir isso, é preciso relacionar os componentes textuais de modo a assegurar a continuidade da forma e do conteúdo-se é que se pode, a rigor, separar esses dois planos linguísticos.

A continuidade formal, que se obtém basicamente por meio dos elementos coesivos, promove a coerência e tende a conferir unidade ao texto. Ela, contudo, não basta para torná-lo claro ao leitor. À exigência de uma rigorosa coesão associa-se a necessidade de uma boa arquitetura. O texto funciona quando sentenças e parágrafos estão dispostos numa ordem tal, que nada compromete a legibilidade. O que não se lê fácil está mal escrito.

Para tornar legível o texto, é preciso rigor na construção das partes. Espera-se que a sentença seja completa (não são raros, nas redações, os fragmentos de frases). Do parágrafo, espera-se que tenha unidade, apresente-se suficientemente desenvolvido e se articule com o parágrafo seguinte de modo a promover a progressão.

(...)

A importância da hierarquia nos textos

O que é um tópico? É o componente mais importante de uma sentença, de um parágrafo ou de todo o conjunto textual. Daí se falar em tópico sentencial, tópico frasal e tópico discursivo. Escrever de olho neles ajuda a hierarquizar os elementos do texto.

• Tópico discursivo

Começemos pelo último – o tópico discursivo. Ele indica o assunto e deve constar na introdução. A boa introdução é aquela em que se informa o leitor sobre aquilo de que se vai falar. Reda-

ções em que não se faz isso, ou se faz mal, tendem a apresentar problemas de unidade e se tornam um desafio maior para quem não tem experiência com a escrita.

(...) A resposta direta ocorre quando o aluno não se preocupa em introduzir o texto, iniciando-o pelo meio através de expressões como “de fato”, “é verdade”, “não há dúvida de que” etc. Isso contraria a velha máxima de Aristóteles, segundo a qual a introdução é o que não admite nada antes, e deixa o leitor sem saber de que trata a redação (é claro que os membros da banca sabem de que ela trata, mas um texto deve dar a qualquer leitor todas as informações necessárias para interpretá-lo).

• **Tópico sentencial**

O tópico sentencial, como o nome diz, é a palavra ou expressão de que basicamente se fala numa sentença. Vê-se, pela definição, que ele coincide com o sujeito. A manutenção desse tópico em posição inicial ajuda a compor parágrafos claros, entre outras razões, pela referência do verbo a um mesmo termo sintático. (...)

• **Tópico frasal**

O tópico frasal, por fim, é a sentença (ou sentenças) em que se encontra a ideia principal do parágrafo. Geralmente também aparece no início e se constitui numa declaração a ser justificada, desenvolvida, amplificada.

Grande parte dos problemas de paragrafação decorre de um desenvolvimento insuficiente do tópico frasal. Ou de o aluno limitar o parágrafo a um período. Neste caso, o tópico aparece como uma cabeça sem corpo, o que impede o texto de andar.

Articular bem o parágrafo é fundamental. Quando isso não ocorre, o texto não apresenta uma progressão coerente. (...)

Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/0/cada-coisa-em-seu-lugar-253973-1.asp>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

O texto do box explicativo chama atenção para como a organização textual é importante para o desenvolvimento de um texto claro e coerente. Para tanto, frases e parágrafos devem ser coesos e constituir uma unidade textual.

É importante fixarmos que todo bom texto tem de apresentar em sua organização uma introdução, que remete ao tema do texto e à forma como esse tema será abordado; o desenvolvimento, que traz ao leitor os argumentos do autor; e a conclusão, onde o autor apresenta suas considerações finais sobre o tema abordado, relacionando-o com os argumentos que foram por ele apresentados ao longo do texto.

Sempre que começarmos a desenvolver um texto, é importante estabelecermos um esquema textual, o que se chama também esqueleto do texto:

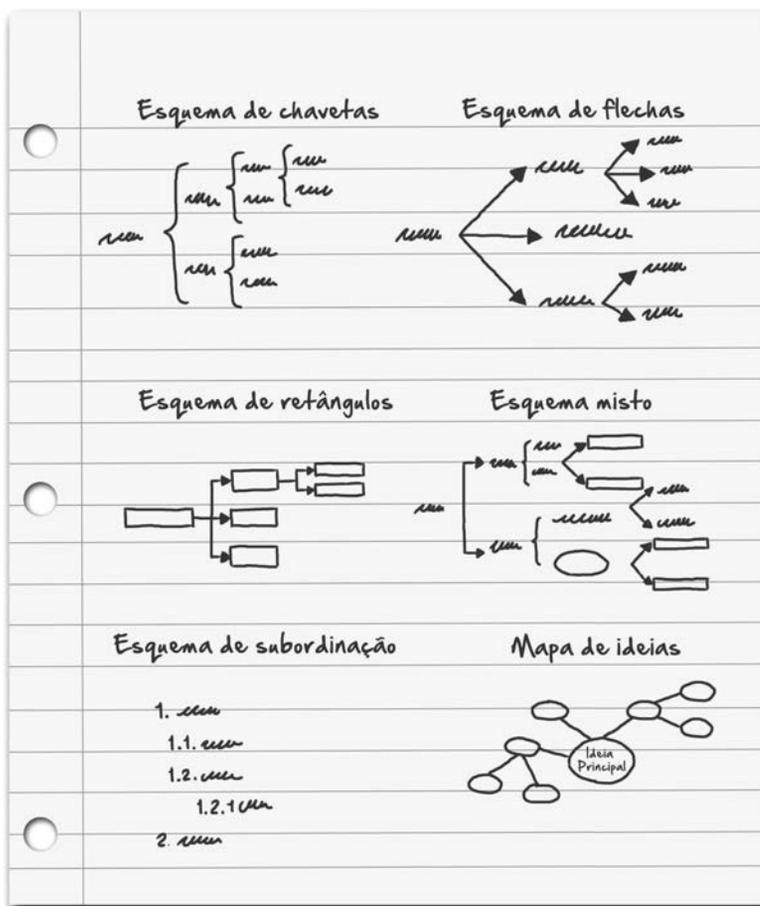


Figura 5.4: Modelos de esquemas textuais para a elaboração da estrutura do texto. Ao começarmos a elaborar um texto, é importante termos em mente um desses esquemas para articularmos inicialmente a organização das ideias. Fonte: <http://www.desmazelas.com.br/2013/02/como-esquematar-um-texto.html>

Como visto na **Figura 5.4**, há diversas maneiras de esquematizar um texto. Em cada parte desse esquema, explicitaremos o tópic. O tópic

Resumo

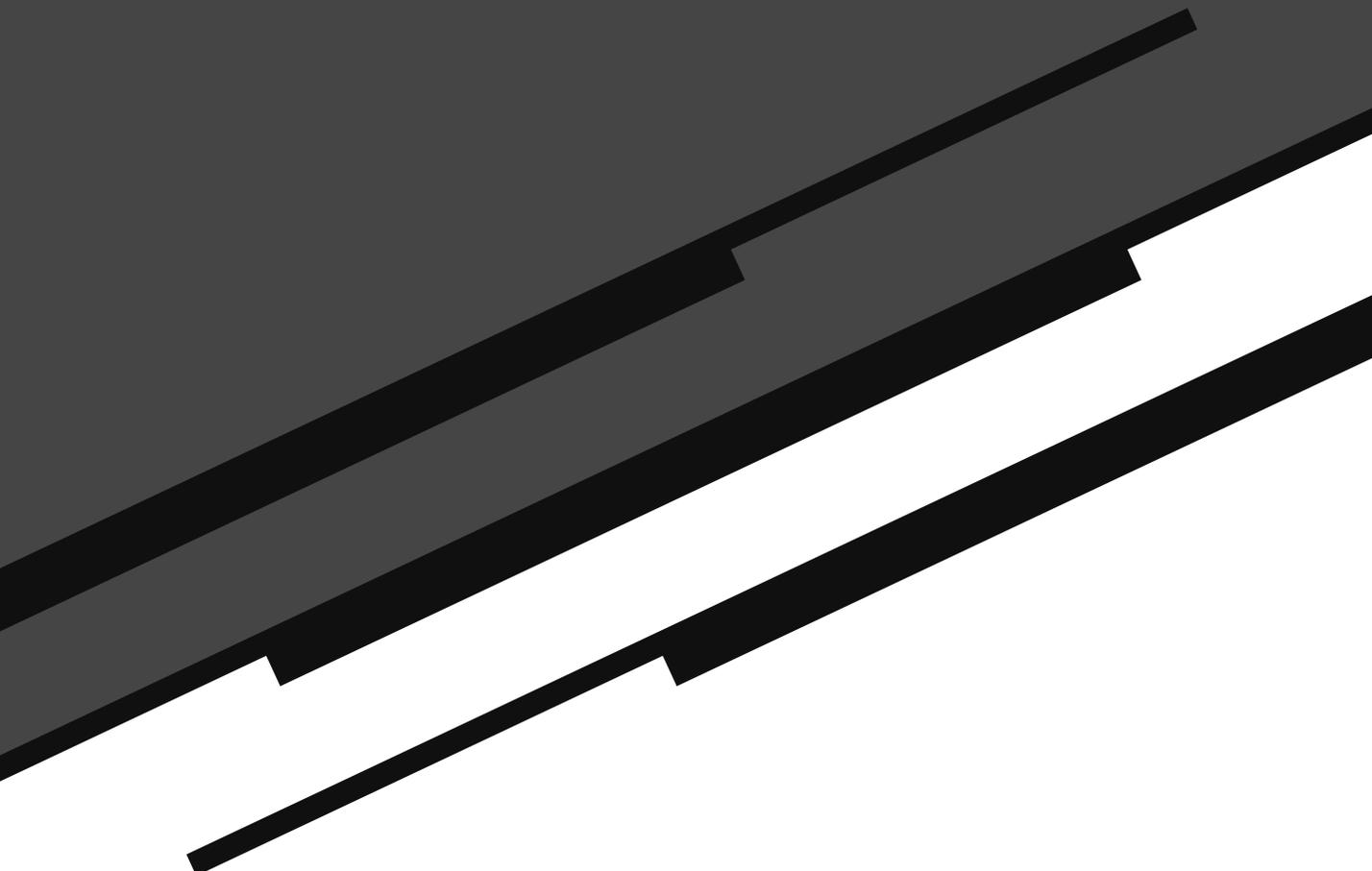
As menores estruturas dos textos são os vocábulos. Estes, de acordo com a classificação morfossemântica, podem ser categorizados como: nome; pronome; verbo; advérbio e conectores. Toda palavra é um vocábulo, mas nem todo vocábulo é uma palavra. Você reparou o quão importante é atentar para essas unidades essenciais do texto no momento da escrita.

As orações, frases e períodos têm diferentes classificações. Cada oração é sempre composta de um verbo, e frases são aqueles enunciados que transmitem alguma informação, independentemente da existência de verbos. Assim, há frases que não são orações. Já o período é englobante desses dois conceitos: frase e oração. Assim, ele sempre tem sentido completo (conceito de frase) e possui pelo menos um verbo (conceito de oração).

As ideias de um texto são apresentadas nos parágrafos e o autor deve desenvolver o tópico frasal para chamar a atenção do leitor ao tema central que está sendo discutido. Esse tópico é o argumento para o desenvolvimento do texto, que, para ter qualidade, coerência e coesão, deve ser, previamente, organizado sob a forma de um esquema textual, no qual o autor vai sistematizar os tópicos antes de iniciar a escritura do seu texto.

Aula 6

Tipos textuais I: normas e técnicas



*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Metas

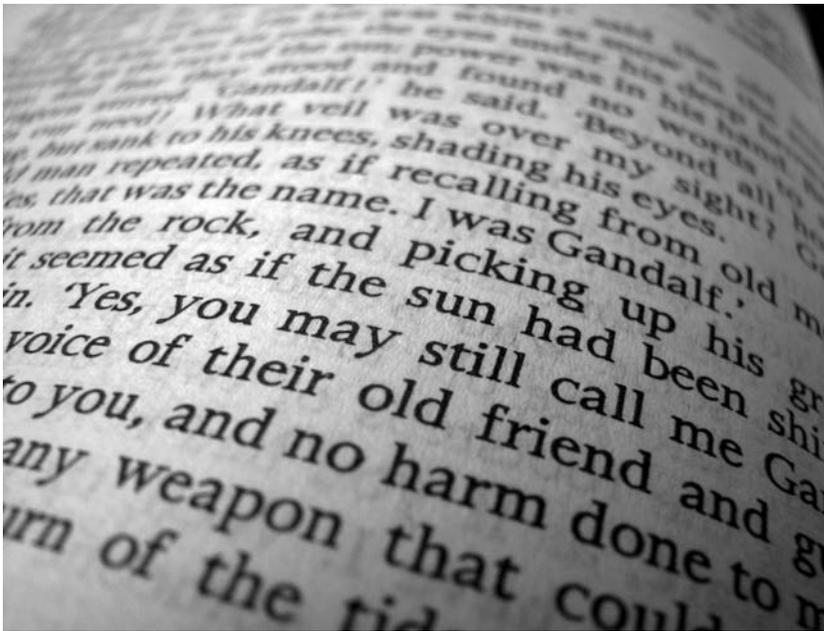
Apresentar alguns tipos textuais e desenvolver cada um deles de acordo com as suas normas e técnicas específicas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar tipos e gêneros textuais;
2. construir narrativas e personagens;
3. descrever situações textualmente.

Tipos não são gêneros textuais e vice-versa



Tomas Vogelsang

Figura 6.1: Finalidades de um texto.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/52/517360/lotr-book-page-814544-m.jpg>

Narrar, descrever, argumentar, instruir, informar... diversas são as finalidades de um texto. E, para cada uma delas, há uma forma específica de organização. A forma de se construir o texto se denomina tipo textual e, ao estudo desses tipos realizado pela literatura, dá-se o nome de **tipologia**.

De acordo com o objetivo de cada texto, um tipo textual determinado será desenvolvido pelo escritor, pois mais do que registrar palavras, escrever é colocar ideias no papel.

Os estudos literários de classificação dos tipos textuais são importantes na Oficina de Texto, pois nos ajudam a identificar e utilizar as técnicas de escrita de forma mais elaborada e com as ferramentas adequadas para, cada vez mais, construirmos um bom texto.

É importante, desde já, saber que tipologia textual não é a mesma coisa que gênero textual. Vejamos como o *site* Ateliê do Texto identifica os gêneros textuais e as diferenças entre essas duas formas de classificar os textos.

Tipologia

Ciência que estuda os tipos, diferença intuitiva e conceptual de formas de modelo ou básicas.

A tipologia é muito usada em estudos sistemáticos, para definir diferentes categorias.

A tipologia textual diz respeito à forma como um determinado texto é apresentado. O aspecto tipológico de um texto diz respeito ao propósito com o qual ele foi escrito.

Assim, as diferentes tipologias textuais são: narração, dissertação, descrição, informação e injunção. Para saber mais sobre tipologia, consulte: <http://www.significados.com.br/tipologia/>

Gênero e Tipologia Textual: é a mesma coisa?

Sempre que se fala em leitura e produção de texto, é comum haver referência à expressão “gêneros textuais do discurso”. Estima-se, aliás, que existam mais de cinco mil gêneros em circulação na sociedade atual. Os gêneros do discurso fazem parte, portanto, de nosso dia a dia. Se queremos nos dar bem com a leitura e produção de textos, devemos conhecer um pouco sobre eles (...).

1.1. Como se dá a escolha de um gênero textual?

Numa situação de interação verbal, a escolha do gênero textual é feita de acordo com os diferentes elementos que participam do contexto, tais como:

I – quem está produzindo o texto;

II – para quem;

III – com que finalidade;

IV – em que momento histórico etc.

Isso porque os gêneros discursivos geralmente estão ligados a *esferas de circulação*. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como notícias, reportagens, editoriais, entrevistas; na *esfera de divulgação científica*, são comuns gêneros como verbete de dicionário ou de enciclopédia, artigo ou ensaio científico, seminário, conferência (...).

Disponível em: <<http://ateliédotexto.net/?p=345>>. Acesso em: 18 de nov. 2013.

Para compreender melhor o que está sendo discutido no texto acima, tomemos como exemplo um livro, como este que você tem em mãos. Nele, podemos identificar um gênero que tem como objetivo transmitir ou corroborar as informações que são apreendidas no seu curso.

Tabela 6.1: Função básica de alguns gêneros de acordo com Travaglia (1991, p. 105)

Grupos de gêneros	Função básica comum
Aviso, comunicado, edital, informação, informe, participação, citação	Dar conhecimento de algo a alguém
Acórdão, acordo, convênio, contrato, convenção	Estabelecer concordância
Petição, memorial, requerimento, abaixo-assinado, requisição, solicitação	Pedir, solicitar
Alvará, autorização, liberação	Permitir
Atestado, certidão, certificado, declaração	Dar fé da verdade de algo
Ordem de serviço, decisão, resolução	Decidir, resolver
Convite, convocação, notificação, intimação	Solicitar a presença
Nota promissória, termo de compromisso, voto	Prometer
Decreto, decreto-lei, lei, resolução	Decretar ou estabelecer normas
Mandado, interpelação	Determinar a realização de algo
Averbação, apostila	Acrescentar elementos a um documento, declarando, corrigindo, ratificando

Fonte: http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/artigo_tipelementos_e_a_construcao_de_uma_teor%C3%80tipol%C3%80gica_geral_de_textos.pdf

Seguindo a diversidade de gêneros ilustrada na **Tabela 6.1**, cada um deles se caracteriza por diferentes tipologizações textuais. Em nosso curso, aprenderemos cinco delas: narração, descrição, argumentação, injunção e exposição e, nesta aula, estudaremos as duas primeiras.

Os tipos se vinculam a um estilo de construção textual e apresentam funções independentes, mas que podem ser mescladas entre si. Chamamos a miscelânea de tipos presentes em um gênero de heterogeneidade tipológica ou conjugação tipológica. Em geral, definimos um texto considerando a predominância tipológica e a função do tipo de interlocução que o autor pretende estabelecer.

Adiante, vamos conhecer os tipos textuais e compreender melhor do que se trata cada um deles.

=====**Atividade 1**=====

Atende ao Objetivo 1

Entre os gêneros textuais narrativos, destacamos os literários, cujas categorias mais conhecidas são o romance, a novela, o conto, a crônica e a fábula. Também existe a narrativa esportiva, que relata competições, jogos, corridas e partidas esportivas. Você sabe distingui-las? Realize uma pesquisa na internet e identifique as definições dos gêneros a seguir:

a) Romance

b) Novela

c) Conto

d) Crônica

e) Fábula

Respostas Comentadas

a) Romance: esta narrativa aborda uma situação fictícia, com elementos da vida de uma ou várias personagens. O enredo é formado por um conflito principal e outros secundários.

b) **Novela:** nesta narrativa, o enredo acontece em uma sequência temporal bem definida, com várias personagens. Tem como objetivo divertir e cativar o leitor com a sucessão de acontecimentos, muitas vezes associada a temas cotidianos.

c) **Conto:** esta é uma narrativa mais curta, compacta e com poucas personagens, na qual só existe um conflito em um espaço e tempo reduzidos.

d) **Crônica:** esta narrativa é um texto mais informal, que aborda situações do dia a dia, em que várias vezes o autor sutilmente denuncia algum problema de ordem social.

e) **Fábula:** apresentando animais como personagens, esta narrativa tem o propósito de ensinar algo sob o aspecto moral ou ético.

O texto narrativo



Figura 6.1: A contação de histórias é a forma mais tradicional de transmissão do texto narrativo.



Figura 6.2: As narrativas podem ser transmitidas tanto pela fala quanto pela escrita.

Todas as vezes em que “contamos uma história”, estamos construindo uma narrativa. Esse é o tipo textual no qual revelamos fatos que ocorreram em um determinado tempo e lugar, envolvendo personagens e um narrador. O texto narrativo pode se referir a um objeto do mundo real ou fictício. Assim, nos contos infantis, nos jogos de futebol ou quando relatamos um fato vivido, transmitimos informações sobre acontecimentos e contamos sobre eventos que assistimos, dos quais participamos ou sobre os quais ouvimos falar.



A narrativa reforçou-se com o surgimento da teoria semiótica da narrativa, no século XX. Essa teoria pretendeu analisar a narração em geral, e teve como um dos seus principais defensores o filósofo da linguagem Roland Barthes (Fonte: www.significado.com).

Para que um texto se caracterize como uma narrativa e para que esta se apresente de forma coerente, alguns elementos básicos devem ser contemplados. Veja-os na **Tabela 6.2**, a seguir:

Tabela 6.2: Elementos básicos da narrativa

O quê?	Fato: corresponde à ação que vai ser narrada.
Quando?	Tempo: indica em que linha temporal aconteceu o fato.
Onde?	Lugar: é a descrição de onde aconteceu o fato narrado.
Com quem?	Personagem: toda narrativa tem de ter pelo menos uma, que é o participante ou observador da ação.
Por quê?	Causa: indica a razão pela qual aconteceu o fato.
Como?	Modo: descreve de que forma aconteceu o fato.
Logo...	Consequências: resultado do desenrolar da ação; provoca um determinado desfecho, ou melhor, o final da história.

O texto narrativo é sempre utilizado quando queremos contar um caso, narrar um fato e historiar acontecimentos. Esses elementos básicos irão apresentar ao leitor a história que está compondo a narrativa e orientá-lo sobre como vai ser desenvolvida. A relação de anterioridade e posterioridade, característica dos textos narrativos é, em geral, indicada pelos verbos no pretérito, apontando que as ações do texto narrativo ocorreram no passado.

A ação, por sua vez, é uma das partes essenciais de uma narração, porque o texto narrativo conta uma sucessão de acontecimentos. Por esse motivo, nesse tipo textual são utilizados muitos verbos ligados à ação. As ações que compõem a narrativa são conhecidas como enredo. Veja o que Antonio Candido diz sobre personagens e enredo:

O enredo existe através das personagens; as personagens vivem do enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam (CANDIDO, 1987, p. 534).

O enredo é o conjunto dos fatos do texto escrito ligados entre si. Eles fundamentam e dão estrutura à ação. Os fatos vinculam os eventos de uma história por meio dos elementos básicos que vimos na **Tabela 6.2**, com o objetivo de causar um efeito emocional e artístico sobre o leitor.

Geralmente centrado em um conflito e responsável pelo nível de tensão da história, o enredo também pode ser visto como o esqueleto da narrativa, pois é ele que a sustenta e dá fundo ao desenrolar dos acontecimentos. Em geral, compõe-se do relato de fatos vividos pelas personagens, ordenados em uma sequência lógica e temporal que dê coesão à história que está sendo estruturada.

Por isso, os verbos de ação são característicos do tipo textual narrativo, indicando a movimentação das personagens no tempo e no espaço.



Figura 6.3: Carnaval no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/2/10148/carnival-in-brazil-16613-m.jpg>

Todo ano, no carnaval, as escolas de samba promovem um concurso para a escolha do seu samba-enredo, composto a partir do enredo desenvolvido pelo carnavalesco. Por meio de alegorias, fantasias e *performances*, a história construída sobre o tema escolhido é contada na passarela (no caso da cidade do Rio de Janeiro, o desfile acontece na Avenida Marquês de Sapucaí). Para saber mais sobre esse assunto, assista aos documentários a seguir:

- *Fazendo carnaval*: <http://www.youtube.com/watch?v=hnytJDIE5xY>
 - *Carnaval, bastidores e dramas*: <http://www.youtube.com/watch?v=Zbnpz61Fjso>
 - *A saga de um samba-enredo*: <http://www.youtube.com/watch?v=YXhPbm5AZag>
-

As partes do texto

Como vimos na Aula 5, todo texto tem suas partes. No enredo, elas são denominadas de começo, meio e fim. Não necessariamente, o início de uma narrativa tem de corresponder ao início do enredo. Isto é, em vez de construir uma narrativa seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, você pode começar um texto narrativo contando a ação que corresponde ao clima da história. Veja na **Tabela 6.3** um esquema com as diferentes partes de um texto narrativo e seus significados. Ao compreender cada uma delas, você será capaz de articulá-las melhor ao longo de suas próximas narrativas.

Tabela 6.3: Partes do texto narrativo

Apresentação	Apresentação dos elementos (personagens, cenário, tempo etc) pelo narrador, para situar o leitor em relação aos fatos.
Desenvolvimento	Origem do conflito.
Clímax	Expoente máximo do conflito; quando algum acontecimento importante deve ocorrer para resolver a situação em questão.
Desfecho	Parte final da narrativa, revelando o resultado do clímax, sendo o conflito resolvido ou não.

Na **Tabela 6.3**, vimos como os elementos básicos da narrativa se articulam para compor o enredo, a estrutura lógica do texto narrativo. Agora que você já os conhece, cabe destacar outras de suas características.

A classificação das personagens

Os fatos descritos sempre se desenrolam em torno das ações das personagens, frutos da criatividade do autor da narrativa, podendo ser de qualquer tipo: humanos, espíritos, objetos... O limite para a construção de personagens de histórias fictícias é a criatividade do autor. São casos notórios desta criatividade obras como *A revolução dos bichos* e *As intermitências da morte*, que têm, respectivamente, animais e a morte como personagens. No caso de narrativas reais, as personagens são as pessoas que participaram dos fatos descritos, ou inspiradas em situações verdadeiras.

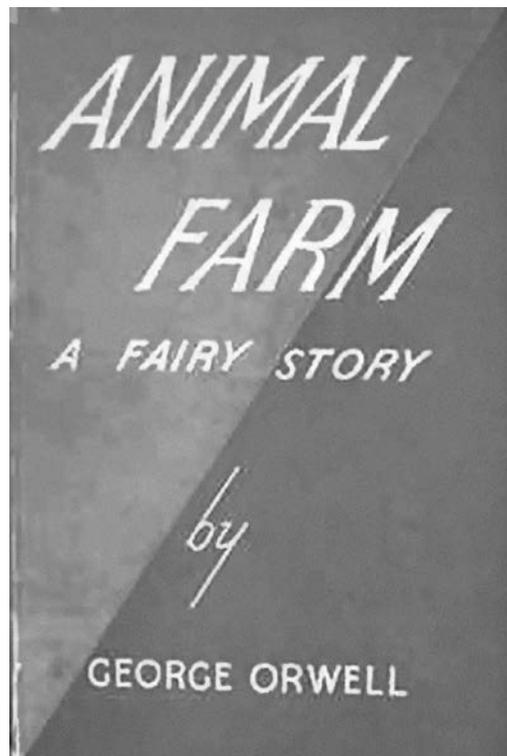


Figura 6.4: Capa da primeira edição do livro *A revolução dos bichos*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AnimalFarm_1stEd.jpg

Tanto em histórias fictícias quanto nas reais, as personagens podem ser classificadas em:

- protagonista: é a personagem principal – ou herói –, que tem o papel mais importante no desenrolar da ação;

- antagonista: é aquele que se opõe ao protagonista, sendo o seu inimigo;
- personagem secundária: apesar de ter um papel menos importante que o protagonista, é também relevante para o desenvolvimento da ação;
- figurante: tem como função ajudar a descrever um ambiente ou espaço do qual faz parte. Seu papel não tem influência na ação.

Veja o que o filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin pensa sobre a natureza da narrativa:

Uma experiência quase cotidiana nos impõe a exigência dessa distância e desse ângulo de observação. É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (...) A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (...) Tudo isso esclarece a natureza da verdadeira narrativa. Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (BENJAMIN, 1994, p. 197-8, 200).

O narrador

Além das personagens, toda narrativa tem o narrador, a entidade que conta a história. Assim, em todos os textos narrativos há o encontro de três sujeitos que, conjugados, compõem uma tríade: autor – leitor – narrador.

Enquanto o autor é o responsável pela criação do enredo, personagens, cenários e eventos que formam a história, ao leitor cabe lê-la, entendê-la e interpretá-la. Já o narrador é aquele sujeito que existe na história (e somente nela!) para que o leitor possa melhor compreendê-la.

Você já notou que sempre que achamos uma história boa, é porque o narrador a contou bem? Por isso, em uma narrativa textual, o narrador deve ser bem definido e consciente. É como se ele tivesse uma vida pró-

pria, independente do autor, que só tem a função de dar voz àquele que narra. Em alguns casos, como nas novelas, o ponto de vista do narrador difere significativamente do ponto de vista do autor.

O foco narrativo

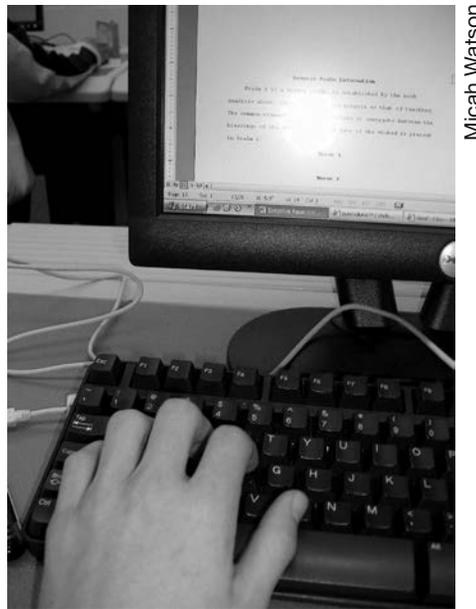


Figura 6.5: A construção do texto e de seu foco narrativo.

Fonte: <http://www.sxc.hu/assets/7/65677/hand-on-keyboard-418593-m.jpg>

Para compreendermos como construir um bom narrador nos textos narrativos, vamos estudar sobre como sua perspectiva surge no texto. A essa perspectiva nomeamos foco narrativo.

O foco narrativo é a perspectiva pela qual o narrador relata os acontecimentos do enredo. O que designa o foco narrativo é se o ponto de vista do narrador é apresentado em primeira ou em terceira pessoa. Isto é, se ele é uma das personagens da história narrada ou se faz parte do contexto apenas como espectador.

Além disso, o narrador tem algumas características e limitações definidas pelo autor, de acordo com a maneira como este deseja contar a história. O foco narrativo é a junção da voz, do contexto e da personalidade que o autor escolheu acionar para contá-la. Como propõe Ligia Leite (1985), a tipologia de Norman Friedman (1967) nos ajuda a

compreender melhor essa classificação, que deve ser uma parte do desenvolvimento da técnica textual. Além disso, é importante ressaltar que o narrador só pode relatar aquilo ao que teve acesso porque viu, ouviu, leu, viveu ou sentiu a história narrada.

Existem vários tipos de narrador:

- narrador onisciente intruso: posiciona-se onde deseja ao longo da trama. É livre para contar o que se passa, da maneira como quer. Alguns autores o colocam como um senhor todo-poderoso do texto, o deus que se utiliza de diversas vias de transmissão da narrativa e, de certa maneira, impõe ao leitor seu ponto de vista sobre a história narrada. Esse tipo de estratégia narrativa constrói a legitimidade do narrador como alguém que *conjetura* a história;
- narrador onisciente neutro: conta os fatos do ponto de vista da terceira pessoa. Preza pela descrição das personagens sem intervir na história e, por isso, não tece observações sobre as linhas mestras do enredo e atitudes das figuras que o cercam. Agindo dessa forma, demarca o âmbito de interação entre o leitor e a narrativa, sendo, sobretudo, aquele que fala sobre os fatos ocorridos. Esse tipo de estratégia narrativa constrói a legitimidade do narrador como o *porta-voz* da história;
- narrador-protagonista: como vimos nas tipologias das personagens, o narrador é a personagem principal da história. É ao redor dele que os acontecimentos principais do enredo giram. Quando o protagonista é também narrador, a história é contada a partir de um ponto fixo e limitado. Esse tipo de narrativa se caracteriza pela subjetividade, nas quais as percepções, os pensamentos e os sentimentos do narrador são sempre apresentados. Tal estratégia narrativa constrói a legitimidade do narrador como alguém que *vivenciou* a história;
- narrador “eu” como testemunha: assim como o narrador-protagonista, é interno à narrativa. Vive os acontecimentos que descreve como uma personagem secundária da história. Pode observar os acontecimentos de dentro, e, portanto, cede ao leitor uma narrativa mais direta ou mais verossímil. O “eu” que age como testemunha é um apelo do próprio autor ao leitor, escrevendo a narrativa como se fosse através do testemunho de alguém. E testemunhas, em geral, são acionadas quando se está em busca da “verdade”. Esse tipo de estratégia narrativa constrói a legitimidade do narrador como alguém que *viu* de verdade a história;

- narrador onisciente seletivo: pode ser múltiplo ou não e é uma junção do narrador onisciente com o narrador-personagem. São os pensamentos das personagens que nos contam as histórias, por meio de reminiscências ou de impressões que ocorrem simultaneamente às ações. O texto pode ser construído através da onisciência de uma só personagem, em geral o protagonista, ou de várias delas, sendo assim classificado como narrador múltiplo. Nesse tipo de estratégia narrativa, constrói-se a legitimidade do narrador como alguém que *sentiu* a história;
- o narrador-câmera: transmite *flashes* da realidade, como se fossem apanhados por uma câmera, como se o texto fosse a imagem das ações. Conhece todos os fatos e, por não participar deles, narra com certa neutralidade, apresenta os fatos e as personagens com imparcialidade. Porém, o narrador-câmera está a todo tempo controlando a tela e por isso a subjetividade ainda está presente, mesmo que disfarçada em exatidão. O narrador tem esse tipo de estratégia legitimada como alguém que *registrou* a história.

Vejamos outro comentário de Walter Benjamin, desta vez sobre a narrativa da crônica:

Como quer que seja, entre todas as formas épicas, a crônica é aquela cuja inclusão na luz pura e incolor da história escrita é mais incontestável. E, no amplo espectro da crônica, todas as maneiras com que uma história pode ser narrada se estratificam como se fossem variações da mesma cor. O cronista é o narrador da história. Pense-se no trecho de Hebel citado acima, cujo tom é claramente o da crônica, e notar-se-á facilmente a diferença entre quem escreve a história, o historiador, e quem a narra, o cronista. O historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente o que faz o cronista, especialmente através dos seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna. Na base de sua historiografia está o plano da salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios, e com isso desde o início se libertaram do ônus da explicação verificável. Ela é substituída pela exegese, que não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas (BENJAMIN, 1994, p. 209).



Figura 6.6: Walter Benjamin.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Walter_Benjamin_vers_1928.jpg

Vale conhecer a discussão de Walter Benjamin sobre o papel do narrador. Lembra-se de quando comentamos sobre bons contadores de história? Benjamin inicia o ensaio “O narrador” com a observação de que este não consegue mais ser plenamente eficaz na sua proposta de narrar e considera a narrativa tradicional como irremediavelmente perdida, não vislumbrando nenhuma possibilidade de retorno à tradição.

O narrador que Benjamin identifica em sua contemporaneidade está distante. Para ele, é cada vez mais raro encontrar pessoas que saibam narrar qualquer coisa de forma interessante e correta. A razão para essa ausência de narradores é a chegada dos tempos modernos. As novas ferramentas de comunicação, cada vez mais ágeis, e a relação com o tempo, cada vez mais tensa, fez com que a capacidade de contar histórias não fosse mais relevante e, por isso, tenha parado de se desenvolver. De acordo com Benjamin, a partir do momento em que essa faculdade mental ou esse ato cognitivo foi deixado de lado, instaurou-se uma incapacidade nos processos de trocar experiências.

Contextualmente, Benjamin demarca as grandes guerras mundiais como os eventos que suprimiram essa competência. Antes do período das guerras, eram valorizados os narradores arcaicos, classificados por ele em dois tipos: o agricultor sedentário (que mantinha as tradições)

e o mercador dos mares (que trazia a novidade). Histórias contadas no quintal ou histórias de pescador. Ambas são consideradas pelo autor como as melhores fontes de histórias. Por isso, as narrativas escritas que mais se aproximavam das histórias orais, contadas por esses inúmeros narradores anônimos, eram mais valorizadas.

A preocupação principal de Benjamin é demonstrar que o problema da narração, seja na dificuldade de transmissão das informações ou na escrita, está vinculado às mudanças e a certos paradoxos que ele restringe como sendo da sociedade moderna.



Um interessante *site* sobre o processo da escrita e técnicas para a elaboração de narrativas é o “Ficção em tópicos”. O endereço para acessá-lo é: <http://ficcao.emtopicos.com/about/>.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Agora que você já conhece os elementos básicos de uma narrativa, desenvolva um esboço, apresentando:

- a) quem é o narrador;
- b) quais são as personagens;
- c) onde se desenrola a narrativa;
- d) quando ela acontece;
- e) qual fato principal faz com que essa narrativa seja uma história interessante;
- f) a causa e a consequência desse fato;
- g) o modo como ele será apresentado.

O texto descritivo



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL
022a. Delegacia de Polícia/Penha
Avenida Lobo Junior 750 Penha _____ - _____

REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 022-04205/2002

Data/Hora Início do Registro: 24/06/02 R 16:51 Final do Registro: 24/06/02 8:29 13
Origem DP Circunscrição: 022a Delegacia de Polícia
Responsável p/ Investigação DANIEL GOMES DE LIMA FREIRE

Ocorrências

Homicídio

Homicídio (outros)

Art 121 do C.P.

Data e Hora do fato: 02/06/02 entre 22:00 e 01:00

Local: Morro DA CAIXA D'ÁGUA, s/nº, bairro PENHA, município RIO DE JANEIRO, RJ
Localidade denominada: "Forno Micro-Ondas"

Despacho da Autoridade

Ao Inspetor Daniel p/ apurar e informar em 15 dias

SÉRGIO ROGÉRIO COSTA FALANTE

Envolvidos

Vítima - Homicídio (outros)

Nome: IGNORADO - NÃO IDENTIFICADO

Autor - Homicídio (outros)

Nome: IGNORADO - IGNORADO

Ben(s) Envolvidos

Dinâmica do Fato

Segundo o comunicante o registro em epígrafe é para apurar o achado de sangue e tecidos humanos encontrados na localidade denominada forno "Micro-ondas" no morro da caixa d'água na Penha, fato ocorrido quando da procura ao desaparecido Reporter da Rede Globo "TIM LOPES" fato ocorrido no dia 03/06/02 e apreendido nos autos do INQ. 05810/02, porém face ao resultado negativo obtido através do teste de DNA é transferido para este procedimento.

Diligências Realizadas

Este GI em diligência apurou através de informações que os resíduos humanos encontrados no local seriam de um homem que praticara estupro na comunidade da Vila Cruzeiro, fato que nos próximos dias se acentuará através da sua identificação completa.

Registro Ocorrência nº 022-04205/2002
Protocolo nº 047565-1022/2002

1 de 2

Figura 6.7: Registro de ocorrência policial que descreve um achado de cadáver no mesmo local de ocorrência da morte do jornalista Tim Lopes.

Fonte: <http://www.cantinhodameiga.com/diario37.htm>

Como já vimos, a narrativa é caracterizada por uma sucessão de fatos durante certo período de tempo. O texto descritivo pretende, de forma simples, apresentar algo que ocorreu em um determinado momento. Na

composição deste tipo de texto, não há sequências de frases explicativas, pois não há uma relação de anterioridade ou posterioridade entre elas. Dessa forma, sua ordem pode ser alterada sem que seja modificado o sentido global do texto.

No registro de ocorrência, como ilustra a imagem que abre esta seção da aula, a maior parte do texto é de caráter descritivo. Nele, predominam substantivos e adjetivos. Apenas no campo “dinâmica do fato” é apresentada uma pequena narrativa, sempre com características de narrador-testemunha, afinal, essa informação é escrita a partir da comunicação de alguém que viu o acontecido.

Nas outras partes do registro de ocorrência, como em qualquer outro texto descritivo, apesar de ser possível a existência de verbos de ação, prevalecem os verbos de estado (ser, estar). Pode-se dizer que a descrição equivale a uma fotografia textual, pois retrata um momento único, e não uma sequência de acontecimentos.

Esse tipo de texto é interessante, tanto para relatar informações objetivas, como impressões percebidas pelos sentidos, pois podemos descrever coisas não só a partir do que ouvimos, mas também do que vemos, tocamos, saboreamos e cheiramos. Além disso, podemos descrever emoções. Todas essas possibilidades descritivas são ferramentas para a comunicação com o leitor, que poderá criar, de maneira **imagética** e sensorial, o que está sendo descrito pelo autor.

Tipos de descrição

A descrição pode ser dividida em dois tipos:

- objetiva, cuja função principal é relatar o objeto e o escopo de suas características;
- subjetiva, que se aproxima de uma linguagem pessoal, onde são permitidas opiniões e significados que adjetivam o objeto.

Exemplo 1:

Porrete, porra, clava ou bastão: tipo de taco ou bastão, mais grosso numa das extremidades e geralmente feito de algum material sólido – podendo ser de madeira, pedra, ou metal –, normalmente utilizado para fins de necessária força física ou em batalhas de estilo corpo a corpo, em especial pelas forças policiais. Variam de tamanho, peso, material e manuseio, podendo

Imagética

Refere-se a tudo que advém da imagem. Em construções textuais, refere-se tanto a obras literárias perfeccionistas na construção da imagem como fator principal, quanto a elementos que auxiliam na elaboração da imaginação do leitor.

causar danos leves ou pesados. Existem diversos modelos, que ganham nomes específicos, tais como: maça, cassetete, borduna ou tacape e tonfa.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Porrete>

Exemplo 2:

Cassetete: 1. Objeto usado para bater nas pessoas; mais empregado pelas polícias. 2. Espécie de pequeno porrete, geralmente feito de madeira ou borracha, com local para empunhadura para as mãos e alça para o prender no pulso. É comumente usado por seguranças e pelas polícias como instrumento de apoio para conter tumultos e enfrentar os que estão mais exaltados.

Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/cassetetes/>

Nos exemplos citados, podemos identificar os dois tipos de descrição. No primeiro, o objeto porrete é caracterizado de acordo com suas formas, cujo uso é apresentado de forma genérica. No segundo, o objeto cassetete, um tipo de porrete, como descrito na primeira citação, é apresentado principalmente pelos significados atribuídos. São as adjetivações mais subjetivas que descrevem o objeto.

É importante destacarmos que ambas as referências advêm de fontes da internet em que se produz conteúdo livre (Wikipedia e Dicionário Informal), podendo qualquer usuário da rede interferir na edição, inserção ou exclusão de informações apresentadas. Tais referências apresentam, assim, descrições possíveis do objeto que visam à circulação de informações.

Isso demonstra diferentes formas de descrever e que descrever não é enumerar o maior número possível de detalhes. Descrever é assinalar os traços mais singulares, mais salientes do que se descreve, fazendo com que se ressalte um conjunto de características que reproduzam, para o leitor, a imagem ou impressão que o autor quer transmitir.

Um texto descritivo se estrutura de introdução e desenvolvimento:

- na introdução, é descrita a perspectiva do observador sobre o que é descrito (ser, lugar, ou objeto) e se distinguem seus aspectos gerais;
- no desenvolvimento, os elementos são expostos no texto de forma coerente, com o objetivo descritivo desejado pelo autor. Em geral, a

posição que o objeto ou coisa descrita ocupa no espaço e nas relações sociais é o primeiro ponto a ser destacado. O importante de se enfatizar no desenvolvimento de um texto descritivo são as características e situações do objeto descrito em questão.

Para a conclusão, não há um procedimento específico, pois um texto descritivo se conclui no momento em que se completa a caracterização do que está sendo descrito.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3

Agora é a sua vez de descrever. Olhe à sua volta! O que você vê? O que você sente? Como é o lugar em que você está sentado? Elabore um breve texto descritivo sobre o seu momento de estudo.

Resposta Comentada

Nesta atividade, você deve descrever, em detalhes, o ambiente em que você está e os elementos que estão à sua volta. Descreva também a sua posição, se você está de pé, sentado ou deitado e como se sente nesse lugar.

Resposta Comentada

Nesta atividade, você deverá desenvolver sua autocrítica e também articular sua capacidade de explicitar suas opiniões. Não seja tímido e expresse o que realmente tem achado das aulas, do livro e do curso em geral.

Resumo

- O texto narrativo é um tipo textual no qual revelamos fatos que ocorreram em um determinado tempo e lugar, envolvendo personagens e um narrador. Pode se referir ao objeto do mundo real ou fictício.
- O enredo é o conjunto dos fatos do texto escrito ligados entre si. São eles que fundamentam a ação de um texto narrativo, dando-lhe estrutura e vinculando os eventos de uma história, por meio de seus elementos básicos.
- No texto narrativo, o autor é o responsável pela criação do enredo da história, de personagens, cenários e eventos. Ao leitor cabe a tarefa de ler, entender e interpretá-la. O narrador, que existe na história (e somente nela!), aparece como a voz que a conta.
- O foco narrativo é a perspectiva pela qual o narrador relata os acontecimentos do enredo.
- O texto descritivo, de forma simples, apresenta algo que ocorreu em um determinado momento. Não há sequenciamento por frases explicativas, pois não há uma relação de anterioridade ou posterioridade entre elas.

Leituras recomendadas

ANTUNES, I. *Aula de português: encontros e interação*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*. v. 3, n. 1. Uberlândia: Edufu, 1987, p. 3-10.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. *et al. Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991, Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina. (Org.) *Língua Portuguesa: pesquisa e ensino*. v. 2. 1. ed. São Paulo: Educ/Fapesp, 2007.

WEIRINCH, H. *Estrutura e función de los tiempos em el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.

Aula 7

Tipos textuais II: o texto
dissertativo/argumentativo, o texto
injuntivo e o texto expositivo

*Flavia Medeiros
Luiz Carlos Ramiro Junior.
Ronaldo Lobão*

Meta

Apresentar três tipos textuais: dissertativo/argumentativo, injuntivo e expositivo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o diferencial dos tipos textuais como expressões comunicativas;
2. definir texto dissertativo/argumentativo e avaliar a relação entre conflito, debate e a formação de argumento;
3. estabelecer a função primordial do texto injuntivo e sua forma de utilização;
4. identificar o uso do texto expositivo.

Introdução

Nesta aula, apresentaremos três dos tipos textuais mais utilizados em concursos, na atividade acadêmica e no dia a dia.

Estudaremos o texto dissertativo/argumentativo, comumente cobrado em provas públicas, no ENEM, vestibulares e em exercícios escolares, assim como em manifestos, sermões, ensaios, editoriais de jornal, críticas, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Conheceremos o texto injuntivo ou instrucional, que compreende a bula de remédio, o horóscopo, a receita culinária, o manual de instruções, o código civil, o livro de autoajuda e uma série de outros textos que indicam procedimentos a serem realizados.

Além disso, veremos como o texto expositivo é utilizado para transmitir informações e esclarecer ideias e regras.

Mas, antes dessas três seções, faremos uma subdivisão prévia a partir de uma dúvida central...

Qual o diferencial do texto?



Valter Campanato/Abbr

Figura 7.1: Leitura de texto em braile.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Braille.jpg>

A linguagem tátil do braile possibilita aos deficientes visuais a leitura e a ampliação de suas condições comunicativas. Também representa uma evidência de como o texto é importante no processo de aprendizagem, possibilitando a explicação de determinados assuntos que seriam mais difíceis, ou até impossíveis de serem compreendidos a partir de outras formas de expressão comunicativa.

O estudo dos tipos textuais dentro do curso de Oficina de Texto envolve a compreensão dos modos de comunicação através de textos. Há uma série de instrumentos comunicativos que utilizamos no dia a dia: gestos, verbalização, pinturas, luminosidade, recepção de informações através do olfato e do tato, bem como a leitura de formas textuais. O que diferencia o texto é a sua capacidade de ser, em si, tanto um meio de comunicação, quanto a expressão ou significação de outra expressão, como a pintura, uma peça musical, um significado visual.

É tão somente o texto que nos habilita a discorrer sobre demais formas comunicativas de modo lógico-racional, ordenado, direcionado. Apesar de ser possível transpor um romance em uma sinfonia, uma música em uma tela, uma escultura em uma fotografia, a grande sagacidade do texto é sua condição argumentativa, conflituosa e instrutiva sobre determinado tema, dos modos mais versáteis possíveis.

Para ficar mais claro, vamos a um exemplo: como explicar nossos gestos? Que tal analisarmos o abraço? O que é o abraço? Como surgiu? Por que abraçamos? Podemos identificá-lo através da imagem de um abraço de despedida, por exemplo (**Figura 7.2**). É possível representá-lo também por meio de outras fotografias, abraços amorosos, de saudades, de afeto, de consolo, de acolhimento, e mesmo o “abraço de tamanduá” (que é aquele da amizade fingida, desleal). E mais do que em fotografias, é válido mostrar o abraço em vitrais, esculturas, pinturas ou através da imaginação, em uma música.



Figura 7.2: Abraço que expressa uma despedida.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/146120>

Contudo, essas respostas são mais bem respondidas quando tratamos do que significa o abraço através de um texto. E o faremos recorrendo a um importante antropólogo e folclorista brasileiro: Luís da Câmara Cascudo. Em *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil* (2003), Câmara Cascudo trata das origens do abraço:

De in-brachim, nos braços, cingir com os braços, amplexo, acocho braçal. *Embrasser* também vale na França ósculo, *embrasser la main*, *embrasser au front*. Ver Braça. Gesto que o Brasil

conheceu no século XVI. Os ameríndios não se abraçavam. Não existiam bailados de partes enlaçados. O abraço é uma atitude de confiança insusceptível na concordância primária da concepção indígena. Os povos primitivos desconhecera-no e nas fases iniciais da convivência grupal a desconfiança afastaria sua realização. O abraço é índice de estágios elevados da civilização, existência de cerimonial, imagem patrimonial de atos com conteúdo simbólico, ultrapassando a extensão visível do movimento. Os que se abraçam estão sem armas recíprocas. Inermes. Nenhum guerreiro compreenderia essa perigosa posição pessoal. Mesmo na Idade Média a cordialidade máxima era bater com a mão guantada de ferro no ombro encouraçado do companheiro. Pela Renascença, nas cortes polidas e maneiras da Itália, nas recepções aos hóspedes de honra, com alto interesse aliciativo, o abraço consistia no mútuo aperto nos deltoides. *Je embrasse mon rival, mais c'est pour étouffer*, dizia Nero no *Britannicus*, de Racine. Havia abraço efusivo, coração a coração, mas seria fórmula primitiva de homem e mulher, na perseguição de outras finalidades. Ninguém admitirá a *action* d'embrasser; en getand les bras autour du cou, numa *acolade*, a não ser entre gente do povo, ardente, impetuosa, arrebatada nas ocasionais manifestações eufóricas. Como Esaú e Jacó se abraçaram pelo pescoço, aos beijos (Gênesis, 33.4). O Rei Salomão (1032-975 a.C.) registrou a técnica do abraço amoroso: "A sua mão esquerda esteja debaixo da minha cabeça, e a sua mão direita me abrace" (Cânticos, 2.6). Abraço masculino pelos ombros e feminino pela cintura. Deve ser anterior ao beijo, inicial oblação religiosa, quando o abraço, viril, másculo, ostensivo, emerge do júbilo guerreiro, premiando a confiança fraternal vitoriosa. Será pormenor na iniciação, final da solenidade consagratória, ingresso na comunidade militar, proclamação de igualdade entre os valentes no momento da exibição triunfal. O abraço é masculino. Para que todos vejam. O beijo é feminino. Para que poucos o sintam. Está-se tornando pouco social e mais popular (CASCUDO, 2003, p. 204).

Agora, algo mais complexo seria pensar em representar visualmente uma locução verbal. Por exemplo: se alguém lhe pedisse para fazer um desenho, uma pintura, ou tirar uma música no violão do significado de alguma expressão comum ao nosso cotidiano, do tipo "aos trancos e barrancos", "vai tomar banho", "dar trela", ou, "entrar com o pé direito", como isso poderia ser feito? Embora possível, a forma mais clara, precisa e organizada de expressão é a textual e, mais uma vez, recorremos a Câmara Cascudo para explicar um desses casos:

Dar trela é conceder atenção, tempo, cabimento, interesse. Permitir liberdades, licenças, confianças. Também vale conversa, o prostrar ocasional. “Encontrei o Sílvio e fiquei dando trela”.

Em 1530, Antônio Prestes escrevia em Lisboa:

– “Quereis *dar trela* a madraços”.

Trela é a correia que prende o cão de caça. Dar trela é alargar o espaço. Soltar a trela é libertá-lo para a perseguição. Não dar trela é trazê-lo preso, junto ao caçador.

As aplicações figuradas da trela, tal-qualmente empregamos no Brasil, são de uso em Portugal.

O *treloso* é que me parece brasileirismo, na acepção de travesso. É a criança traquina, desassossegada, turbulenta, *bolidor*.

No *Enfatriões*, que Luís de Camões escreveria em Coimbra, diz Felício:

– Dou-lhe trela as travessuras.

Libertava-as... (CASCUDO, 2004, p. 53).



Quem foi Luís da Câmara Cascudo?



Figura 7.3: Luís da Câmara Cascudo, na colação de grau de bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, em 1928.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Cola%C3%A7%C3%A3o_de_grau_na_Faculdade_de_Direito_de_Recife,_em_1928..jpg

Nascido em Natal, Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi historiador, antropólogo, advogado e jornalista. É considerado o papa do folclore brasileiro. Dedicou grande parte de sua vida a estudar a cultura brasileira, foi professor da Faculdade de Direito de Natal e seu nome está cravado no Instituto de Antropologia da atual Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Câmara Cascudo deixou uma extensa obra sobre a cultura brasileira, folclore, a língua portuguesa no Brasil e análises literárias em livros marcantes e de consulta obrigatória, como o *Dicionário do folclore brasileiro*, de 1952.

Fonte: GASPAR, Lúcia. Luís da Câmara Cascudo. *Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=304&Itemid=191>. Acesso em: 17 mai. 2014.

Saiba mais sobre Luís da Câmara Cascudo acessando o site do Instituto Câmara Cascudo, localizado em Natal – Rio Grande do Norte: <http://www.cascudo.org.br/>.

Além de expressarem tipos de vida, modos de agir e pensar, os textos nos servem substancialmente para a construção de conhecimento através de diálogo, apresentação de argumentos, contestação, orientação etc. Os tipos textuais estudados nesta aula dizem respeito, especificamente, à argumentação e à orientação sobre algum assunto.



Esquema do processo comunicativo

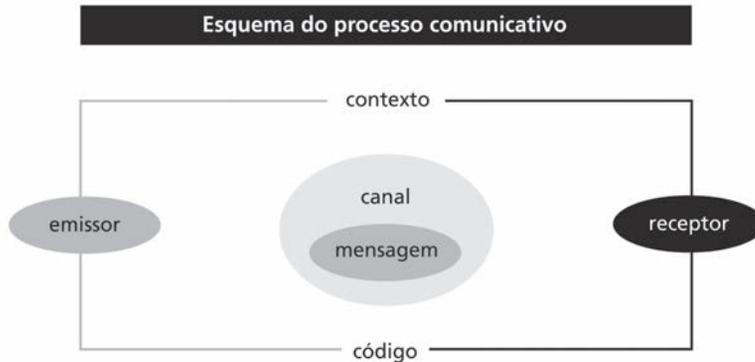


Figura 7.4: Esquema do processo comunicativo.

Emissor, receptor, canal, mensagem, código e contexto são os principais elementos na teoria da comunicação. O que importa lembrar para esta aula é como esse complexo serve de explicação para as funções da linguagem, isto é, o conjunto de finalidades comunicativas realizadas por meio da língua.

Quando o emissor enuncia algo por meio de palavras, utiliza algum código (como o alfabeto) e as regras da língua utilizada, e procura emitir uma mensagem dentro de determinado contexto, através de algum canal. No nosso caso, estamos dando ênfase à parte textual.

O receptor é quem recebe a mensagem, que não vem sozinha. Está compreendida dentro de um código e referida a um contexto, segundo determinado canal que a emitiu.

Através da **Figura 7.4**, pode-se presumir que a linguagem pressupõe interação social, cujo propósito é dizer algo e fazer com que o dito seja compreendido. Na medida em que o esquema se fecha, ou seja, o emissor atinge o receptor e o receptor entende o emissor, a comunicação acontece de modo perfeito. A perfeição completa nem sempre é encontrada, em especial porque

o contexto e os significados do código utilizado podem alterar a interpretação sobre o conteúdo da mensagem.

Em suma, é preciso compreender que, para os tipos textuais estudados nesta aula, o esquema representado na **Figura 7.4** deve ser levado em conta. O emissor tem a incumbência de discorrer sobre o contexto e o código utilizado, se isso não estiver implícito na mensagem. É ainda necessário perceber que, na medida em que se altera o canal pelo qual a mensagem é emitida, a percepção do receptor muda. Por exemplo: alguém que dá um berro e diz: “Silêncio!” dá uma ênfase ao termo diversa daquele que o escreve em um romance: “A casa estava em silêncio...”. No primeiro caso, há uma ordem, um pedido exclamativo; na segunda situação, o texto descreve, na narrativa, a característica de um ambiente.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Leia o trecho do artigo a seguir e responda:

Como podemos usar a linguagem de forma a contribuir para a organização da vida individual e social e enfrentar os problemas? Você acredita que a linguagem escrita é capaz de explicar melhor um assunto do que outras formas de expressão linguística?

A dialética radical do poeta Ivan Junqueira

Nós todos usamos a linguagem, a maior parte do tempo, para pedir ou transmitir informações. Esse uso, mesmo quando é utilitário, não deixa de ser legítimo. Precisamos nos comunicar. Sinto uma necessidade dupla: quero que o outro (o interlocutor) me entenda e quero também entendê-lo.

A linguagem, contudo, não se limita a informar, não se reduz à função de comunicar dados e fatos, conhecimentos constituídos. Há uma dimensão constituinte na atividade humana. Os seres humanos estão constantemente modificando o mundo; eles inventam coisas novas, eles se inventam a si mesmos.

música, da pintura, do cinema, da escultura e de outras expressões, de maneira tão elevada quanto qualquer texto.

Contudo, o fato é que a linguagem escrita é a mais intercambiável, maleável, é a forma que consegue transitar entre todas elas e explicá-las. Apesar de termos dito nesta Aula 7 que uma música pode ser representada em uma pintura, nada melhor e mais concreto do que um texto para explicar logicamente o conteúdo de uma pintura, de uma música, de uma escultura, ou mesmo para organizar ideias ou contestar uma questão. Enfim, a forma mais eficiente de fazê-lo é mediante o uso da linguagem escrita. Por exemplo, seria possível representar a crítica literária de Leandro Konder em uma escultura? Em uma tela? Em uma sinfonia? Talvez. Mas em nenhuma dessas formas as ideias seriam tão claras e precisas quanto na forma escrita.

Nas respostas às duas perguntas, você pode lançar mão de citações do próprio texto para fortalecer seus argumentos.

O tipo textual dissertativo/argumentativo

O texto dissertativo é um trabalho escrito, cujo principal objetivo é expor algum assunto de modo sistemático, abrangente e profundo. Para que isso aconteça, é necessário consolidar um conteúdo, partir de um argumento, contrariá-lo com outro argumento ou reforçar sua afirmação.

Texto dissertativo é igual a texto argumentativo? Não necessariamente. Na verdade, ao dissertar sobre dado assunto, o autor pode restringir-se a expor uma informação, uma teoria, um conceito, um ponto de vista – trata-se do texto dissertativo/expositivo. Por outro lado, o texto dissertativo/argumentativo é aquele em que o autor busca a veracidade ou a falsidade dos conceitos discutidos no texto, e almeja persuadir o leitor recorrendo a provas, indícios e fundamentações para reforçar uma tese, opinião ou ideia formulada. O estudo do texto dissertativo, com ênfase nas bases argumentativas, vem a calhar para os propósitos desta aula e para as razões do próprio curso – pois nossa intenção é propiciar a você uma bagagem de conhecimentos e estratégias para não apenas expor, discorrer sobre algo, mas ir além e apresentar teses, ideias e opiniões fundamentadas em pesquisas, estudos acadêmicos, estatísticas, teses etc. Em resumo: quem argumenta tem de ter conteúdo.

A seguir, são listadas orientações para a elaboração de um texto dissertativo/argumentativo.

Exemplo de proposta de dissertação:

Há uma série de universidades norte-americanas que investem em esportes como meio de reforçar a marca da instituição, angariando maior visibilidade e difusão de seu nome. Contudo, existe um debate a esse respeito, sobre se isso não desvirtuaria o objetivo principal da instituição, que é a formação de conhecimento e o desenvolvimento da ciência. A partir dessas informações, escreva uma dissertação em 30 linhas e dê a ela um título.

Observe a dissertação a seguir, referente a essa proposta de exercício. O texto está destacado em itálico. Já as anotações entre colchetes [] servem para explicar a estrutura da dissertação (não compõem o conteúdo).

[Título: necessário, mas nem sempre imprescindível. Ajuda na apresentação e identificação, tanto para o autor, quanto para o leitor.]

Esporte e conhecimento universitário, dois prestígios conciliáveis

[Introdução: o tema da dissertação é apresentado, bem como a maneira com que o texto será desenvolvido. Nesse caso, o texto argumentará em favor de uma união entre esporte e conhecimento científico na universidade, mesmo reconhecendo o conflito existente.]

A discussão sobre a orientação dos investimentos de universidades norte-americanas está polarizada entre a defesa de gastos com esportes e a melhoria nas condições para a produção do conhecimento. Apesar de tal disputa ser justificada sob um ponto de vista, por outro, ela encobre uma conciliação latente, entre esporte e ciência.

[Desenvolvimento – parágrafo 1: aqui aparece o argumento 1, cujo intuito é fazer compreender a ótica da disputa levantada na proposta da dissertação e, além disso, apresentar elementos que dizem respeito ao conflito.]

Um diagnóstico sobre gastos de várias universidades norte-americanas revela a forte vinculação delas ao prestígio esportivo, o que acabou por tornar-se um grande mercado de exposição das marcas das universidades, fazendo-as mais atraentes e ampliando seus rendimentos. Porém, essa

orientação pareceu desvirtuar o propósito original dessas instituições: a produção de conhecimento e o ensino. Ainda nos anos de 1960, intelectuais como Mortimer Adler (1902-2001) acusavam que o afã das universidades pelos esportes destituiria o espírito universitário, pondo em risco o prestígio da intelectualidade, e esmaecendo o ambiente científico mais condizente com o campus.

[Desenvolvimento – parágrafo 2: aqui aparece o argumento 2, que apresenta aquilo que o argumento 1 falha em observar: a possibilidade de conciliação e resolução do problema.]

Embora o diagnóstico da crise da leitura nos Estados Unidos tenha relação com a amplitude dos temas esportivos entre os jovens – como apontou Adler –, é possível pensar em uma harmonia. O poeta romano Juvenal lançou o bordão “Mens sana in corpore sano” (mente sã num corpo sã), que foi interpretado posteriormente como a relação entre corpo e mente, e como a atividade física contribui para o equilíbrio mental. De fato, compatibilizar essas duas partes da vida humana possibilita pensar que o desporto pode combinar-se, ao invés de digladiar-se, com a ciência.

[Conclusão: o autor deve reapresentar o tema e, se possível, resumir os argumentos. Deve ainda propor algo e, substancialmente, encontrar uma saída para o dilema lançado nos argumentos debatidos nos parágrafos anteriores, fazendo jus ao texto dissertativo/argumentativo, que não apenas discute, mas embasa suas posições em argumentos sólidos.]

Melhor a concórdia que a discórdia. Há um caminho para solver a polêmica e encontrar um meio termo sobre a melhor destinação dos recursos das universidades? Aqueles que condenam a concentração de verbas universitárias em esportes, propondo que o intuito principal deveria ser o aporte maciço em infraestrutura científica para pesquisas e difusão do saber, não estão errados. No entanto, se a busca pelo sucesso esportivo não concorrer com o poder de atração dos temas propriamente acadêmicos, mas fortalecê-lo, o problema parece estar resolvido e todos saem ganhando.

Como construir a lógica do texto dissertativo/argumentativo?

Há, normalmente, duas formas de começar

Um meio de começar é pela escolha de um tema livre ou elaboração de um texto a partir de um tema proposto (como no exemplo anterior,

sobre esporte e conhecimento universitário). Quando um tema é proposto, deve-se ater à questão demandada, sendo possível recolher informações úteis da própria questão (por exemplo, se ela fornece dados, estatísticas, citações de autores etc).

Tanto em um caso como no outro, pode-se preferir enfrentar um problema, atacando as premissas de certa afirmação. Observe o seguinte tema de redação: “Disserte sobre a seguinte afirmação: ‘A redução da maioria é uma demanda da sociedade brasileira’”. Se a sua posição for contrária a essa afirmação e você dispuser de argumentos para sustentá-la, então a tática pode ser de compreensão do tema e ataque.

Outra saída é lançar dois argumentos opostos e, na conclusão, propor uma terceira posição, afirmando um ou outro argumento, ou sintetizando-os.

Há várias formas de esquematizar a produção da dissertação

Basicamente, em todas as ocasiões, deve existir a seguinte divisão: *introdução + desenvolvimento + conclusão*. Dentro dessa chave, é possível dispor uma série de situações:

- argumento 1 + argumento 2 + conclusão;
- prós + contras + conclusão e opinião;
- argumento 1 + contra-argumento + conclusão;
- tese + antítese + síntese.

Vale destacar que a criatividade do autor pode muito bem superar qualquer esquema predisposto. Esse é o caso de vários columnistas de jornal. Acostumados a escrever diariamente seus textos, já automatizam a elaboração e discorrem livremente a respeito de um tema, e muitos, de forma primorosa.

O artigo a seguir, de Ruy Castro, é um tanto quanto polêmico e expressa a opinião do autor. Independentemente de concordar com ele ou não, o que vale é observar como sua estrutura é menos marcada que a de um texto usual (como o do exemplo apresentado anteriormente, sobre esporte e conhecimento universitário).

No texto, há a apresentação do problema como introdução; no parágrafo seguinte, há o ataque ao fato relatado no parágrafo anterior e, no terceiro, a crítica se une à defesa de uma política pública, alvo de crítica

de alguns setores da sociedade. Os dois parágrafos finais são conclusivos, argumentando pelo lado positivo das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras), sintetizando a desumanização no tratamento da mídia aos policiais, bem como na defesa desse projeto de segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro.

Pessoas dentro da farda

A 13 de março último, o aspirante a oficial da PM, Leidson Alves, 27 anos, foi morto com um tiro na cabeça por traficantes durante um patrulhamento no morro do Alemão. Foi o 19º PM morto neste ano no Rio, sendo 13 em emboscadas parecidas – alguns quando estavam de folga. A 7 de abril, ao voltar para casa, outro PM, Lucas Barreto, 23, foi capturado em São Gonçalo e levado para uma favela. Deram-lhe oito tiros, a maioria nas pernas, e o jogaram num matagal.

Desde então, não sei a quantas anda a estatística de PMs cariocas mortos ou feridos – não em combate, como de praxe no ofício, mas pelas costas, à traição. Nem sempre os jornais registram que o policial assassinado era jovem, recém-casado, filho exemplar ou pai de filhos. Artistas da Globo não vão a seus enterros. Não se sabe de missas por suas almas e, na verdade, ninguém está interessado. É como se não houvesse uma pessoa dentro da farda.

Nas últimas “manifestações” no Rio, elementos brandiram cartazes dizendo “Fora UPP” e “UPP assassina”. É fácil protestar contra as Unidades de Polícia Pacificadora. Quando um policial comete um excesso ou mata alguém, pode enfrentar processo, ser expulso da polícia ou ir preso. Mas ainda não se viu nenhum cartaz dizendo “Fora traficantes”. E, no entanto, contra a violência destes, não há recurso – a comunidade tem de aceitar calada os tapas na cara, o estupro de suas filhas e as execuções sumárias de quem eles considerem suspeitos.

É difícil acreditar que essa hostilidade à polícia parta de gente de bem nas comunidades. Os números mostram que, com as UPPs, as mortes diminuíram, os serviços aumentaram e sua economia cresceu.

Tais dados são lesivos, isto, sim, aos traficantes, às milícias, aos que vivem das migalhas do crime e a políticos que, para sobreviver, precisam que as UPPs fracassem (CASTRO, 2014, p. 2).

Outras observações imprescindíveis

- Escreva a sua dissertação na terceira pessoa do singular, para tornar o texto impessoal.
- Respeite a norma culta da língua portuguesa, não utilize gírias, nem abreviações. Lembre-se de que, ao elaborar um texto acadêmico ou uma redação de concurso, você não está em uma sala de bate-papo ou escrevendo uma mensagem no celular; portanto, evite termos como “vc”, “bjs”, “rsrs” etc.
- Concentre-se no tema/proposta da dissertação, não fuja dele/a. Isso vale tanto para um texto de quinze linhas, como para uma tese de 300 páginas.
- Evite usar clichês ou provérbios fora de contexto, que não acrescentem na estilização ou aprofundamento do conteúdo.
- Seja ponderado, não utilize a redação como panfleto político ou lugar de radicalização e, mesmo quando partir para o ataque, faça-o com parcimônia, procurando entender as razões da posição contrária, o que demonstrará maturidade e equilíbrio.
- As citações podem ser utilizadas, mas com cuidado, sempre entre aspas e informando a referência entre parênteses. E, quando feitas, deve-se utilizar a forma indireta (“de acordo com Rui Barbosa (...”). Ademais, elas podem servir de apoio, e não de substituição a seus argumentos.
- Releia o que foi escrito a cada parágrafo para evitar redundâncias das ideias, bem como a repetição de palavras (aliás, encontre sinônimos para evitar a reprodução dos mesmos termos).
- Quando escrever um texto a mão e faltar espaço para uma palavra no final da linha, respeite as regras de separação silábica e divida as partes da palavra em duas linhas. Há uma percepção estética sobre o texto, sendo que o alinhamento justificado, compacto, comprova o aproveitamento de espaço e a organização do redator.
- Sobre o título, há variações. Caso seja demandado, ele é obrigatório, senão, é facultativo. Deve ser incorporado estrategicamente, para chamar a atenção do leitor ou destacar o tema dissertado.
- Se for uma prova de concurso, leia com atenção o edital, pois muitas informações necessárias à própria estrutura da redação podem estar contidas lá dentro, como, por exemplo, se o título é ou não prescindível.

Argumentar é conflitar

Nesta subseção, mostraremos como utilizar o conflito, que é um elemento constitutivo da sociedade, para a explanação de um pressuposto básico do texto dissertativo/argumentativo: o embate entre argumentos.

A natureza sociológica do conflito

O sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) mostrou que o conflito é um forte componente *sociativo*. Admite-se que ele produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações, assim como corresponda a uma forma de *sociação*, de interação social.

O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. A análise do conflito supera o trivial “*si vis pacem para bellum*”, pois o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. E a paz é só uma das expressões (SIMMEL, 1983, p. 126).

A relevância sociológica do conflito é pensada porque este pode ser um motor de desenvolvimento. Uma sociedade em plena condição de paz não gera opostos e, desse modo, não sofre o mesmo processo evolutivo. Portanto, para Simmel, o sociólogo deve observar o conflito não apenas como desvio ou deficiência, mas ainda como elemento constitutivo de uma sociedade, dentro de sua dinâmica. O conflito pode adquirir uma força integradora do grupo, uma vez que a oposição entre grupos não é propriamente um fator social negativo: “muitas vezes tal oposição pode tornar a vida ao menos possível com as pessoas realmente insuportáveis” (*Ibidem*, 1983, p. 27).

O debate como a disputa entre argumentos



Johann Von Armsstein

Figura 7.5: *Disputatio* entre cristãos e judeus, em 1483.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Disputation.jpg>

A *disputatio* é um sistema escolástico de educação da era medieval. Junto com a *lectio*, formava um método essencial e onipresente no ensino e investigação desse período. A *disputatio* foi utilizada para tentar resolver os problemas teológicos entre cristãos e judeus e, depois, entre católicos e protestantes. Ela oferecia um método formal de aprendizado, por meio do debate designado para descobrir e estabelecer verdades em teologia e ciências. Na *disputatio*, algumas regras dirigiam o processo de disputa argumentativa, que estava na dependência de uma autoridade tradicional escrita, perpassando a compreensão do argumento de cada um dos lados. Isso significa que, se dentro de certo ponto, as partes opostas não chegassem a uma conclusão, uma autoridade daria a solução para o caso, decidindo a questão.



Jonas Bru

Figura 7.6: Debates 2012 - TV RBS de Blumenau.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debate_2012_bnu.jpg

Etos (ou ethos)

Conjunto de características morais, éticas e comportamentais de um indivíduo ou grupo social. São valores que permeiam e influenciam o comportamento e as manifestações artísticas, científicas, filosóficas e culturais como um todo, de um indivíduo e do grupo social a que pertence. No texto, o termo “etos democrático” pressupõe a ideia de um comportamento individual compatível com o regime político democrático, ou seja, não é possível um Estado ser democrático institucionalmente se, privadamente, as pessoas forem autoritárias. Assim, nos momentos em que aflora o debate entre pessoas de uma sociedade, aflora o etos democrático, como se adubássemos essa característica na forma de agir e pensar da população.

Os debates eleitorais estão entre os raros momentos na cultura política brasileira em que há a oportunidade para a exposição de argumentos opostos e de confronto em torno de ideias e posições. Tal instrumento é benéfico à sociedade, ao exercício cívico e à atividade intelectual da população.

Um dos principais e mais instigantes instrumentos para o exercício do aprendizado na plataforma Moodle são os fóruns. O fórum é um espaço onde se pode cultivar o debate, que consiste na disputa de posições de defesa ou contrariedade diante de uma causa. No ambiente jurídico, refere-se à discussão ou argumentação entre defesa e acusação, diante de uma assembleia, antes do julgamento.

O debate serve ainda como substrato do **etos** democrático. A permanência de oposições políticas em permanente debate é capaz de esclarecer ao eleitorado e a toda a população o conteúdo político em disputa, a orientação de cada político e partido, e como a população pode se guiar.

Por esses e outros motivos, escaparia, ao conteúdo desta aula, considerarmos o debate de ideias uma necessidade relevante e inerente a qualquer estudante. Sua exposição em textos dissertativos/argumentativos demonstra como uma atividade acadêmica tratada com seriedade é um canal para levantar problemas e procurar soluções às questões do mundo, do país e da cidade, nos âmbitos da saúde, da justiça, da paz pública e da filosofia.

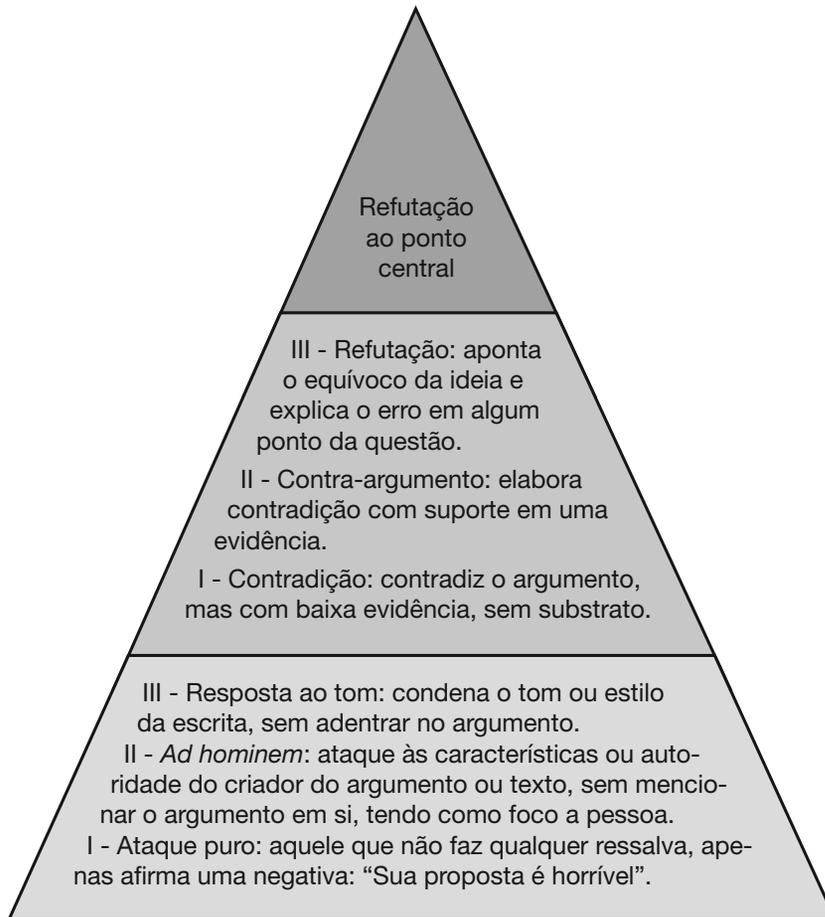
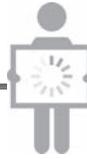


Figura 7.7: Níveis de contestação.

A **Figura 7.7** representa a disposição dos níveis de contestação diante de uma ideia, um ponto de vista, um argumento etc. De baixo para cima, considera-se o aprimoramento em um debate, baseado em noções que contribuem para a elaboração de um texto dissertativo/argumentativo. O ápice é a refutação ao ponto central – quando se consegue compreender a noção geral da questão apresentada e ela é refutada naquilo que diz respeito à sua proposta, podendo ser mais avançada do que a simples refutação.



Um dos espaços de debate acadêmico mais tradicional que conhecemos é o promovido pela Oxford Union – a mais prestigiosa organização promotora de debates no mundo, que já recepcionou, em seus mais de 189 anos, uma gama de intelectuais e políticos importantes.

Acesse o *site* da Oxford Union, da Universidade de Oxford – Inglaterra: <https://www.oxford-union.org/debates>. Confira também como são os debates no *link* do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=0FT8fYg12zA>. Procure por “Putin Debate | Tony Halpin | Oxford Union”. Esse debate refere-se à liderança política do presidente russo Vladimir Putin, reconhecido pela revista norteamericana Forbes como o homem mais poderoso do mundo, em 2013.

Além do ambiente acadêmico, há experiências em canais televisivos que reproduzem a perspectiva do debate e evocam o pensamento do telespectador sobre temas relevantes. A TV universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul transmite um programa nesse sentido, que se chama *Argumento contra argumento*. Confira um dos programas, em que se discute a Comissão da Verdade no Brasil, acessando o *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=U2heP46DcQI>. Se preferir, vá até a busca da rede social Youtube e digite “Argumento contra argumento 22/05/13 – Um ano da Comissão da Verdade”.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Leia atentamente o texto e a frase escrita em seguida a ele. Qual a relação entre os dois? Argumente.

Resolução de conflitos: argumentar ou discutir?

A lógica do contraditório é uma técnica escolástica, cuja característica é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que são resolvidas pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições, findando a discussão. Essa técnica, segundo Kant de Lima (2012), não se confunde com o princípio do contraditório, o qual se define pela necessidade de garantir às partes litigantes a oportunidade de manifestação sobre cada ato do processo.

O ponto da discussão do professor Kant de Lima é que a lógica do contraditório, processo de construção da verdade própria da tradição judiciária e acadêmica brasileira, se choca com as formas contemporâneas de produção da verdade jurídica e da verdade científica, baseadas num processo de construção consensual de fatos. Um caminho diferente para a resolução de um conflito é dado pelo procedimento científico de progressiva construção de consensos sucessivos, que define fatos e que por meio de uma revolução, produza uma nova e distinta legitimidade, de modo que esse processo surja dos próprios contendores, que têm de demonstrar que seus argumentos são mais convincentes: “é a autoridade do argumento, e não o argumento de autoridade, que define o destino da disputa” (LIMA, 2012, p. 36).

“Ei, você sabe com quem está falando?!”: locução informal utilizada popularmente no Brasil.

Resposta Comentada

Há uma ligação entre o sentimento de autoridade da frase “Você sabe com quem está falando!?” e a crítica existente no texto sobre a tentativa de resolução de conflito por meio de discussão, e não da argumentação. Tanto a frase quanto a lógica do contraditório têm como base a autoridade acima do argumento, ao passo que um procedimento científico de construção progressiva de consenso tem como importância fundamental o argumento, e não a autoridade.

O texto injuntivo ou instrucional

Injuntivo é aquilo que injunge, obriga. É um imperativo. Trata-se de uma formação textual que exprime uma ordem ao interlocutor para executar ou não uma determinada ação. A partir daí, o texto injuntivo pode ser designado como instrucional – que instrui, orienta, diz o que se deve fazer. São textos com que lidamos no cotidiano e nas mais diversas atividades profissionais: manuais, códigos, receitas, regulamentos e bulas de remédio são alguns exemplos desse tipo textual.

O maior objetivo do texto instrucional ou injuntivo é orientar comportamentos. A relação do leitor com o texto varia de contexto, nível de aceitação, hábito e interesse em cumprir a orientação.

Um dos primeiros textos injuntivos da história foram os Dez Mandamentos, a lei de Deus, esculpida em tábuas de pedra, para tocar a alma de cada homem. No Monte Sinai, Moisés os recebeu, e Jesus os confirmou como a Lei Nova. As tábuas dividiam-se em duas: a primeira, com os três mandamentos que tratavam diretamente de Deus, e a segunda, com os deveres a Ele. Veja o texto injuntivo dos Dez Mandamentos:

Os Dez Mandamentos

1. Não terás outros deuses diante de mim.
2. Não farás para ti imagem de escultura.
3. Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão.
4. Lembra-te do dia do sábado, para O santificar.
5. Honra a teu pai e a tua mãe.
6. Não matarás.
7. Não adulterarás.
8. Não furtarás.
9. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
10. Não cobiçarás coisa alguma do teu próximo.

Observe outros exemplos desse tipo textual:

a) um artigo do Código Penal brasileiro de 1940:

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

§ 1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as consequências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

§ 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência (BRASIL, 1940).

b) manuais:

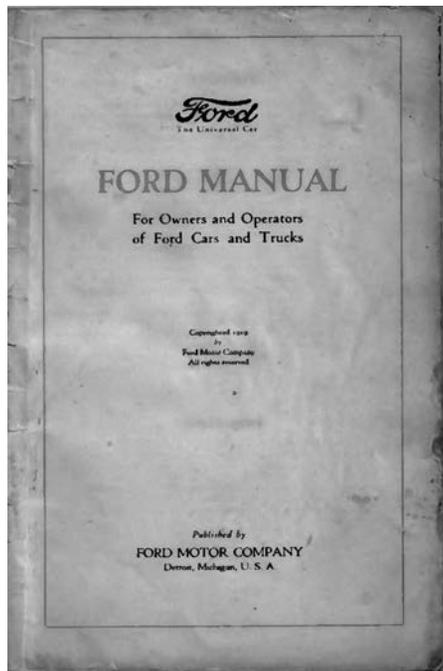


Figura 7.8: Manual de um automóvel Ford de 1919.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ford_manual_1919.djvu

c) guias:

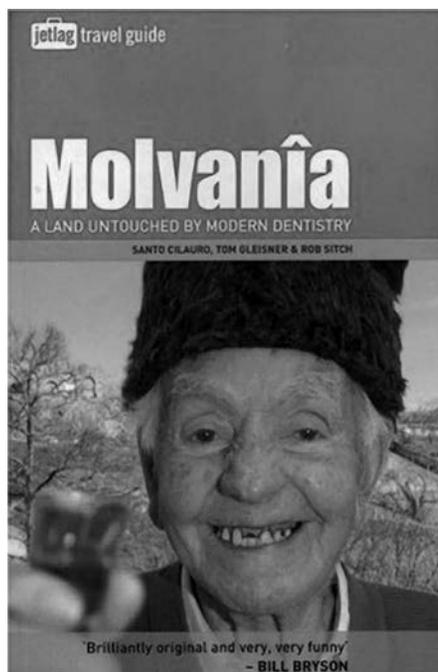


Figura 7.9: Guia turístico.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Molvania400px.jpg>

Molvânia, terra de um povo baixinho e ranheta. Esse guia turístico, na verdade, é uma paródia. De fato, o país Molvânia não existe. Contudo, o guia fez muito sucesso por apresentar o mesmo formato dos guias turísticos que circulam no mercado.

d) receitas:



Pamela - DC Metro

Figura 7.10: Cupcakes de chocolate.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cupcake>

Receita de *cupcake* tradicional

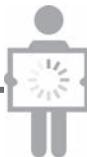
Ingredientes:

1 colher (sopa) de baunilha - 12ml; 1 colher (sopa) de fermento em pó - 12g; 220ml de leite; 4 ovos; 350g de açúcar refinado; 220g de margarina sem sal em temperatura ambiente; 350g de farinha de trigo peneirada; 2g de sal.

Instruções:

1. Na tigela da batedeira, coloque o açúcar refinado e a manteiga em temperatura ambiente e bata até ficar no ponto esbranquiçado.
2. Adicione os ovos, um a um, com a batedeira ligada, e bata.
3. Em outra tigela, adicione a baunilha no leite e reserve.
4. Em outra tigela, coloque a farinha de trigo sem fermento, mais o fermento em pó e o sal, e misture.
5. Adicione à massa do cupcake um pouco da farinha e um pouco do leite e misture levemente.

6. Adicione o restante da farinha e do leite.
7. Mexa levemente e a massa estará pronta.
8. Quando a massa ficar homogênea, é a hora de preencher as forminhas de papel. Coloque-as posicionadas sobre as forminhas de alumínio e preencha até a metade com a massa.
9. Leve ao forno pré-aquecido por cerca de 25 min.

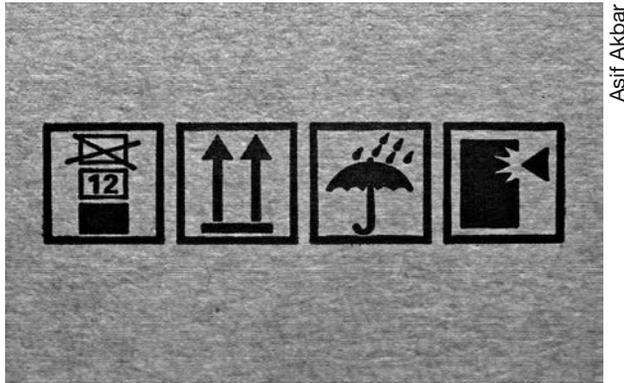


Sugestão de filme: *O Leitor*

O Leitor é um filme teuto-americano, do gênero drama, baseado em um romance do escritor alemão Bernhard Schlink. O filme mostra a história de Michael Berg, um advogado alemão que, no passado, teve um caso com uma mulher mais velha, pelos idos de 1958. Hanna Schmitz desaparece subitamente de sua vida e reaparece oito anos mais tarde, como ré em um tribunal, acusada de ter trabalhado para a polícia nazista (SS) durante a Segunda Guerra Mundial e de ter sido responsável pela morte de dezenas de judeus. Mas há um segredo que Michael acredita ser pior que o passado nazista da amante e que é crucial para a decisão da corte.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3



Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1112307>

Observe que as quatro imagens apresentadas podem ser dispostas como em um manual de recomendações. Faça uma descrição sobre as situações apresentadas na placa. Coloque em itens numerados o que cada uma quer dizer ao leitor.

Resposta Comentada

Sugestão de resposta:

Para transportar o aparelho, siga as seguintes recomendações:

1. não empilhar as caixas;
2. manter na posição vertical, para cima;
3. observar a impermeabilidade do produto;
4. carregar a caixa com cuidado, evitar choques e pontapés.

O texto expositivo

O texto expositivo é aquele que, ao mesmo tempo em que apresenta, também informa sobre um objeto ou fato específico, fornecendo sua descrição e a enumeração de suas características. Ele deve permitir que o leitor identifique, claramente, seu tema central, por meio de uma apresentação compreensível e objetiva da informação.

O texto expositivo deve ser abrangente, para ser compreendido por diferentes tipos de pessoas. Muitas vezes é confundido com os outros tipos textuais que aprendemos até aqui. Para não se confundir, veja alguns dos recursos por meio dos quais esse tipo de texto pode se manifestar, a partir de exemplos extraídos do livro *A polícia do Rio de Janeiro*, do historiador Thomas Holloway (1997):

a) informação:

As instituições policiais do tipo moderno, na Europa ocidental e em áreas historicamente relacionadas, como o Brasil, surgiram durante a multifacetada transição do século XVIII para o XIX, que coincidiu aproximadamente com a difusão da ideologia liberal de coerção às maiorias impotentes. As instituições estatais assumiram a autoridade que antes era exercida principalmente pelas hierarquias personalistas (HOLLOWAY, 1997, p. 21).

Nesse trecho, vemos que o autor está apresentando *informações* sobre o que será discutido no seu texto. Essas informações, que se referem à origem das instituições policiais do tipo moderno, servem para indicar ao leitor o assunto principal do texto e situá-lo em sua contextualização;

b) descrição:

O trabalho em toda a zona portuária era intenso, com remadores, estivadores, carregadores e tripulações de navios misturando-se em suas respectivas tarefas, supervisionados por inúmeros feitores de escravos, capatazes, comissários de bordo, fiscais municipais do

comércio, auxiliares de escritório e mercadores. Complementando essas atividades, havia as acomodações públicas – lugares para comer, beber, dormir e satisfazer outras necessidades físicas e sociais. Como coração econômico da cidade, foco da agitação febril e centro da vida social de várias categorias de pessoas descomprometidas ou quase descomprometidas, a orla marítima portuária requeria vigilância especial por parte da polícia (HOLLOWAY, 1997, p. 35).

Aqui vemos como o autor apresenta informações sobre as características do que está sendo apresentado, no caso, a zona portuária do Rio de Janeiro. Descrevendo as pessoas que lá circulavam e suas atividades, ele consegue transmitir ao leitor características daquilo que escolheu expor, de forma descritiva, em seu texto;

c) definição:

Esta é a história de uma das instituições fundamentais do mundo moderno através da qual o poder do Estado invadiu o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas. É também um estudo de como as pessoas reagiram a essa invasão e sobre a interação subsequente entre o braço repressivo do Estado e os mais diretamente afetados (*Ibidem*, p. 19).

Já nesse trecho, o autor quer deixar claro para o leitor do que, exatamente, está falando: “a história de uma das instituições fundamentais do mundo moderno”. Ao expor esse ponto, ele o define e reforça no texto a sua ideia;

d) enumeração:

Este capítulo apresenta o arcabouço interpretativo e o cenário físico da cronologia que virá em seguida. O capítulo 2 discute os fundamentos do sistema policial do Rio de Janeiro desde o final do período colonial, quando a família real portuguesa trouxe para o Brasil as instituições do despotismo esclarecido, até a

independência política e o reinado de dom Pedro I. O capítulo 3 examina de perto a sequência de crises políticas e sociais por que passou o Rio de Janeiro, da abdicação de dom Pedro I em abril de 1831 até o final de 1832, quando novas instituições surgidas com a crise começaram a se firmar. O capítulo 4 estuda o desenvolvimento e o funcionamento de novos instrumentos de controle, e a reação das pessoas mais diretamente afetadas durante o interregno da década de 1830. O capítulo 5 analisa a polícia novamente centralizada e o sistema judicial da década de 1840 até meados da de 1860, quando a polícia do Rio ganhou ampla autoridade para manter o comportamento da população da cidade dentro de limites aceitáveis e punir os que ultrapassassem a linha divisória. O capítulo 6 examina a continuidade e expansão das estruturas de controle, que foram marcadas por mais experimentação institucional no final do Império. A conclusão retornará a algumas das noções aqui apresentadas e considerará temas afluídos nos capítulos centrais (HOLLOWAY, 1997).

Nesse trecho, Thomas Holloway enumera, identificando e apresentando, sequencialmente, as informações referentes àquilo que está escrevendo. E assim, expõe a seu leitor o conteúdo de cada um dos capítulos do seu livro;

e) comparação:

Situada num plano paralelo, porém distinto da hierarquia da Polícia Civil, que compreendia cerca de 450 homens, a corporação da Polícia Militar, criada em 1831, também contava mais de 400 homens em suas fileiras em 1850, incluindo um quadro de 10 oficiais e suboficiais do quartel-general, 123 homens da cavalaria e 286 da infantaria. Assim como o chefe da Polícia Civil, o comandante da Polícia militar estava diretamente subordinado ao ministro da Justiça do Império (*Ibidem*, p. 162).

Já na comparação, como exposto no trecho acima, o autor quer garantir que seu leitor irá compreender bem o que ele quer dizer e, por isso, compara informações referentes à Polícia Militar com informações da Polícia Civil. Esse recurso tem como objetivo esclarecer mais ainda ao leitor o ponto a ser exposto.

Resposta Comentada

Você deverá pesquisar informações sobre o tema e, em seu texto, apresentar os elementos mais relevantes, que façam seu leitor compreender, de forma clara e objetiva, o que você escolher expor.

Exemplo de resposta para a opção a):

A educação semipresencial é alvo de discussão entre professores e alunos que se questionam se seus resultados são bons ou não. A maior preocupação é em relação aos métodos pedagógicos do ensino a distância, que atualmente têm adquirido maior força, principalmente após a publicação das diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), no final de 2007, com o objetivo de avaliar os cursos e os polos de apoio presencial.

A educação semipresencial, ao ser comparada com o ensino a distância, é considerada mais difícil no sentido de apresentar bom desempenho, visto que nela ocorre a mistura de dois métodos. É evidente que não existe uma receita perfeita para utilizar uma determinada técnica e obter cem por cento de sucesso, porém, as instituições e os professores que abraçam a causa estão começando a obter resultados positivos em relação à educação semipresencial.

Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/educacao/a-educacao-semipresencial.htm>>. Acesso em: 26 set. 2014.

Exemplo de resposta para a opção b):

A informação é considerada usualmente como um conjunto de fatos (acontecimentos) e/ou dados a respeito de algo, que constituiriam o ato de informar, entendido como um processo de interação do sujeito com o mundo exterior. De acordo com a teoria da informação, enunciar uma mensagem permite a redução da incerteza sobre uma dada realidade. Nesse sentido, informar significa comunicar os fatos, tornando-os públicos, e privilegiando uma visão dos fatos como “coisas”, cujo relato isento propiciaria a percepção da realidade como ela é. Mas o que são “dados”? São elementos de informações ou representações de fatos que

servem de base para a formação de uma análise, cujo resultado será influenciado por diversos fatores. O uso mais comum dos “dados” está relacionado à estatística (MIRANDA, p. 1).

Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2002001.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

Exemplo de resposta para a opção c):

A tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social, um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseada na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, entre outras.

As tecnologias sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.

São exemplos de tecnologia social: o clássico soro caseiro (mistura de água, açúcar e sal que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil), as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso à água de boa qualidade à população do semiárido, entre outros.

Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/>>. Acesso em: 26 set. 2014.

Conclusão

Como vimos ao longo das últimas aulas, os tipos textuais são diversos, pois se referem à estrutura composicional dos textos, apresentando, cada um, uma finalidade distinta. Assim, são os aspectos constitutivos do texto que são analisados quando levamos em conta sua classificação em tipos.

Além de ter adquirido habilidade na identificação dos tipos textuais, diante de suas especificidades, esperamos que você tenha aprendido

quais são os elementos fundamentais de cada um deles, com o objetivo de que possa desenvolvê-los no decorrer de sua carreira e interagir na prática, de forma cada vez mais eficaz, com os textos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2, 3 e 4

1. Elabore um texto dissertativo/argumentativo, em até 15 linhas, formulando dois argumentos contrários e uma conclusão que refute as teses do texto seguinte (de Oliveira Vianna), a respeito do insolidarismo brasileiro. Ou então, escreva um argumento contra e um favorável ao autor, e uma conclusão em que você aponte uma possibilidade de solução desse dilema entre individualismo e solidariedade.

Conclusão: o brasileiro é fundamentalmente individualista; mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. Estes ainda tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. É o que nos deixam ver as formas do coletivismo agrário praticadas durante o seu período colonial e que, ainda hoje, de certo modo, subsistem ali – como se observa nos *ejidos* do México ou nos *ayallús* bolivianos.

Nós, não. No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente de grupo ou colaborando com o grupo não teve, aqui, clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se: “De onde nasce que nenhum homem nesta terra é republico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas, é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja, e se molhem ao passar os rios e se orvalhem ao passar os caminhos”, já dizia, há 300 anos, o cronista Simão de Vasconcelos.

Nestas pequenas linhas o velho cronista fixou, com acuidade e precisão, a psicologia do brasileiro como “animal político”. Quero dizer: sob o aspecto que entende com o seu comportamento na vida política, com as suas atitudes de cidadão, com os seus sentimentos de homem público, especialmente como homem público municipal – como “homem da terra”, como “terrantez”.

Essa é a formação social e econômica do nosso povo. Como se vê, ela se processou dentro do mais extremado individualismo familiar (VIANNA, 1974, p. 126-127).

2. Elabore um texto instrucional, como se você precisasse explicar a um colega como esta aula pode ser lida e trabalhada. Faça o texto em pontos numéricos e de forma sintética (1...; 2...; 3... etc.).

Respostas Comentadas

1. Nesta questão, o essencial é você reforçar o que aprendeu sobre a estrutura da dissertação e as recomendações fornecidas nesta aula. Não é possível atribuir um conteúdo que seja válido, o importante é o argumento levantado por você.

Para corroborar o que Oliveira Vianna escreveu, você poderá valer-se do próprio texto, remetendo ao autor. Contudo, para formular ideias contrárias, seria preciso sustentar que o Brasil não é insolidário, e que a vida comunitária mostra que a sociedade brasileira consegue criar laços além do familiar, como nas associações de bairro, nos comitês partidários, e em exemplos de associativismos.

Sempre que você conseguir indicar algum caso particular, que sirva de consolidação do seu argumento, isso será bem-vindo. Por exemplo, a prova de que se encontram no Brasil exemplos de solidariedade é o caso dos bombeiros voluntários em diversas cidades do sul do país, onde a população disponibiliza parte de seu tempo para trabalhar pelo bem comum, independentemente da ação estatal.

2. Eis um exemplo de como o texto pode ser feito:

Instruções para a leitura da Aula 7 de Oficina de Texto, do curso de Tecnologia em Segurança Pública da UFF/Cederj.

- 1) Leia atentamente o título da aula, a meta e os objetivos. Atente para o fato de que esses elementos dão o formato da aula, e que os exercícios têm a ver com os objetivos delimitados.
- 2) Leia cada uma das seções e responda aos exercícios que se encontram ao final delas.
- 3) Procure consultar as referências trazidas nas aulas, como as sugestões de vídeos nos boxes multimídia.
- 4) Ao término, faça a atividade final.
- 5) A leitura da conclusão deve ser feita como fechamento da aula. Trata-se da mensagem final do professor ao aluno.
- 6) Utilize o resumo para rememorar os principais pontos da aula e para que sirva de instrumento para o estudo antes das avaliações.
- 7) Informe-se a respeito da aula seguinte e encontre, nas referências bibliográficas, as obras que foram utilizadas para a elaboração da aula.

Resumo

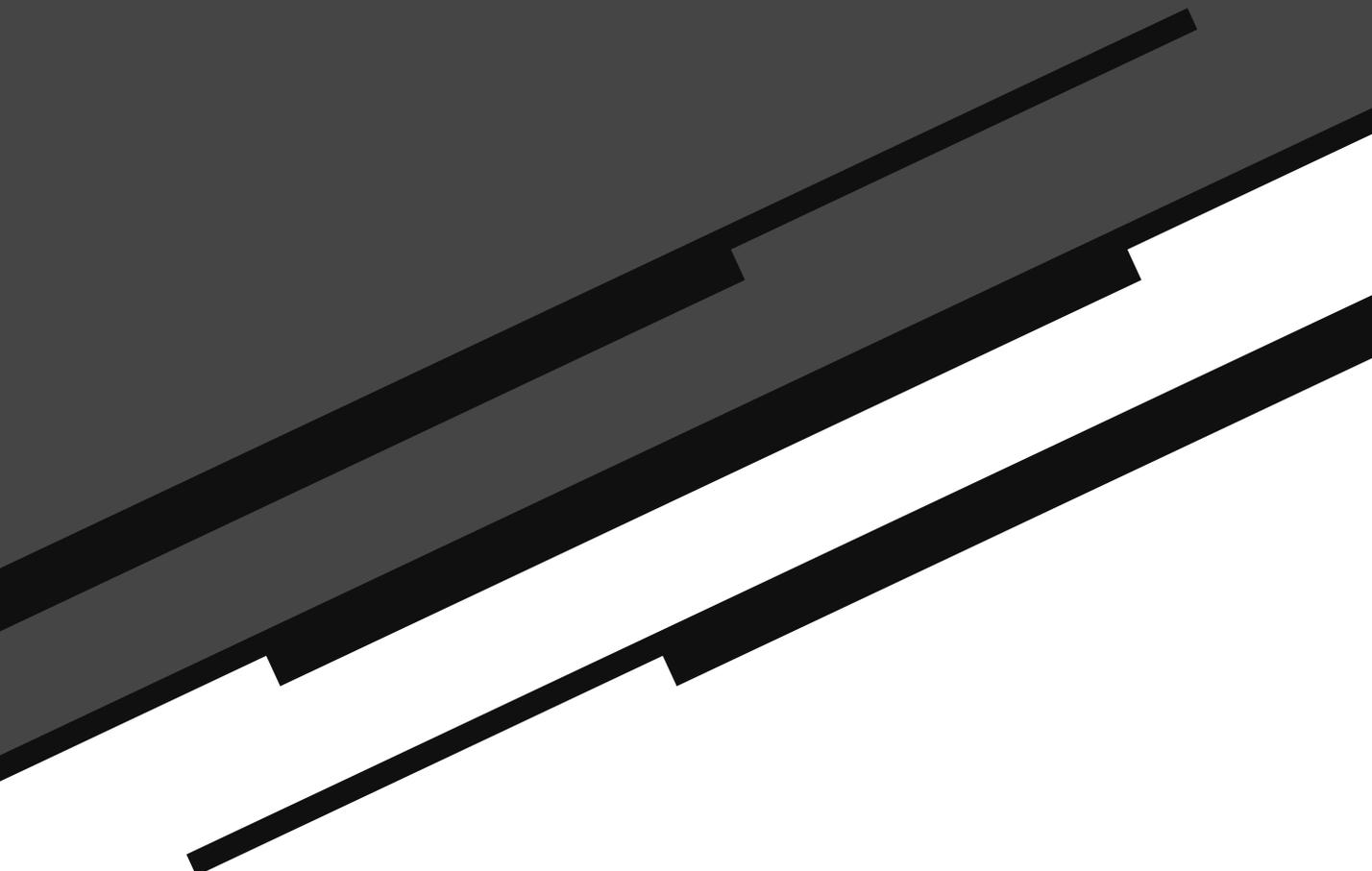
Nesta aula, discutimos os principais pontos, a seguir:

1. Texto dissertativo/argumentativo é o comumente cobrado em provas públicas, no Enem, vestibulares e nos mais diversos exercícios escolares, assim como em manifestos, sermões, ensaios, editoriais de jornal, críticas, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

2. O texto injuntivo ou instrucional compreende a bula de remédio, o horóscopo, a receita culinária, o manual de instruções, o código civil, o livro de autoajuda e uma série de outros textos que indicam procedimentos a serem realizados.
3. O que diferencia o texto é a sua capacidade de ser, em si, tanto um meio de comunicação, quanto a expressão ou significação de outra expressão, como uma pintura, uma peça musical, um significado visual.
4. Além de expressarem tipos de vida, modos de agir e pensar, os textos nos servem substancialmente para a construção de conhecimento, através de diálogo, apresentação de argumentos, contestação, orientação etc.
5. Quando um tema é proposto, deve-se ater à questão demandada, sendo possível recolher informações úteis ao texto na própria questão, por exemplo, se ela fornecer dados, estatísticas, citações de autores etc.
6. O sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) mostrou que o conflito é um forte componente *sociativo*.
7. Há vários níveis de contestação diante de uma ideia, um ponto de vista, um argumento, que contribuem para a elaboração de texto dissertativo/argumentativo. O ápice é a refutação ao ponto central – quando se consegue compreender a noção geral da questão apresentada e ela é refutada naquilo que diz respeito à sua proposta.
8. Injuntivo é aquilo que injunge, obriga, é um imperativo. Trata-se de uma formação textual que exprime uma ordem ao interlocutor para executar ou não uma determinada ação.
9. Texto expositivo é aquele que apresenta situações e ideias, com o objetivo de dar informações ao leitor.

Aula 8

Gêneros textuais



*Flavia Medeiros
Ronaldo Lobão*

Metas

Apresentar e conceituar gêneros textuais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o significado da leitura para o processo de classificação dos modos de expressão textual;
2. identificar o conceito de gêneros textuais como forma de organização de textos, segundo critérios que dizem respeito à forma de ser, agir e pensar de pessoas ou grupos;
3. listar os principais gêneros textuais.

Introdução



Michael & Christa Richert

Figura 8.1: Escultura na fachada de um teatro.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1396345>

Observe atentamente a figura acima, antes de iniciar a leitura desta aula. Faça uma análise levando em conta as seguintes questões: o que significa a expressão facial apresentada na escultura? Como se poderia explicar a sua ação? O que alguém poderia estar pensando ao se expressar daquele modo?

A escultura acima é a representação de um ser, segundo uma ação, que reflete certo pensamento ou reação diante de algo. Pouco importa se é uma pessoa hipotética ou real. Há uma ação facilmente perceptível, que foi congelada nessa obra de arte. A partir da descrição que fizermos relativa às atitudes dos seres representados, podemos inferir hipóteses quanto ao pensamento que ronda essa expressão artística.

A expressão dessa figura parece significar uma manifestação de sarcasmo, deboche, aquele momento de **soberba** na face de alguém. Ainda que não saibamos o que explica essa atitude, ela não deixa de ser recorrente nas relações humanas. Quem algum dia já não fez essa cara ou viu esse ar de deboche no rosto de alguém, desdenhando de outra pessoa, objeto ou ideia? O exagero na expressão da escultura tem a ver com o espaço que ela ocupa – um teatro, onde os aspectos expressivos precisam ganhar maior saliência.

Soberba

Sentimento de altivez, sobrançeria. Significa ainda um comportamento excessivamente orgulhoso; arrogância, presunção de superioridade.

Texto

Conjunto das palavras escritas, em livro, folheto, documento etc.; refere-se à redação original de qualquer obra escrita. Em algumas ocasiões, significa a parte principal de livro ou outra publicação, com exclusão dos títulos, subtítulos, epígrafes, gravuras, notas etc.

Miríade

No sentido empregado no texto, a palavra não busca atingir uma quantidade determinada, mas quer dizer que essa quantidade é imensa. Miríade nos leva à noção de grandeza. Normalmente, corresponde a dez mil unidades de algo.

O importante para esta aula é sabermos que, da mesma maneira que podemos classificar uma escultura, como a da **Figura 8.1**, segundo questões que envolvem o ser, o agir e o pensar, o mesmo é possível fazer com os textos. Gêneros textuais e literários são formas de classificar **textos**. Nesta aula, cuidaremos dos gêneros textuais.

Para cada gênero, há uma **miríade** de maneiras de explicar e de mostrar a função que exerce no aprendizado ou na produção literária. Nesta aula, procuraremos aplicar uma forma de diferenciar os textos sob três aspectos: (1) o que é um texto; (2) qual o seu objetivo como uma ação ou a representação de uma ação; e (3) quais as ideias que o envolvem.

Um dos resultados desse tipo de olhar é que não apenas classificaremos os textos para um aprendizado formal, mas perceberemos o quanto a forma e o conteúdo de um texto dizem respeito à vida humana e social, justamente porque encontramos nele expressões do ser, do agir e do pensar de pessoas e grupos, em dados tempo e espaço.

Isso se explica por conta do caráter expressivo da literatura, que surge das manifestações verbais humanas. No fundo, os textos são maneiras pelas quais as pessoas podem expor suas ações, sonhos, fantasias, desejos, ideias etc. É como se cada tipo de texto fosse uma espécie de braço daquilo que a mente humana projetou ou, por algum motivo, conseguiu realizar através da forma escrita. Assim, uma lista de compras, que é um dos gêneros textuais possíveis, pode ter a sua origem um tanto quanto banal – a partir da necessidade de alguém que precisa comprar mantimentos para sua sobrevivência semanal. Ao mesmo tempo, dessa simples lista de compras, várias questões podem ser inferidas, por exemplo, a respeito da intenção daquele que escreveu a lista: quais e quantos produtos quer comprar, se detalhou cada artigo, o que pretende fazer com aquelas compras etc.

Um passo atrás e dois na frente. Para precisar melhor o conteúdo dos gêneros textuais, a fim de que se saiba classificar e expressar os modos textuais possíveis, vale a pena dar um passo atrás. Retomaremos um aspecto que você, provavelmente, teve a oportunidade de aprender anteriormente neste curso, em específico na aula cujo título foi “O escritor também é leitor: a importância da leitura para produção de textos”.

Para escrever bem, tanto quanto para analisar a estrutura dos textos, é preciso ler bem. Por isso, o primeiro objetivo desta aula é tratar da arte de ler.

A arte de ler



L. Emerson

Figura 8.2: Estátua representando uma mulher lendo um livro para uma criança.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/267030>



Napoleon Sarony

Figura 8.3: Oscar Wilde, escritor irlandês.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Oscar_Wilde_portrait.jpg

O escritor irlandês Oscar Wilde (1854-1900), em sua obra publicada postumamente, no ano de 1905 – *De profundis* –, afirma que

as duas características principais da vida moderna são a complexidade e a relatividade. Para transmitir a primeira, necessitamos de um clima cheio de sutilezas, sugestões e estranhas perspectivas; para transmitir a segunda, precisamos ter experiência. É por isso que *a escultura deixou de ser uma arte representativa, que a música ainda é uma arte representativa e a literatura é, sempre foi e sempre será a suprema arte representativa* (WILDE, 1905, p. 69; grifos nossos).

Apesar de pequeno, o trecho guarda uma ampla possibilidade de análises, especialmente por conta da profundidade com que o autor trata do tema. Mas fiquemos apenas com a parte grifada por nós e com a **Figura 8.2**.

A escultura, por conta da vida moderna, imersa em situações complexas e relativas, pode ter perdido a sua capacidade representativa, como afirma Wilde, mas, ainda assim, contribui bastante para sabermos o que significa *representar algo*: apresentar novamente. A escultura, de modo geral, tem a dificuldade de sempre representar alguma coisa porque não possui as mesmas capacidades complexas e relativas que a literatura tem na modernidade.

E por que a literatura sempre será a suprema arte representativa? Porque é primordialmente através dela que o ser humano estabelece o encontro com as mais diversas formas de imaginação. E a literatura, por conta de sua capacidade de ser compreendida das mais diversas maneiras – como iremos observar através das variedades de gêneros textuais e literários –, pode ser moldada e **apreendida** conforme situações complexas e relativas.

As fontes mais penetrantes de formas de ser e de agir aparecem nas obras literárias e são repetidas e retrabalhadas ao longo do tempo. Sem essas fontes mitológicas, históricas, religiosas, tradicionais e de todo o complexo de saber humano, não se pode adquirir uma noção mínima de completude a respeito do ser, da inteligência, da vida comunitária, da relação com a natureza e com a divindade.

Pense um pouco: em toda a nossa vida estamos representando algo, pois agimos conforme a nossa base mental, a partir dos sentimentos, do intelecto, do reflexo, de costumes, de automatizações etc. O fato é

Apreender

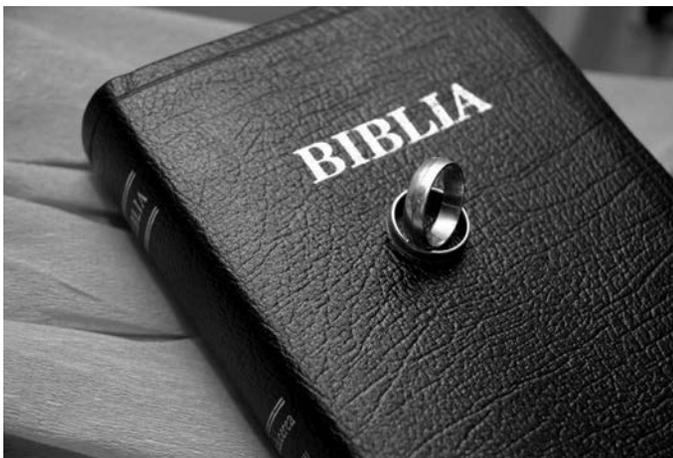
Assimilar mentalmente, abarcar com profundidade; compreender, captar.

que, consciente ou inconscientemente, agimos a partir do conjunto das ideias e das imagens que recolhemos do mundo. Não se sabe até hoje se todas elas são adquiridas do meio externo e da composição biológica de cada um, se tudo o que um recém-nascido vai aprendendo é porque a família o ensinou, o condicionou, ou se isso se dá devido às reações biológicas (por exemplo: fugimos do fogo, já que nossa pele é inflamável).

É possível que haja saberes **inatos** e outros adquiridos por meios fenomênicos, como acontece com os milagres, intuições etc. O importante, para nós, é saber que a literatura é o **manancial** que contribui para ampliarmos o leque de nossos interesses, daquilo que reside na nossa imaginação. Do imaginário que cada um possui é que se forma a inteligência. Aplicar a inteligência para algo é como uma pescaria, na qual o intelecto resgata a imagem que navega na mente e serve a uma dada situação concreta ou hipotética. Contudo, a literatura é capaz de ir além da nossa capacidade mental e adentrar na própria alma. Por isso, não há expressão artística mais **sublime** que a literatura.

A leitura e os gêneros textuais e literários

Vamos discutir alguns conceitos, com o objetivo de retomar a centralidade da leitura, direcionando-a ao processo de aprendizado dos gêneros textuais e literários, assim como à produção textual.



Daniel Manolache

Figura 8.4. Bíblia.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/806516>

Inato

Que pertence ao ser desde o seu nascimento; inerente, natural, congênito. Refere-se àquilo que é inerente à mente ou à constituição do intelecto, em lugar de ser adquirido com a experiência.

Manancial

Mina de água; olho-d'água, nascente, fonte. No sentido empregado, é considerado princípio ou fonte abundante de algo.

Sublime

Que apresenta inexecdível perfeição material, moral ou intelectual, algo elevado. Condiz com o superlativamente belo, esteticamente perfeito; grandioso, soberbo.

Uma civilização só é uma civilização enquanto apresenta símbolos que são transmitidos pelas formas de expressão artística. A Bíblia é uma obra-prima da literatura universal e significa a expressão real e mítica da existência e manifestação de Deus entre os homens, segundo a narrativa judaico-cristã. Se você ler a Bíblia, ainda que não acredite em todas aquelas histórias, logo irá perceber que o conjunto de imagens que se formaram na sua cabeça lhe servirá em algum momento da sua vida, não só para questões religiosas ou espirituais, mas para responder sobre os mais diversos temas que dizem respeito à vida humana e social.

Gênero

Forma de classificar algo a partir de coisas ou seres ligados a um conjunto de particularidades. Gêneros literários são as divisões que agregam as obras literárias, segundo características comuns (lírica, dramática, narrativa e/ou épica). Gêneros textuais servem para organizar as formas textuais, segundo aspectos comuns (bilhete, carta, entrevista, piada, lista de compras etc.). Todos os gêneros literários estão expressos em uma das formas de gêneros textuais. Os gêneros textuais são mais abrangentes, pois servem para classificar todas as formas de manifestação textual utilizadas. Por outro lado, os gêneros apenas são literários quando envolvem temas que servem para contar um mito, uma história, uma situação pessoal ou social.

Leitura

Habilidade ou disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática ou teórica, realizada de forma consciente, controlada e racional; conjunto de meios e procedimentos através dos quais é possível a obtenção de finalidades práticas ou a produção de objetos; técnica; caráter ativo da leitura.

O célebre escritor brasileiro Machado de Assis (1839-1908), por exemplo, frequentemente lançava mão de narrativas bíblicas para criar histórias e personagens, que se tornaram tão universais quanto a ideia original. Mas o formato das personagens e o esquema do enredo já estavam previamente dados: ele ia buscá-los em situações apresentadas nas Sagradas Escrituras (como fez no romance *Esaú e Jacó*). Isso acontece porque os **gêneros** literários não variam muito, até hoje não passam de três ou quatro (lírico, dramático, narrativo e épico, que foi incorporado ao narrativo, como veremos na Aula 10). Com os grandes clássicos da literatura acontece o mesmo: os mais importantes criaram gêneros e outros retrabalharam ou aprofundaram algum aspecto da vida humana ou de um grupo, em um dado tempo histórico e em certa sociedade.

O caráter maior de uma obra é poder apresentar situações e personagens universais, que valem a todo tempo e em todas as épocas. Tal qual se depreende da leitura de versos do maior poeta da língua portuguesa, Luís de Camões (1524-1580): “transforma-se o amador na coisa amada,/ por virtude do muito imaginar”. Essa frase tem um valor universal, independente do fato de você estar na China ou no Peru, ou de estarmos falando de amor hoje ou no ano 300 a.C.

O filósofo norte-americano Mortimer Adler (1902-2001) publicou, com Charles Van Doren, nos anos 1950, o livro *A arte de ler*. Trata-se de um manual para a **leitura**, uma contribuição à metodologia de como estudar. Esse livro explica que a leitura é uma atividade (e não uma passividade), sendo esse o principal motivo de a caracterizarmos como arte. Essa arte, por sua vez, envolve tipos de leitura, conforme as características de cada texto. Em outras palavras, a profundidade com que se lê uma peça teatral não é a mesma necessária para se compreender uma receita de bolo, visto que pretendem a gêneros diferentes – a peça é um gênero literário dramático, enquanto a receita de bolo um gênero textual.

Os níveis de leitura

Ler bem é compreender o que o texto quer dizer: se a sua leitura contribui para deixar o leitor informado, para servir ao entendimento quanto a determinado tema ou apenas para passatempo. A postura ativa diante do texto é aquela que consegue **inquiri-lo**, a fim de radiografá-lo.

O passo seguinte, após apercebermo-nos da relevância do ato de ler, segundo Adler e Van Doren (1974), é desenvolver os níveis de leitura. Através deles, podem-se realizar leituras em camadas, atingindo desde os níveis mais superficiais, até aqueles em que se podem comparar as especificidades de um texto com outros, provocando diálogos intertextuais. Significa que uma pessoa capaz de ler as diversas camadas de uma narrativa densa como *Ulysses*, de James Joyce, pode perfeitamente ler um cardápio, pois, para ela, bastaria a mais básica das leituras.

Os níveis de leitura são quatro:

1. elementar – como o encontro da criança com a leitura, as primeiras letras, o primeiro contato, a identificação das palavras, a brincadeira do jogo da memória;
2. inspeccional – atribui importância especial ao tempo, como se fosse a digestão do texto; é o folhear ou a pré-leitura de um livro. Esse nível de leitura se dá de modo sistemático, de modo que o leitor é capaz de captar as imagens mais marcantes do livro e, ao mesmo tempo, identificar sua estrutura, lendo o resumo, o índice, o assunto, sabendo quem escreveu e quando, qual o tipo de livro etc.;
3. analítico – exige maior complexidade, leitura minuciosa, formulação de perguntas ao texto; é a tomada de posse do livro pelo leitor ou, conforme a frase atribuída a Francis Bacon: “certos livros devem ser lidos, outros engolidos e uns poucos mastigados e digeridos”. Ou seja, nem toda leitura vale a pena. É preciso saber no que vale investir e lembrar-se de que, ao apostar nesse nível de leitura, o objetivo é entender o máximo do texto;
4. sintópico ou comparativo – trata-se do mais complexo e sistemático nível de leitura, o de maior exigência, que combina vários livros e promove diálogos entre eles. Este mais laborioso e ativo modo de leitura compreende as seguintes etapas:
 - 1º - encontrar as passagens relevantes;
 - 2º - conhecer os termos dos autores – como se fizesse um dicionário próprio;

Inquirir

Fazer perguntas;
interrogar, perguntar,
indagar.

3º - aclarar as perguntas;

4º - definir as partes controversas;

5º - analisar a discussão promovida pelo texto.

A melhor forma de aplicar essa metodologia de níveis de leitura é lendo mais e o resultado desse aprendizado possui dupla serventia. Em primeiro lugar, no que se refere à classificação formal dos textos: no caso dos gêneros textuais, a diferenciação é bastante aparente (percebe-se com facilidade a diferença entre um anúncio de venda de um produto e uma carta de amor), enquanto os gêneros literários exigem não só a leitura elementar, mas uma análise um pouco mais profunda para reconhecer seus subgêneros (para não confundir um conto com uma crônica, por exemplo); em segundo lugar: esse aprendizado serve para desenvolver o hábito da leitura de obras literárias pois, ao aguçar a capacidade de ler com profundidade, é possível extrair mais elementos de um texto.

Esse é o caminho para uma pessoa dar solidez à própria vida intelectual, já que é também através da literatura que se adquire cultura.

Literatura e cultura

A base cultural de uma nação está na literatura, que é capaz de tratar de temas universais, ao mesmo tempo em que reflete a linguagem corrente de um povo, em uma dada época. Com a literatura, pode-se conhecer uma série de mitos sobre a vida humana, que vão servir às relações pessoais, tanto quanto às descobertas científicas.

Os avanços científicos foram, antes, imaginados de modo metafórico pela literatura, mas não encontramos em um livro especializado em Física, por exemplo, algo que se aproxime da dimensão universal de um clássico literário. Essa é a diferença. Por isso, um físico, químico ou matemático que não lê literatura não é um homem culto. No entanto, alguém que conheça muito pouco das especificidades da Física, da Química ou da Matemática, mas que leia muita literatura, será uma pessoa culta. Tal condição lhe proporciona capacidade para participar, de modo útil, adequado e pertinente, de debates sobre as ideias que determinam os destinos da sociedade. E aí se destaca a importância da literatura, pois determinar esses rumos é algo que se sobrepõe às vontades científicas que, por sua vez, estão na ordem da especificidade.

O texto literário bem construído fornece condições para um indivíduo organizar suas ideias, percebendo os vários enfoques e a perspectiva da história: onde o fato surgiu e como se situa no tempo. A pessoa culta é capaz de articular esse conjunto de imagens extraído da literatura com valores fundamentais à sociedade.

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Médico manda mulher usar cadeado para fechar a boca e perder peso:

A dona de casa está doente e precisa perder peso. O médico mandou a mulher comprar um cadeado para fechar a boca e parar de comer. Revoltada, a paciente mostra a receita médica.

Disponível em: <<http://rederecord.r7.com/video/medico-manda-mulher-usar-cadeado-para-fechar-a-boca-e-perder-peso-509b9b6692b-b785a9de19288/>>. R7. Acesso em: 09 nov. 2012.

Essa notícia causou ampla discussão nas redes sociais da internet. Algumas pessoas interpretaram a situação como um exagero por parte do médico – escrever na receita médica que a mulher deveria comprar um cadeado para fechar a boca. Outras pessoas, no entanto, consideraram razoável a situação, e que o médico apenas teria utilizado uma linguagem metafórica para que a paciente compreendesse a necessidade de parar de comer e evitar a doença.

Faça uma análise da situação, à luz do que foi estudado, sobre a importância da leitura para a classificação dos modos de expressão literário e textual. E responda:

a) O que uma leitura elementar da receita médica possibilita quanto à interpretação daquilo que o texto quer expressar?

b) A linguagem utilizada pelo médico foi adequada para a situação? Para o gênero textual em questão, a linguagem utilizada foi correta?

Resposta Comentada

a) Uma leitura elementar, que avalia as características mais gerais e formais de um texto, permitiria ao leitor saber que se trata de um texto técnico, voltado a uma função específica, e que normalmente possui uma linguagem adequada ao tratamento médico e/ou farmacêutico.

b) O fato de o médico ter utilizado uma linguagem coloquial, escrevendo que a paciente deveria colocar um cadeado na boca, descaracteriza a linguagem técnica voltada a uma receita médica. Esse gênero textual não é um texto literário por conta de sua função e forma, ou seja, não deveria contar com linguagem metafórica como a empregada pelo profissional de saúde em questão.

O mínimo que se deve saber sobre gêneros textuais

Nesta seção, você conhecerá o conceito e a estrutura dos gêneros textuais, cuja classificação preocupa-se com a forma do texto.

Os gêneros textuais

Gêneros textuais são as diferentes maneiras pelas quais informações são expressas através de textos, abarcando todas as formas de expressão literária. Não se pode confundir ou comparar gêneros textuais e literários, já que cada um refere-se a objetos diferentes.



Bartłomiej Stroinski

Figura 8.5: Guarda avisando sobre algo.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/236497>



Vinicius Sgarbe

Figura 8.6: Aviso para não pisar na grama.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/510396>

As **Figuras 8.5** e **8.6** introduzem a ideia de gêneros textuais. Imaginemos que o guarda da **Figura 8.5** esteja dando o seguinte aviso: “Não pise na grama”. Trata-se da mesma informação contida na **Figura 8.6**. Qual é a diferença? Obviamente, em um caso, o aviso é verbalizado, no outro, ele é textual.

Uma placa de aviso é um gênero textual. Para o contexto apresentado, na forma textual, o aviso se torna mais simples, econômico, impessoal e direto do que verbalmente. O emprego do texto para um aviso é um recurso que serve para expressar uma informação, podendo ser identificado como gênero textual pela forma do texto – no caso da **Figura 8.6**, é muito fácil perceber que se trata de um aviso.

Todas as formas escritas da língua, conforme o formato e a estrutura do texto, inclusive gêneros literários, são expressas em gêneros textuais. Por exemplo: praticamente toda narrativa (gênero literário) está na forma de romance (gênero textual). Os gêneros textuais variam das formas mais simples e utilitárias (como uma ata de reunião) até aquelas que contam com profundidade de descrição, discussão, contextualização e demais objetos observados nas obras literárias.

Sempre que se utilizar alguma forma de expressão escrita para comunicar algo, um gênero textual poderá ser observado. O que define um gênero textual é o seu estilo, função, composição, conteúdo e canal pelo qual é veiculado. Na próxima seção, identificaremos exemplos de gêneros textuais.

Os casos de gêneros textuais

Antes de listar alguns gêneros textuais, é importante consolidar seu conceito.

O conceito de gênero textual

As práticas sociais que envolvem o dia a dia de cada indivíduo são diversas e sempre intermediadas pela linguagem. Assim, para cada situação social ou atividade humana distinta há uma realização linguística correspondente que geralmente é caracterizada por estrutura e objetivo específicos. As características das realizações são determinadas pelos usuários da língua. Esses usuários utilizam a língua para efetivar o processo de comunicação. (...)

Para Swales (1990), gênero textual é uma classe de eventos comunicativos, ou seja, atividades onde a participação da linguagem é significativa e indispensável. O autor considera o evento comunicativo como um conjunto formado pelo próprio discurso e seus participantes. O discurso e seu ambiente de produção e recepção são vistos a partir de aspectos históricos e culturais. (VICENTE, 2009, p. 16).

A lista completa de gêneros textuais é demasiada exaustiva pois, na verdade, eles são os mais diversos possíveis (inclusive esta aula pode ser designada como um gênero textual). Confira, a seguir, alguns exemplos:

a) carta: mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo.

Exemplo:

Estimados Senhores,

Comunicamo-lhes que no dia 03 do corrente mês ocorrerá uma reunião dos departamentos financeiro e contábil com a diretoria. Na ocasião, haverá premiação aos melhores vendedores, bem como do contador mais organizado. Por este motivo, as outras seções estão convidadas a prestigiar os colegas a partir das 9 horas da manhã, na sala 30.

Sds,

A gerência.

b) bilhete: carta ou mensagem reduzida ao essencial, na forma e no conteúdo.

Exemplo:



Darren Deans

Figura 8.7: Bilhete lembrando alguém de tomar uma pílula.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1381775>.

c) anotações: indicação escrita, feita de breves comentários, notas, chamadas e observações.

Exemplo:



Flávia Lupoián

Figura 8.8: Anotações.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/494879>

d) receita culinária: indicação sobre a maneira de preparar uma iguaria.

Exemplo:

Macarrão cremoso

Ingredientes:

- 250 g de macarrão
- 1 colher (sopa) de azeite de oliva
- 50 g de bacon picado
- 1 cebola pequena picada
- 4 tomates sem pele e sem sementes picados
- 200 g de palmito picado
- 1 xícara (chá) de creme de queijo minas frescal
- 1 colher (sopa) de manjeriço picado

Modo de preparo:

Cozinhe o macarrão conforme as instruções da embalagem. Escorra e reserve.

Em uma panela média, aqueça o azeite e frite o bacon. Junte a cebola e deixe dourar. Acrescente os tomates e cozinhe por 5 minutos, em fogo baixo. Junte o palmito, o creme de queijo minas frescal, o manjeriço, misture bem e deixe levantar fervura. Misture com o macarrão reservado. Sirva quente.

Dica: Se preferir, substitua o palmito por fundos de alcachofra.

e) diário pessoal: escrito em que se registram os acontecimentos de cada dia.

Exemplo:



Figura 8.9: Diário de Anne Frank (1929-1945), vítima judia do holocausto nazista.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Diary_of_a_Young_Girl_at_the_Anne_Frank_Zentrum.jpg

f) piada: história curta de final surpreendente, às vezes picante ou obscena, contada para provocar risos.

Exemplo:

Piada do eletricista no hospital:

Um eletricista vai até a UTI de um hospital, olha para os pacientes ligados a diversos tipos de aparelhos e diz-lhes: “Respirem fundo: vou trocar o fusível”.

g) romance: texto feito em prosa, mais ou menos longo, na qual se nar-ram fatos imaginários, às vezes inspirados em histórias reais, cujo centro de interesse pode estar no relato de aventuras, no estudo de costumes ou tipos psicológicos, na crítica social etc. Compreende uma infinidade de exemplos.



Olaf Simons

Figura 8.10: Vários romances em uma livraria alemã.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:2009_stapelweise_Neuerscheinungen_im_Buchladen.jpg

h) poema: composição em verso.

Exemplo:

Porquinho-da-Índia (Manuel Bandeira – 1886-1868)

Quando eu tinha seis anos
Ganhei um porquinho-da-índia.
Que dor de coração me dava
Porque o bichinho só queria estar debaixo do fogão!
Levava ele pra sala
Pra os lugares mais bonitos mais limpinhos
Ele não gostava:
Queria era estar debaixo do fogão.
Não fazia caso nenhum das minhas ternurinhas...
– O meu porquinho-da-índia foi minha primeira namorada.

i) multa de trânsito: penalidade de natureza pecuniária imposta pelos órgãos de trânsito, conforme o poder de polícia das autoridades, aos proprietários, condutores, embarcadores e transportadores que descumprirem as regras estabelecidas na norma de trânsito.



Figura 8.11: Policial aplicando multa ao carro estacionado sobre a faixa de pedestres.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Policia_multando_en_paso_de_cebra.jpg

j) *blogue* ou *blog*: página pessoal, atualizada periodicamente, em que os usuários podem trocar experiências, comentários etc., geralmente relacionados a uma determinada área de interesse.

k) *entrevista*: coleta de declarações tomadas por jornalista(s) para divulgação através dos meios de comunicação.

l) *cardápio*: relação das iguarias disponíveis para consumo nos restaurantes e afins, frequentemente seguida dos seus preços e, por vezes, com a descrição da sua composição.

m) *horóscopo*: diagrama das posições relativas dos planetas e dos signos zodiacais em um momento específico (como o do nascimento de uma pessoa), usado pelos astrólogos com a intenção de inferir o caráter e os traços de personalidade e prever os acontecimentos da vida de alguém; cronograma, mapa astral, mapa astrológico.

n) *telegrama*: impresso onde se escreve a comunicação recebida via telégrafo.

- o) bula de remédio: impresso que acompanha medicamento e contém informações sobre a sua composição, indicações, posologias e contraindicações.
- p) notícia de jornal: informação a respeito de acontecimento ou mudança recente. Relato de algo novo em jornal.
- q) história em quadrinhos: gênero narrativo marcado por enredos contados em pequenos quadros, através de diálogos diretos entre as personagens, gerando uma espécie de conversação.
- r) lista telefônica: publicação que consiste na relação de assinantes, organizada por nome, atividade econômica, residência/sede comercial etc.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao Objetivo 2

O texto a seguir é o poema mais famoso do poeta amazonense Thiago de Mello. O texto mimetiza, ou seja, está disfarçado de outro gênero textual, que não o poema. Após lê-lo, identifique que gênero é este e descreva como você reconheceu as diferenças entre o gênero textual expresso por Thiago de Mello e o outro que ele tomou como modelo.

Os estatutos do homem

(Thiago de Mello)

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade.
Agora vale a vida, e de mãos dadas,
Marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
Inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
Têm direito a converter-se em manhã de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
Haverá girassóis em todas as janelas
Que os girassóis terão direito



Gêneros textuais e tipos textuais

É preciso atenção para não confundir tipos com gêneros textuais. Gêneros textuais são as diversas formas de expressão textual encontradas no cotidiano. Tipos textuais são mecanismos que funcionam como modos de organização utilizados para escrever os textos, conforme a seguir:

- Descrição: ato ou efeito de descrever; reprodução, traçado, delimitação; representação escrita de algo.
- Narração: ação, processo ou efeito de narrar; narrativa; exposição escrita ou oral de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos sequenciados.
- Dissertação: ato ou efeito de dissertar; exposição, redação; exposição escrita de assunto relevante nas áreas científica, artística, doutrinária etc.
- Exposição: apresentação organizada de um assunto por escrito; explanação.
- Injunção: ato de injungir, de ordenar expressamente uma coisa; ordem precisa e formal.



Sugestão de filme: *Sonho tcheco.*



Figura 8.12: República Tcheca, 2004, cor, 90 min. Direção: Vít Klusák e Filip Remunda.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:%C4%8Cesk%C3%BD_sen_davy.jpg

Os gêneros textuais são ferramentas bastante úteis para moldar um discurso. A maneira como algo é anunciado por um emissor repercute no modo como o receptor compreende a informação. O estudo de como a mudança da forma de um texto transforma a mensagem é a parte mais interessante dos estudos sobre os gêneros textuais.

O filme *Sonho tcheco* (*Czech Dream*, em inglês, e em tcheco, língua original: *Český sen*) é um curioso exemplo do que uma publicidade inteligente e incisiva pode fazer. “Sonho tcheco” é o nome de um hipermercado falso, mas que foi anunciado como se fosse verdadeiro e, nos anúncios, feitos de diversos modos, com vários gêneros textuais diferentes – *outdoor*, anúncio de jornal, folha de produtos em promoção etc. – e meios de divulgação audiovisuais – propaganda na TV, nos rádios, *jingles* etc. –, tudo era feito para o público acreditar que realmente haveria a inauguração de um hipermercado chamado “Sonho tcheco”. A inauguração tinha local, data e hora. Na ocasião, uma multidão foi para o evento, mas não encontrou nada além de um imenso *outdoor* com o nome e

as cores do falso hipermercado (como na imagem acima), e as pessoas, desesperadas, caminhavam em busca do “Sonho tcheco”, que jamais existiu...

É possível assistir ao filme completo pelo YouTube (em tcheco e com legendas em inglês). Busque por “Czech Dream 2004” ou no *link*: <http://www.youtube.com/watch?v=piRnqLOfqA4>.

Atividade 3

Atende ao Objetivo 3



Figura 8.13: História em quadrinhos.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Thimble_Theater_\(Segar\),_1920.gif](http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_Thimble_Theater_(Segar),_1920.gif)

Observe a história em quadrinhos. Ainda que você não consiga traduzir o texto, que está em inglês, observe as imagens e, a partir delas, crie uma história e escreva-a em dois outros gêneros textuais, podendo transformar os quadrinhos em uma carta, piada, notícia de jornal, reportagem ou conto.

Resposta Comentada

Não há uma resposta precisa para esta questão. Trata-se de um exercício em que você deve ter criatividade e transformar um texto de um gênero textual em outro, conforme demanda o enunciado. Veja, a seguir, dois exemplos desta transformação:

Reportagem:

Maluco provoca acidente de irmão e cunhada.

Jovem que estava pescando em um buraco na neve dá susto em casal de patinadores. Ao relatar que tentava pescar uma baleia, Castor Oyl deu um susto no irmão, acompanhado da namorada, e provocou a queda inusitada do casal. Eles não suportaram a ideia exagerada do irmão e caíram estupestos. Contudo, não foram constatadas lesões graves, apenas escoriações nas costas.

Piada:

- Olhe lá, amor, o meu irmão pescando. Algumas pessoas dizem que ele não tem nada na cachola.
- Vamos conversar com ele e ver se você acha que ele é maluco.
- Eu estou pescando tubarões – disse o pescador.
- Não há tubarões aqui neste pequeno lago. – Respondeu o irmão, com a namorada.
- Ok. Então eu vou pescar baleias.

Conclusão

Vimos, ao longo desta aula, que a diversidade de meios de expressões textuais pode ser estudada através dos gêneros textuais, o que equivale à reflexão quanto às formas de poder que investimos a partir da escrita. Ou seja, ela pode significar mais que um meio de comunicação, uma forma de persuasão, de conquista, de ordenação. Expressar-se de uma dada maneira e fazer-se compreender é um desafio que percorre as mais variadas atividades sociais e que figura dentro da dinâmica da conscientização do indivíduo e do coletivo.

A cada um cabe, tanto no seu âmbito privado, como nas ações coletivas, reconhecer e desenvolver formas de se expressar textualmente e, assim, fazer com que os seus leitores saibam do que está tratando; isso porque uma informação, ordem, relato, discussão, ou qualquer outro intento de passar algo através de texto, pode ser admitido ou rejeitado, como alguém que aceita ou nega um alimento.

A leitura é como um alimento contínuo: a pessoa pode ter úlcera ao não comer regularmente, assim como pode adquirir uma “úlcera cerebral” devido à carência de leitura, de ideias, do reconhecimento de diferentes e elevadas formas de expressão textual. Ainda que não seja a única forma de “alimentar a inteligência”, a leitura é a única que se perpetua culturalmente, não se limitando a um período histórico, a uma ou outra sociedade, valendo para todas e perdurando ao longo do tempo.

Uma sociedade pautada em bons níveis literários, em que mesmo fora do ambiente escolar as pessoas estejam habituadas a compreender textos mais complexos, adquire um salto qualitativo nas suas relações, consegue manter-se isenta de expressões mais baixas e procura formas mais profundas de conhecimento.

A filósofa Hannah Arendt (1906-1975) pensava que a fonte do poder estava em criar uma convicção sobre o outro, fazer com que o outro executasse aquilo que o emissor do texto ou de outro modo de expressão estivesse querendo. Diante dos diversos meios de expressão textual, podemos avaliar que o limite desse poder ou sua aceitação condiz com o nível de entendimento de alguém sobre a maneira pela qual nos expressamos. Do mesmo modo que precisamos condicionar nossas ações a partir do lugar que ocupamos, é fundamental que possamos ampliar numericamente e qualitativamente o conteúdo dos gêneros textuais disponíveis, e é necessário que, culturalmente, a sociedade esteja pronta a aceitar os modos de exercício textual.

Para terminar, ilustremos um caso. Os dez mandamentos da religiosidade judaico-cristã, dados por Deus através de Moisés, são compostos de dez frases simples e diretas que organizaram e formaram todo o mundo ocidental, conforme o conhecemos hoje. Nada seria desenvolvido sem as garantias de que, minimamente, aqueles mandamentos fossem respeitados, direcionamentos que se tornaram regras morais, sociais e individuais. Apesar de a linguagem não ser complexa, ela contém preceitos difíceis de serem acatados se um grupo não estiver bem orientado, coeso e organizado.

Pois bem, a recepção e a manutenção daquelas ordens divinas, inicialmente para a comunidade judaica, só foi possível porque havia uma preparação moral e religiosa desenvolvida pela liderança do próprio Moisés, além, é claro, da manutenção das tradições de um povo, através da qual a mensagem foi passada. Ou seja, havia uma coerência entre o desenvolvimento religioso dos judeus e aquela nova mensagem. Isso quer dizer que a linguagem e o conteúdo empregados poderiam muito bem ser rechaçados socialmente, se acaso não estivessem de acordo com a tradição da comunidade ou se as pessoas não estivessem preparadas para recebê-lo. É como se hoje um chefe de Estado dissesse que é lei roubar o vizinho. A sociedade se tornaria caótica.

As pessoas passaram a respeitar os dez mandamentos e tiveram aquilo como espelho para a vida, justamente porque compreenderam a mensagem. Os valores tradicionais eram mantidos naquela comunidade e a liderança político-religiosa de Moisés era honesta, verdadeiramente superior e orientadora do povo. Havia uma segurança no líder e nas tradições que gerava toda uma corrente de fidelidades.

Pensando em linguagem, o grande problema se dá quando uma mensagem já não consegue ser compreendida socialmente, por uma ausência de comum acordo religioso e/ou cultural através da manutenção das tradições, o que acaba levando a níveis baixos de compreensão, que se torna pobre a ponto de muitas mensagens que estejam fora de um circuito cíclico já não poderem preencher a vida social. É o que acontece quando a sociedade está marcada fortemente por anúncios comerciais e a vida coletiva está pautada em relações de consumo. O que diz respeito à cidadania, ao altruísmo, à vida em comunidade e outros atributos fora desse circuito de relações mercantis tem dificuldade de adentrar e permanecer na mentalidade coletiva. Por isso, a luta é contínua e, para essa guerra em prol da inteligência, é preciso formar soldados e batalhões.

Resumo

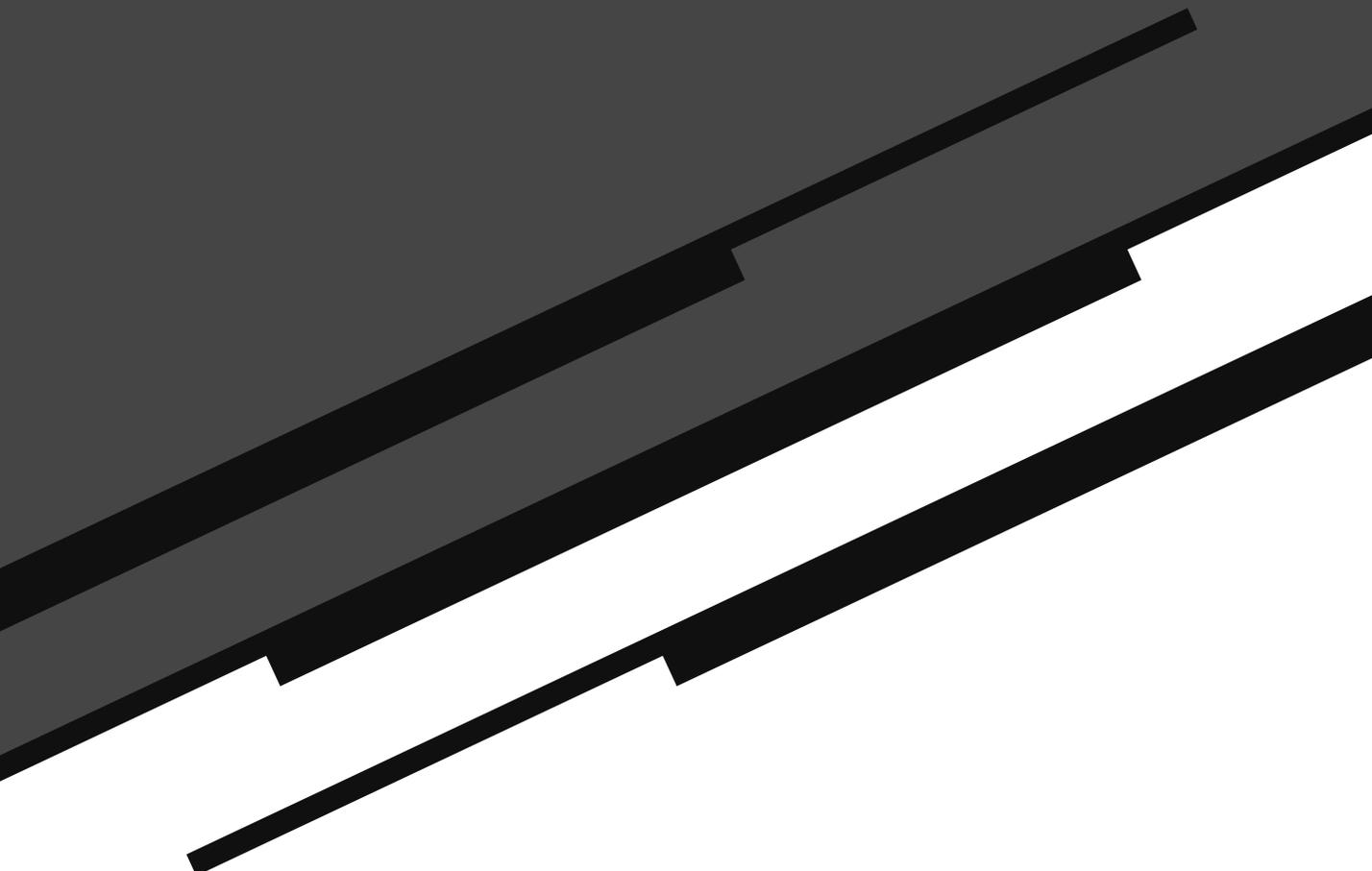
1. Da mesma maneira que podemos classificar uma escultura, segundo questões que envolvem o ser, o agir e o pensar, o mesmo é possível fazer com os textos. Gêneros literários e textuais são formas de classificar textos.
2. No fundo, os textos são maneiras pelas quais as pessoas desencadeiam suas ações, sonhos, fantasias, desejos, ideias etc. É como se cada tipo de texto fosse uma espécie de braço daquilo que a mente humana projetou ou, por algum motivo, conseguiu realizar através da forma escrita.
3. Para se escrever bem, tanto quanto analisar qual a estrutura dos textos, é preciso ler bem, e o primeiro objetivo desta aula foi tratar da arte de ler.
4. A literatura sempre será a suprema arte representativa. Por conta de sua capacidade de ser compreendida das mais diversas maneiras – como podemos observar através das variedades de gêneros textuais e literários –, a literatura pode ser moldada e apreendida conforme situações complexas e relativas.
5. O filósofo norte-americano Mortimer Adler (1902-2001) publicou, com Charles Van Doren, nos anos 1950, o livro *A arte de ler*, que explica que a leitura é uma atividade (e não uma passividade), sendo esse o principal motivo de a caracterizarmos como arte. Nessa obra, os autores tratam de quatro níveis de leitura: 1º) elementar; 2º) inspeccional; 3º) analítico; 4º) sintópico ou comparativo.
6. Gêneros textuais são as diferentes maneiras pelas quais são expressas informações através de textos. Os gêneros textuais abarcam todas as formas de expressão literária.
7. Exemplos de gêneros textuais: carta, bilhete, anotação, receita culinária, diário pessoal, cartão postal, gibi, piada, romance, poema, multa de trânsito, nota promissória, cheque, blogue, entrevista, horóscopo, telegrama, piada etc.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos os gêneros literários, mantendo a mesma metodologia usada para explicar os gêneros textuais. Será um prolongamento desta aula, justamente porque gêneros textuais e literários são temas afins: não se pode falar de literatura sem falar de texto, assim como não se pode falar de textos sem conceituar literatura.

Aula 9

Gêneros literários



*Luiz Carlos Ramiro Junior
Ronaldo Lobão*

Metas

Apresentar e conceituar gêneros literários.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. conceituar literatura e a importância desse conhecimento para a cultura humana;
2. identificar o conceito de gêneros literários como forma de organização de textos, segundo critérios que dizem respeito à forma de ser, agir e pensar de pessoas ou grupos;
3. listar os principais gêneros literários.

Introdução

A introdução da Aula 8 serve perfeitamente para esta, pois a explicação para tratar dos gêneros textuais é semelhante à dos gêneros literários. As diferenças envolvem aspectos formais e materiais.

Os gêneros textuais são instrumentos de comunicação a partir de textos, cujas categorias referem-se especialmente à forma. Os gêneros literários envolvem uma diferença de forma e de conteúdo, de modo mais complexo.

No cotidiano, deparamo-nos com uma série de gêneros textuais – cartazes, anúncios, bilhetes, fax, *e-mail*, notícias etc. –, mas nem sempre paramos para analisar uma literatura. Nem todas as pessoas têm a capacidade de parar, ler um poema, dedicar um tempo do seu dia para ler um capítulo de um romance ou um texto **dramatúrgico**.

Dramatúrgico

Relativo à dramaturgia; dramatólogico.

Dramaturgia é a composição ou representação de uma peça de teatro, ou ainda, a arte ou técnica de escrever e representar peças de teatro.

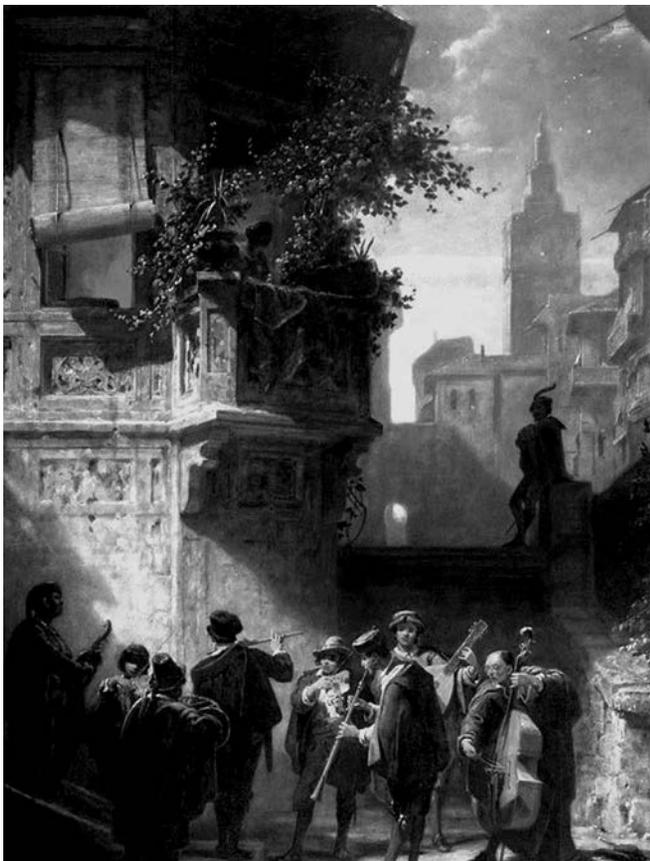


Figura 9.1: Tela *Spanish Serenade* (*Serenata espanhola*), de Carl Spitzweg (1808-1885).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Spanish_Serenade_by_Carl_Spitzweg.jpg

Serenata

Composição musical, de caráter simples e melodioso, para ser executada à noite, ao ar livre, que alcançou enorme popularidade no século XVIII, em situações iguais à representada na tela de Carl Spitzweg que aparece nesta aula. Em Portugal, naquele mesmo século, também era composta em comemorações de eventos da realeza.

É possível explicar as diferenças entre gêneros textuais e literários por meio de uma analogia com a expressão musical. Imaginemos uma cena romântica como a **serenata**, apresentada na **Figura 9.1**. Um homem que deseja expressar seus sentimentos para sua amada poderia fazer isso de diversas maneiras, como, por exemplo, lançando mão de gêneros textuais: mandando um bilhete, uma carta, colocando um anúncio em jornal, uma placa na rua, um *outdoor* no meio da estrada etc. Ou poderia emitir sons para chamar a atenção: assoviar, passar com o carro e buzinar, berrar, sussurrar etc. Mas havemos de concordar que o gesto se tornaria muito mais belo se, ao invés de emitir qualquer som, o homem preparasse uma serenata e declamasse seu amor, cantando ou recitando um poema. Este seria um modo mais profundo e elaborado de expressar-se. Do mesmo modo, os gêneros literários são formas mais sofisticadas de dizer as coisas, ainda que também sejam textos.

Certamente é mais fácil utilizar e identificar gêneros textuais do que literários, enviar um bilhete do que escrever uma novela ou assoviar do que cantar uma música. O fato é que utilizamos, na nossa vida pessoal e profissional, ambas as formas de expressão. E precisamos reconhecê-las, bem como fazer uso delas, já que ao longo da vida nos deparamos com formas de ser, agir e pensar variadas, que exigem respostas rápidas como um berro, ou longas como uma sinfonia.

Aquele que se vale da expressão literária buscará o gênero que melhor se ajuste aos seus objetivos, sentimentos e aptidões, como um músico, que pode ser excelente pianista e um desastre tocando flauta.

As seções 2 e 3 desta aula são destinadas ao estudo dos gêneros literários, uma para conceituá-los e outra para listar seus exemplos. Mas antes é preciso dizer o que é a literatura.

O que é a Literatura?



Figura 9.2: *O tapete mágico*, de Viktor Vasnetsov (1848-1926). Óleo sobre tela, 1880.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Vasnetsov_samolet.jpg

A **Figura 9.2** é de um lendário tapete usado como transporte, que levava rapidamente as pessoas para os seus destinos. O objeto é retratado em várias histórias e contos populares do Oriente Médio e sul da Ásia, compilados no século IX, na língua árabe, sob o título *As mil e uma noites*, obra que está entre as mais importantes da civilização árabe e da literatura universal.

A palavra “literatura” apresenta-se marcada pelo fenômeno da **polissemia**. Deste modo, conceituá-la torna-se uma tarefa difícil. Utilizaremos, para esse objetivo, uma longa citação de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, do livro *Teoria da Literatura*:

O vocábulo “literatura” representa um derivado erudito do termo latino *litteratura* que, segundo informa Quintilian, foi decalcado sobre o grego γραμματική [grammatikee]. O derivado erudito de *litteratura* penetrou nas principais línguas europeias, sob formas muito afins (cf. esp. *Literatura*, fr. *Littérature*, it. *Letteratura*, ing. *Literature*), cerca dos últimos anos do século XV, sendo um pouco mais tardia a sua aparição na língua alemã (séc. XVI) e na língua russa (séc. XVII). Em português, encontramos documentada a palavra *litteratura* num texto datado de 21 de março de 1510.

Polissemia

Multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução (p. ex.: prato: vasilha, comida, iguaria, receptáculo de balança, instrumento musical etc.; pé de moleque: doce, tipo de calçamento).

Gramaticalmente, trata-se de um fenômeno comum nas línguas naturais, e são raras as palavras que não a apresentam. A polissemia tem como causas:

- 1) os usos figurados, por metáfora ou metonímia, por extensão de sentido, analogia etc;
- 2) empréstimo de acepção que a palavra tem em outra língua.

Em latim, *litteratura* significa instrução, saber relativo à arte de escrever e ler, ou ainda gramática, alfabeto, erudição, etc. Pode-se afirmar que, fundamentalmente, foi este o conteúdo semântico do vocábulo “literatura” até o século XVIII, ora se entendendo por *litteratura* a ciência em geral, ora, mais especificamente, a cultura do homem de letras. Quando, no século XVII ou na primeira metade do século XVIII, se pretende designar o que hoje denominamos “literatura”, empregam-se a palavra *poesia*, a expressão *belas letras*, ou, no caso de se pretender referir certa forma de prosa, utiliza-se o vocábulo *eloquência*. (...)

Na segunda metade do século XVIII, período fulcral na transformação da vida cultural e artística da Europa moderna, verifica-se uma profunda evolução semântica da palavra “literatura”. Em vez de significar o saber, a cultura do letrado, a palavra passa a designar antes uma específica atividade deste e, conseqüentemente, a produção daí resultante: já não designa uma qualidade de um sujeito, mas refere-se a um objeto ou conjunto de objetos que se podem estudar. (...) A evolução do vocábulo continua e, cerca do fim do terceiro quartel do século XVIII, *litteratura* passa a significar o conjunto das obras literárias de um país, pelo que se lhe associa um adjetivo determinativo: inglês, francês, etc. (...)

Por volta da penúltima década do século XVIII, a palavra “literatura” conhece um novo e importante matiz semântico, passando a designar o fenómeno literário em geral e já não circunscrito a uma literatura nacional, em particular. Caminha-se para a noção de *litteratura* como criação estética, como específica categoria intelectual e específica forma de conhecimento. (...) Explica-se que esta transformação semântica do vocábulo “literatura” tenha tido lugar na segunda metade do século XVIII: por um lado, o termo “ciência” especializa-se então fortemente, acompanhando o desenvolvimento da ciência indutiva e experimental, de modo que deixa de ser possível abranger na “literatura” os escritos de carácter científico; por outro lado, assiste-se a um largo movimento de valorização de gêneros literários em prosa, desde o romance até o jornalismo, tornando-se necessária, por conseguinte, uma designação genérica capaz de abarcar todas as manifestações da arte de escrever. Essa designação genérica foi *litteratura* (...).

A descrição do percurso do termo *litteratura* terminou na época do romantismo. A seguir, nos séculos XIX e XX o termo continuaria a evoluir. Desse modo temos que literatura pode significar:

a) Conjunto da produção literária de uma época – como falamos em *litteratura portuguesa*, *litteratura do século XIX*, etc.

b) Conjunto de obras que se particularizam e ganham feição especial devido a sua origem, temática ou intenção – como a literatura feminina, literatura liberal, literatura revolucionária, literatura de evasão, etc.

c) Bibliografia existente acerca de um determinado assunto – por exemplo, quando alguém diz: “*era marcante a literatura católica entre a intelectualidade brasileira nos anos 1920*”.

d) Por elipse, significa a *história da literatura*; por metonímia, *Manual de história da literatura*.

e) Significa ainda conhecimento orgânico do fenômeno literário – esse é um uso acadêmico do termo literatura, e daí surgem as locuções: *literatura comparada, literatura geral, etc.*

Literatura pode ser pensada como a manifestação ou o próprio resultado, tanto quanto o produto, de uma função fundamental das relações humanas e do processo de conhecimento humano: a linguagem verbal. Roman Jakobson lista seis funções da linguagem verbal:

i) Referencial – orientada para o referente, para o contexto;

ii) Expressiva ou emotiva – centrada sobre o sujeito emissor e caracterizada por ser “uma expressão direta da atitude do sujeito em relação àquilo de que fala”;

iii) Conativa – orientada para o destinatário ou sujeito receptor, e que tem como finalidade atuar sobre este mesmo sujeito, influenciando o seu modo de pensar, o seu comportamento;

iv) Fática – tem como objetivo “estabelecer, prolongar ou interromper a comunicação”;

v) Metalinguística – que se verifica quando o emissor e/ou receptor necessitam de averiguar se ambos usam o mesmo código. Como se estivéssemos observando um diálogo entre duas pessoas, e uma delas dissesse: “a pintura abstrata não tem beleza”, e a outra pessoa diz: “é o que você entende por beleza?”. Ou seja, para que o diálogo possa acontecer é preciso que ambos saibam de que estão falando, se para o caso ambos possuem a mesma compreensão sobre beleza;

vi) Poética – centrada sobre a própria mensagem. Essa é a função dominante da linguagem literária, enquanto que nas outras formas de atividade verbal o seu papel é secundário (SILVA, 1976, p. 21-31).

Atividade 1

Atende ao Objetivo 1

Cite três obras literárias que você conheça, tenha lido ou ouvido falar. Se possível, comente aspectos de cada uma delas (por exemplo: qual o gênero literário, se você se identificou com a história ou com algum personagem, a época em que se passava ou em que foi escrita a obra, informações interessantes sobre o autor etc.).

Resposta Comentada

Esta não é uma questão com resposta pronta. A aula trata de gêneros literários e certamente você teve algum contato com literatura ao longo de sua vida.

O objetivo desta atividade é fazer você se lembrar de que já teve contato com essa forma de expressão textual. Por exemplo: você pode ter lido um romance de Graciliano Ramos, José Saramago, Vargas Llosa, alguma peça de Nelson Rodrigues, um poema de Yeats, Fernando Pessoa, algum conto de Fernando Sabino, ou mesmo ter escrito algo. Aqui, vale tudo que seja literatura e que se encaixe na definição citada na primeira seção desta aula.



Notas fundamentais sobre gêneros literários

Seguindo a metodologia da aula anterior, quando tratamos dos gêneros textuais, aqui também será apresentado o conceito e a estrutura dos gêneros literários, e, logo em seguida, sua classificação.

Obviamente, não podemos tratar de gêneros literários sem nos remetermos à literatura. Portanto, neste itinerário de reconhecimento dos gêneros, ficará claro como, através da literatura, são expressas as formas de ser, agir e pensar (da vida individual, de seres em conjunto e de coisas), de acordo com o que é concreto, hipotético, místico ou mítico. As formas de literatura revelam os gêneros, os mecanismos comunicativos de histórias, relatos, memórias, reportagens etc.

Os gêneros literários

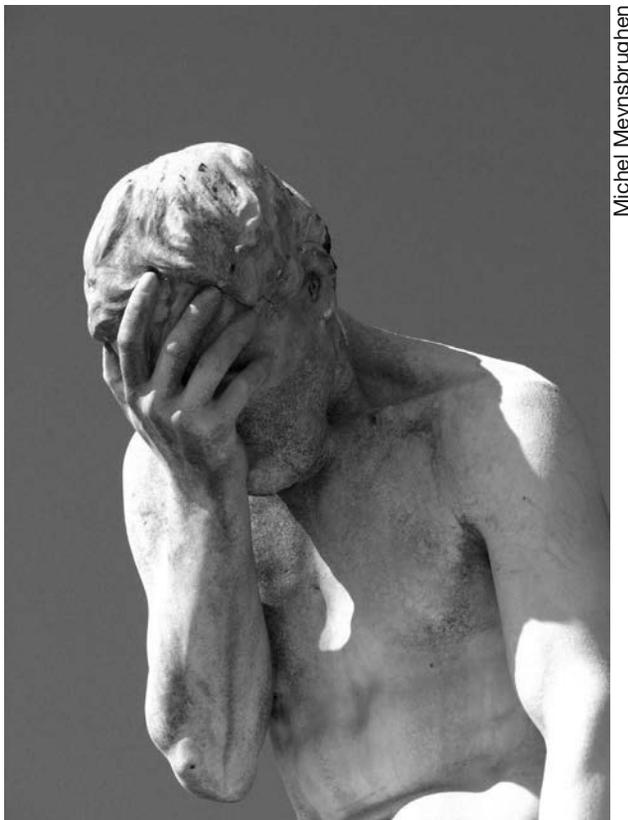


Figura 9.3: Desespero.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=776061>

Gêneros literários são grupos ou categorias que classificam as obras literárias. Os componentes que determinam um gênero literário são a técnica empregada, o tom, o conteúdo e a profundidade, apresentando o modo de ser, agir e pensar das personagens, das situações e dos contextos que retratam.

Os aspectos estruturais que diferenciam as obras literárias são tanto formais quanto substantivos, ou seja, o importante na classificação não é apenas a forma do texto, mas também como personagens, situações e ideias são retratadas.

Aprende-se o que são os gêneros literários através do entendimento sobre literatura. Vimos, na seção anterior, o conceito de literatura. Basicamente, esta corresponde a um uso estético da linguagem escrita compreendida enquanto expressão de linguagem verbal porque, por meio da fala, lançamos uma forma fundamental de comunicação.

Usar a escrita para dizer algo é um aperfeiçoamento do uso natural da fala. Desse modo, a literatura também é um atributo da natureza humana, pois resulta da atividade intelectual que só a humanidade detém. É por isso que só vemos animais escritores nos desenhos animados ou filmes de ficção.

Quando pensamos que a literatura é uma forma de expressão do ser humano, fica mais fácil perceber que os gêneros literários correspondem aos estilos de vida das pessoas e das situações possíveis – reais ou imaginadas.

Cada gênero literário corresponde a uma expressão simbólica de um indivíduo, grupo ou contexto. Por exemplo: o gênero épico guarda relação com a atitude épica dos seus personagens.

Na medida em que a literatura trata da vida real das pessoas, ela não reflete apenas uma imagem do que a própria sociedade é. Na maioria das vezes, uma obra literária apresenta como as pessoas vivem e se relacionam e uma ampla diversidade de como a sociedade funciona. Sem a pretensão de alcançar uma condição científica de especialista em tratar de um tema ou outro, a literatura – se tivermos em vista os romances – é capaz de revelar a realidade de forma muito mais real do que muitos livros de História.

A primeira referência aos gêneros literários advém da Grécia antiga. O filósofo Platão, no Livro II da *República*, distingue três grandes divisões dentro da poesia: a poesia **mimética** ou dramática, a poesia não mimética ou lírica e a poesia mista ou épica.

Mimético

Aquilo que tem talento para imitar, imitador. Surge da palavra mimese, que é a figura em que o orador imita outrem, na voz, estilo ou gestos, em discurso direto, ou ainda, a recriação da realidade na obra literária. A partir do Classicismo (século XV), a mimese foi o princípio que orientou os artistas quinhentistas e seiscentistas que acreditavam que a arte greco-latina possuía qualidade superior, devendo ser imitada.



Figura 9.4: *Papirus Oxyrhynchus*, com fragmentos da *República*, de Platão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:P_Oxy_LII_3679.jpg

Na *República*, Platão mostra que toda poesia é mimética, tornando evidente que o projeto platônico prevê a abolição dos gêneros literários que ele mesmo apresenta ou classifica, pois esse projeto pressupõe a captação da universalidade e da unidade da arte como um conceito puro, procurando saber o que há de absoluto em toda forma de arte e dando menor relevo aos aspectos múltiplos e diversos da mesma.

Universalidade refere-se ao caráter do que é universal, geral, total, ou considerado sob o seu aspecto de generalidade universal. Inclui ainda uma noção de completude universal, totalizante, e de

natureza ou índole do que se refere à humanidade ou se estende a todo o globo. A lógica da universalidade é de ter o caráter de uma proposição universal (HOUAISS, 2009).

Unidade é a qualidade ou o estado de ser um ou único, e que não pode ser dividido. Do mesmo modo reflete similitude, harmonia ou coerência com outros elementos da mesma espécie; concórdância, homogeneidade, igualdade, uniformidade.

A *Poética*, de Aristóteles, por sua vez, constitui a primeira reflexão profunda sobre a existência e caracterização de gêneros literários, tanto que permanece até os dias de hoje como fonte teórica da matéria.

Aristóteles estabelece as seguintes modalidades ou gêneros, de acordo com a mimese:

- meios diversos com que se realiza: a pintura, a música, a poesia, a tragédia, a comédia;
- objetos diversos: incidem sobre as pessoas que atuam, podendo ser virtuosas, melhores, piores, a média humana etc.;
- diversos modos: narrativo e dramático.

Aristóteles faz uma divisão entre poesia séria e poesia faceta, isto é, entre tragédia e comédia.

O assunto dos gêneros literários proliferou-se apenas no século XVI, quando a leitura da *Poética*, de Aristóteles, se tornou popular na Europa. E foi da bipartição aristotélica entre poesia dramática e poesia narrativa que se apresentou uma tripartição da poesia em dramática, épica e lírica. A exigência por classificar obras que não eram nem épicas, tampouco dramáticas, fez a era moderna criar o gênero lírico.

Contemporaneamente, são apresentados os seguintes gêneros literários:

- Lírico: seu nome vem de lira, instrumento musical que acompanhava os cantos dos gregos. Recebe esse nome por conta das poesias cantadas na Idade Média. Pode aparecer com ou sem métrica, em versos ou rima.

- Dramático: drama, em grego, significa ação. Pode aparecer em prosa ou poesia e compreende as seguintes modalidades: tragédia, comédia, tragicomédia e farsa.
- Narrativo: é também comumente chamado de narrativa de ficção. Há uma vastidão de subgêneros narrativos, como o romance, o conto, a fábula, a novela, entre outros.
- Épico: foi incorporado ao narrativo, e remonta à noção de *epopeia*, do grego *épos* (verso) + *poieô* (faço), e se trata da narrativa, em forma de versos, de um fato grandioso e maravilhoso que interessa a um povo (exemplos: *Ilíada*, *Odisseia*, *Eneida*, *Os Lusíadas*, *Caramuru* etc.).

Vamos saber mais sobre eles na próxima seção.



Otto Maria Carpeaux

Otto Karpfen, mais conhecido como Otto Maria Carpeaux, nasceu em Viena (Áustria) em 1900 e faleceu no Rio de Janeiro em 1978. Exerceu diversas atividades no campo literário, jornalístico e intelectual em geral. Veio ao Brasil, onde se naturalizou, fugindo do nazismo na Europa. Dotado de grande erudição, foi um dos principais intelectuais do país. Escreveu obras respeitadas mundialmente, como a *História da literatura ocidental*. Nessa imensa obra, dissecou todos os gêneros literários, narrando historicamente as origens, usos e transformações de cada um.

Para conhecer um pouco da personalidade de Carpeaux, acesse o *link*: <http://acervo.revistabula.com/posts/entrevistas/a-primeira-entrevista-no-brasil-de-otto-maria-carpeaux> e leia uma entrevista desse escritor austro-brasileiro.

Atividade 2

Atende ao Objetivo 2

Dentre as opções de gênero abaixo:

- (A) épico
- (B) lírico
- (C) dramático
- (D) narrativo
- (E) jornalístico

- a) Qual não é propriamente um gênero literário?
- b) Qual deles atualmente tem menor utilização pelos escritores, em parte pelos padrões culturais do leitor atual e, sobretudo, devido ao caráter obsoleto a que fica reduzida a abordagem de fatos e de personagens heroicos?

Respostas Comentadas

- a) Jornalístico (opção E). Trata-se de um subgênero literário, uma forma de narrar algo.
- b) Épico (opção A). A justificativa consta na própria pergunta, ou seja, o gênero é pouco utilizado em função dos padrões culturais do leitor contemporâneo e, sobretudo, pelo caráter obsoleto a que fica reduzida a abordagem de fatos e de personagens heroicos.

Os gêneros e subgêneros literários

Agora que você já foi apresentado aos gêneros literários na seção anterior, vamos conhecê-los com mais detalhes, assim como seus subgêneros.

Tabela 9.1: Gêneros literários

Gênero	Descrição
Lírico	Cultiva a combinação de palavras, aliteraões e rimas. Foi da lírica que surgiu a métrica e a musicalidade na poesia, ainda na Grécia antiga. O centro é o eu lírico, suas emoções, sentimentos, e o estado da alma da personagem. Apesar de predominar na poesia, nem toda poesia pertence ao gênero lírico. Há uma série de formas ou subgêneros da lírica, sendo o soneto o mais conhecido.
Dramático	Refere-se a um dos três gêneros literários classificados por Aristóteles, tendo o diálogo como forma de linguagem. Caracteriza-se pela ênfase na ação, sem a interferência do narrador. A ação, movida a partir de um conflito, transcorre diante do espectador como se estivesse acontecendo pela primeira vez. Também atinge intensidade emocional, como o gênero lírico. Basicamente, quando se fala em drama, vem à tona a noção de teatro. Na Grécia antiga, o gênero dramático surgiu de encenações em cultos às divindades gregas. Inicialmente, os dois únicos tipos de peças teatrais eram a tragédia e a comédia. E, até os dias de hoje, essas peças fazem sucesso.
Épico	Esse gênero integrou-se ao narrativo. Procura relatar, em versos, uma ação heroica, algo que é relativo ou próprio de epopeia ou de herói. <i>Epos</i> , em grego, significa verso. Trata-se de uma narrativa em versos a respeito de um episódio ou percurso heroico de uma personagem ou um povo. Sua estrutura apresenta o narrador (que conta a história para o público), a história (os fatos acontecidos), as personagens (sobre as quais os fatos acontecem), o tempo (em geral, é o passado) e o espaço (local em que se dá a ação das personagens). É bastante comum a presença de figuras fantásticas nesse gênero, que ajudam ou atrapalham o curso de ação das personagens.
Narrativo	Forma de prosa literária (conto, novela, romance etc.), caracterizada pela presença de personagens inseridas em situações imaginárias. Esse gênero de narração real ou fictício foi o único não conhecido na Grécia antiga, mas teve origem no gênero épico, tendo apresentado concepções de prosa com características diferentes, que promoveu uma proliferação de subgêneros narrativos: romance, novela, conto, crônica, fábula etc. O que os torna semelhantes é uma estrutura comum que compreende a resposta às questões: quem? o quê? quando? onde? por quê? O gênero narrativo conta com um narrador, um tempo em que é retratado, um espaço, um enredo ou trama através da qual há início, desenvolvimento, clímax e desfecho para a história. As personagens levam o nome de protagonistas, sendo pessoas, animais ou objetos inanimados (como nas fábulas).

Nas tabelas a seguir, você verá uma lista com os principais subgêneros de cada gênero, bem como alguns exemplos.

Tabela 9.2: Subgêneros líricos

Poesia	É o subgênero mais abrangente, composição em versos (livres e/ou providos de rima), geralmente com associações harmoniosas de palavras, ritmos e imagens.
Ode e hino	Ambos derivam do grego e significam “canto”. Mas a Ode é uma poesia que exalta algo e o hino glorifica a pátria ou a religião.
Sátira	Na literatura latina, composição livre e irônica contra instituições, costumes e ideias da época.
Epitalâmio	Hino nupcial, canto ou poema composto para celebrar um casamento.
Soneto	Pequena composição poética formada por 14 versos, com número variável de sílabas, sendo o mais frequente o decassílabo, e cujo último verso (dito chave de ouro) concentra em si a ideia principal do poema, ou deve encerrá-lo de maneira a encantar ou surpreender o leitor.
Canção	Poema admirativo que expressa emoção ou sentimento.
Elegia	Tem origem grega e significa canto triste, é uma poesia que expressa sentimentos tristes ou morte.
Idílio e écloa	São poemas breves com temática pastoril. A écloa, na maioria das vezes, apresenta diálogo.
Haikai	É a forma de poesia japonesa surgida no século XVI e ainda hoje em voga, composta de três versos, com cinco, sete e cinco sílabas, que normalmente tem como tema a natureza ou as estações do ano.

Exemplos de subgêneros líricos:

Primeira parte da elegia de Fagundes Varela (1841-1875) “Cântico do calvário”, que trata da perda de seu filho, ainda pequenino. Essa é uma elegia em versos brancos (sem rima), que representa o sofrimento paterno, e antecipa uma linguagem poética simbólica.

Cântico do calvário (primeira parte):

Eras na vida a pomba predileta
Que sobre um mar de angústias conduzia
O ramo da esperança. – Eras a estrela
Que entre as névoas do inverno cintilava
Apontando o caminho ao pegureiro*.
Eras a messe* de um dourado estio*.
Eras o idílio* de um amor sublime.
Eras a glória, – a inspiração, - a pátria,
O porvir de teu pai! – Ah! no entanto,
Pomba, – varou-te a flecha do destino!
Astro, – engoliu-te o temporal do norte!
Teto – caíste! – Crença, já não vives!
Correi, correi, oh! lágrimas saudosas,
Legado acerbo* da ventura extinta,
Dúbios archotes que a tremer clareiam
A lousa* fria de um sonhar que é morto!

Glossário:

pegureiro: pastor de rebanhos;

messe: colheita;

estio: verão;

idílio: amor poético;

acerbo: amargo;

lousa: pedra que cobre a sepultura.

Um haicai do poeta paranaense Paulo Leminski:

viver é super difícil
o mais fundo
está sempre na superfície

Tabela 9.3: Subgêneros dramáticos

Tragédia	Na antiga Grécia, era a peça em verso, em que figuravam personagens ilustres ou heroicas diante de um destino invencível, cuja razão eles não sabiam propriamente. Até os dias de hoje, representa aquele subgênero dramático, geralmente em verso, cuja ação termina de ordinário por acontecimentos fatais. Eis os nomes de alguns dos autores da época e de suas obras: Sófocles (<i>Édipo rei</i> , <i>Electra</i> , entre outras); Ésquilo (<i>Prometeu acorrentado</i>), Eurípidés (<i>Medeia</i>).
Comédia	Obra que apresenta maioria de cenas e situações humorísticas e/ou festivas. Aristófanes era conhecido como o maior representante da comédia grega.
Melodrama	Peça que envolve aspectos sentimentais, patéticos, de forma exagerada, a fim de provocar fortes emoções no público.
Tragicomédia	É a mescla de elementos trágicos e cômicos, havendo lugar para sarcasmos e paródias.
Farsa	Estrutura e trama estão baseadas em situações nas quais as personagens se comportam de maneira extravagante e estranha, mantendo apenas uma quota de credibilidade para poderem agir de modo enganoso.

Exemplos de subgêneros dramáticos:



Bruno Motta

Figura 9.5: Comédia *stand-up* sendo apresentada por José Vasconcellos e Bruno Motta.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: BrunoZ%C3%A9A903pq.jpg>

A comédia *stand-up* é um tipo recente de comédia no teatro.

Tabela 9.4: Subgêneros narrativos

Romance	Obra narrativa, em prosa mais ou menos longa, na qual se narram fatos imaginários, às vezes inspirados em histórias reais, cujo centro de interesse pode estar no relato de aventuras, no estudo de costumes ou tipos psicológicos, na crítica social etc.
Fábula	É a composição literária breve cujas personagens quase sempre são animais com características humanas no falar. Essas histórias incluem um ensinamento moral de caráter instrutivo que costuma figurar no final do texto, de modo que possua um objetivo misto: ser algo narrável e didático.
Conto	Narrativa concisa, baseada ou não em feitos reais, inspirada ou não em escritos anteriores ou lendas, cuja trama é protagonizada por poucas personagens, com argumentos sintéticos para cada um, sem muitas divagações.
Crônica	Subgênero brasileiro por excelência, que se refere à compilação de fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão no tempo. Originalmente a crônica limitava-se a relatos verídicos e nobres; a partir do século XIX, passou a refletir com maior frequência a vida social, a política, os costumes, o cotidiano etc., de modo bastante dinâmico e reflexivo.
Ensaio	Prosa livre que versa sobre tema específico, sem esgotá-lo, reunindo dissertações menores, menos definitivas que as de um tratado formal, feito em profundidade.
Novela	Obra literária que narra ações fingidas no todo ou em parte, e cujo foco é causar prazer estético aos leitores com a descrição ou pintura de sucessos, fracassos ou situações interessantes e chamativas, assim como de caracteres, paixões e costumes. As novelas televisivas são feitas a partir dos textos escritos no formato homônimo.
Épica	Refere-se às façanhas de um ou mais heróis e às lutas reais ou imaginárias de que participa(m). Tradicionalmente é narrada em versos, como na forma de poemas épicos, cuja finalidade é a exaltação ou o engrandecimento de um povo.
Epopéia	Trata das façanhas que se deram em um período passado. Contém caráter mítico, sendo suas personagens deuses e seres mitológicos. Dentre as epopeias mais importantes, estão a Ilíada e a Odisseia , de Homero, escritas na Grécia antiga.

Ilíada

Retrata a história do último ano da Guerra de Troia, ocorrida entre gregos e troianos.

Odisseia

Apresenta o retorno dos gregos que haviam ocupado Troia à Grécia. A personagem principal é Ulisses, que, ao longo da viagem, atravessa aventuras e enfrenta personagens da mitologia grega.

Exemplos de subgêneros narrativos:

- Crônica

Ao voltar do lago onde estivera brincando com nossos netos, meu marido notou que seus óculos haviam caído do bolso. Enquanto ele os procurava na margem do lago, uma mulher perguntou-lhe se tinha perdido os óculos. Aliviado, meu marido disse que sim. Ela então contou-lhe que uma menina os encontrara e os levava para o pai. Infelizmente, o pai dissera: “Torne a colocá-los no lugar onde os encontrou”. E ela os jogou de volta ao lago (ROLLINGS, 2003, p. 52).

- Novela



Figura 9.6: Slogan da telenovela *O bem-amado*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Serie_bem_amado.jpg.

Produzida em 1973, com 178 episódios, *O bem-amado* foi a primeira telenovela transmitida em cores pela Rede Globo e tornou-se uma das mais bem-sucedidas da história da televisão brasileira.

Os subgêneros didáticos, listados na **Tabela 9.5**, não pertencem a nenhum dos gêneros citados (lírico, dramático, narrativo e épico).

Tabela 9.5: Subgêneros didáticos

Discurso	Peça de oratória, geralmente para ser proferida em público, ou escrita como se fosse para esse fim; sermão, oração. Utilizada na prática forense, em festividades, no parlamento, no pregão, em arengas etc.
Biografia	Trata-se de narração dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem, ou seja, este subgênero apresenta o relato da aventura biográfica de uma pessoa ou de uma personagem.
Epístola ou carta	Epístola é a composição poética em verso ou prosa de temática variada, composta em feitiço de carta. Esta, por sua vez, corresponde à mensagem, manuscrita ou impressa, para uma pessoa ou uma organização a fim de comunicar-lhe algo.
Tratado científico ou filosófico	Obra que expõe de forma didática um ou vários assuntos a respeito de uma ciência, arte, tema filosófico etc.

Arenga

Discussão alterada; alteração, disputa.

Exemplo de subgênero didático:

- Carta

Carta aberta aos candidatos de outubro

Senhores candidatos,

Se Vossas Senhorias estão concorrendo a um cargo eletivo na esperança de conseguir um bom emprego, sigam o meu conselho: desistam. Bom emprego consegue-se com esforço e talento, através de concursos e outros meios similares, mas não através das urnas. Se seu desejo é servir ao próximo, então seja um bom gari, um bom dentista, professor, médico, comerciante, industrial ou o que julgar conveniente.

Agora, se a sua vontade de ajudar o próximo for maior do que isso, então, faça o seguinte: vá varrer a sacristia da igreja de seu bairro, vá contar histórias aos doentes no hospital, vá levantar fundos num bingo para reconstruir a casa da velhinha desvalida ou até mesmo ajudar a gerir a coisa pública no Conselho Municipal – *como antes era denominada a Câmara de Vereadores* – ou no Paço Municipal – *como também já foi denominada a Prefeitura*. Mas vá de graça, que isso não seja ato para ser cobrado.

Sabe o que que é, senhores candidatos? É que política não é emprego, política não é profissão. Política é missão. Política é doação sem recebimento. Política é uma ação social. É como ajudar

velhinho a atravessar a rua. Ninguém vai se achar no direito de cobrar alguma coisa por isso, vai?

Mais que isso. Político tem que ser honesto e competente. Um desses requisitos de pouco adianta sem o outro. Não basta só honestidade, há de haver competência. Como já disse Gregório de Matos, há três séculos sobre os homens públicos: “*Muitos não sabem governar sua cozinha e querem governar cabana e vinha*”.

Por essas e por outras é que o povo não suporta mais ver homens e mulheres candidatos e candidatas dizendo uma coisa – *durante a campanha* – e fazendo outra – *depois de eleitos*. Antes, humildes, educados, elegantes e sinceros; depois, arrogantes, mal-educados, torpes e ladrões.

Isso é repudiante. Por essa razão é que todo mundo põe todos os políticos na mesma conta.

Embora as normas da boa elegância e estilo mandem empregar eufemismos para abrandar situações torpes, é impossível ao povo adotar esses caprichos tal a gravidade da situação.

O que está claro, então, para o povo é que político virou sinônimo de ladrão. Pior é que o povo não aceita ressalvas. Daí as frases mais recorrentes: “*Eles são todos iguais*”, “*É tudo farinha do mesmo saco*”.

Há, sim, exagero nessas afirmações. Afinal, de norte a sul do país, há poucos, mas belos exemplos de homens públicos, acima de qualquer suspeita. Não vamos fulanizar para não dar munição aos maledicentes e também para não pecar pela omissão, mas que eles existem, existem! Infelizmente, eles são raras exceções, e não regra.

Senhores candidatos, entendam, de uma vez por todas, que política não é emprego, política não é meio de sobrevivência, política não é lugar de favorecimentos. Ou ainda: política não é lugar para bandoleiros que, à noite, roubam no jogo e, durante o dia, assaltam os vilarejos por onde passam ou saqueiam espetacularmente os comboios do trem pagador.

E mais, senhores, político não tem que ser homenageado em nome de ruas, em placas de edificações e nem em monumentos públicos. Afinal, se fez, não fez mais do que a obrigação. Até porque foi eleito e pago para fazer. Se não fez, o que tem a fazer é explicar por que não fez e dizer o que fez com o lastro dos cofres públicos.

Senhores políticos, não estamos mais nos tempos dos coronéis e nem no tempo das velhas ditaduras. Ao povo, portanto, é que todos os que foram eleitos, ao povo é que todos que ocupam um cargo público, mesmo que por nomeação ou concurso, devem

dar satisfação. Afinal, não é o cidadão que está para o Estado e, sim, o Estado que está para o cidadão.

Para ser mais claro: senhor candidato, se fores eleito por via democrática, não vos porteis como ditador.

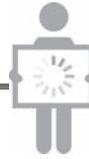
Em resumo: a procuração dada pelo eleitor no ato do sufrágio não dá ao portador o direito de roubar, não dá ao portador o direito de saquear, não dá o direito de conceder favores a si ou a terceiros, não dá direito a tomar café com creme nos bistrôs de Paris, não dá direito a férias curtas ou prolongadas nas arábias para tirar fotografias em cima de camelos, perto das Pirâmides, para depois mostrá-las aos netos. Enfim, essa procuração não confere permissão para qualquer tipo de atitude ou uso do dinheiro de todos para favorecimento de alguns.

Por ser verdade, abaixo, eu, eleitor, revoltado por ver tantos canastrões no poder; revoltado por escutar tantas denúncias de falcatruas praticadas por homens públicos; revoltado por ver o descaso com a coisa pública e, consciente do que seja Democracia, passo procuração para o Cidadão X, outorgando-lhe, pelo período de quatro anos, o direito de, em meu nome, receber valores, contabilizar valores, pagar valores e executar obras públicas. Fica o mesmo obrigado a pôr-me a par do que se passa, fazendo, para tanto, prestação mensal detalhada do ativo e passivo desta empresa chamada Município, da qual sou acionista com direito a voto desde que completei maioridade e sócio desde o momento em que nasci.

Por ser verdade, subscrevo-me.

O voto que agora ponho na urna é a minha assinatura.

Fonte: Texto produzido pelo professor Nicácio Tiago Machado.



Sugestão de filme: *O silêncio dos inocentes*.

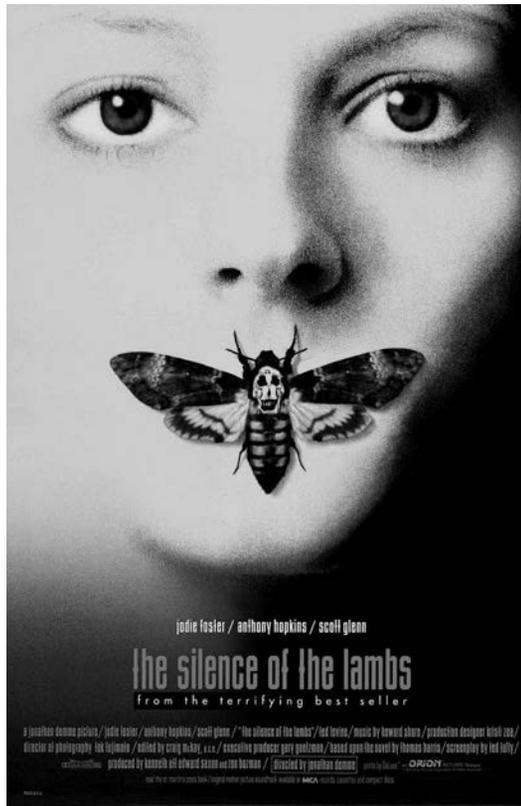


Figura 9.7: Cartaz do filme *O silêncio dos inocentes* (Estados Unidos, 1991, cor, 118min., direção Jonathan Demme).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Silence_of_the_lambs.png

Trata-se de uma das obras-primas do cinema norte-americano, e um caso raro de expressão cinematográfica que supera a expressão literária. Acontece que o romance homônimo de 1988, escrito por Thomas Harris, não chega à superioridade artística do filme. Normalmente nenhum filme consegue ser melhor que a obra literária original, mas, nesse caso, o diretor incorporou novos elementos e o filme tornou-se primoroso.



Figura 9.9: Lista de checagem.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1277878>



Figura 9.10: Cheque.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/754431>

4. A respeito do quadrinho do Zé Caipora, mostrado na questão 1, por mais que seja difícil ou quase impossível ler o que está escrito, cabe pensar em uma história para o nosso Zé Caipora. Portanto, se fôssemos expressar a mesma história a partir de outro subgênero literário, quais, entre os quatro seguintes – fábula, crônica, novela e epopeia –, não poderiam ser utilizados?

5. Leia o poema abaixo e responda: a qual gênero e subgênero o texto se refere?

Amor é fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói e não se sente;
é um contentamento descontente;
é dor que desatina sem doer.

é um querer mais que bem-querer;
é solitário andar por entre a gente;
é um não contentar-se de contente;
é cuidar que se ganha em se perder.

É um estar-se preso por vontade,
é servir a quem vence o vencedor,
é ter com quem nos mata lealdade.

Mas como causar pode o seu favor
nos mortais corações conformidade,
sendo a si tão contrário o mesmo Amor?

(CAMÕES, Luís Vaz de (1524-1580)).

6. O poeta Luís de Camões, citado na questão 3, é o autor da obra *Os Lusíadas*, concluída em 1556, e publicada em 1572, composta de dez cantos e 1.102 estrofes. Nela, Camões trata da descoberta do caminho marítimo para a Índia pelo navegador português Vasco da Gama, e é em torno dele que episódios da história de Portugal e da glória do povo português vão se destrinchando. Com essas informações, arrisque responder o gênero literário a que *Os Lusíadas* pertence.

Respostas Comentadas

1. A resposta correta é a primeira figura, que corresponde à história em quadrinhos. O subgênero literário, apesar de contar com um diálogo quase ininterrupto, se fosse apresentado sem os desenhos, careceria de uma descrição do cenário e outros elementos. Nesse sentido, encaixa-se no gênero literário narrativo. As demais figuras (lista de checagem e cheque) não são textos literários, devido à forma e ao conteúdo. Ambos são gêneros textuais técnicos, utilitários e não voltados ao relato de uma história – como normalmente acontece com o campo literário.
2. Fábula e epopeia. Se você reler o conceito de cada um desses subgêneros literários, logo poderá perceber como a história narrada no quadrinho sobre o Zé Caipora não pode ser uma fábula – por ser bastante concreta e representar o cotidiano, tampouco poderia ser uma epopeia, pois a personagem não é nenhum ser extraordinário.
3. O poema de Camões é um soneto (subgênero) e expressa os sentimentos de um eu lírico, contando com rimas e aliterações.
4. *Os Lusíadas* pertence ao gênero épico e foi escrito em versos. A exaltação do povo, a narração de uma longa aventura e demais detalhes da obra a colocam dentro das características fundamentais desse gênero.



Atividade Final

Estudantes brasileiros ficam bem abaixo de média mundial no ranking de leitura.

Os estudantes brasileiros ficaram em 51º lugar no ranking de leitura entre 65 países, segundo indica uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgada nesta terça-feira.

Segundo o levantamento, realizado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) da OCDE, o Brasil obteve um resultado de 412 pontos, semelhante aos registrados por Trinidad

e Tobago (416), Colômbia (413) e Montenegro (408) (FERNANDES, 2010).

Utilize os argumentos sobre a importância da leitura e do conhecimento literário que foram tratados nesta aula e, com base na matéria jornalística citada, escreva uma carta ao Ministro da Educação, apontando a gravidade da situação da leitura no Brasil.

Resposta Comentada

Para este exercício, é preciso contar com a criatividade e respeito ao conceito de carta ou epístola. Um recurso que você pode utilizar é a “Carta aberta aos candidatos de outubro”, que foi transcrita nesta aula. A exigência é que sejam incorporados os dados apresentados na matéria de jornal e alguns argumentos tratados ao longo da aula sobre a importância da leitura e da formação cultural a partir da literatura, que tem como requisito elementar justamente o ato de ler.

Resumo

A base cultural de uma nação está na literatura, que é capaz de tratar de temas universais, ao mesmo tempo em que reflete a linguagem corrente de um povo, em uma dada época.

Em latim, *litteratura* significa instrução, saber relativo à arte de escrever e ler, ou ainda gramática, alfabeto, erudição etc. Literatura pode ser pensada como a manifestação ou o próprio resultado, tanto quanto o produto, de uma função fundamental das relações humanas e do processo de conhecimento humano: a linguagem verbal.

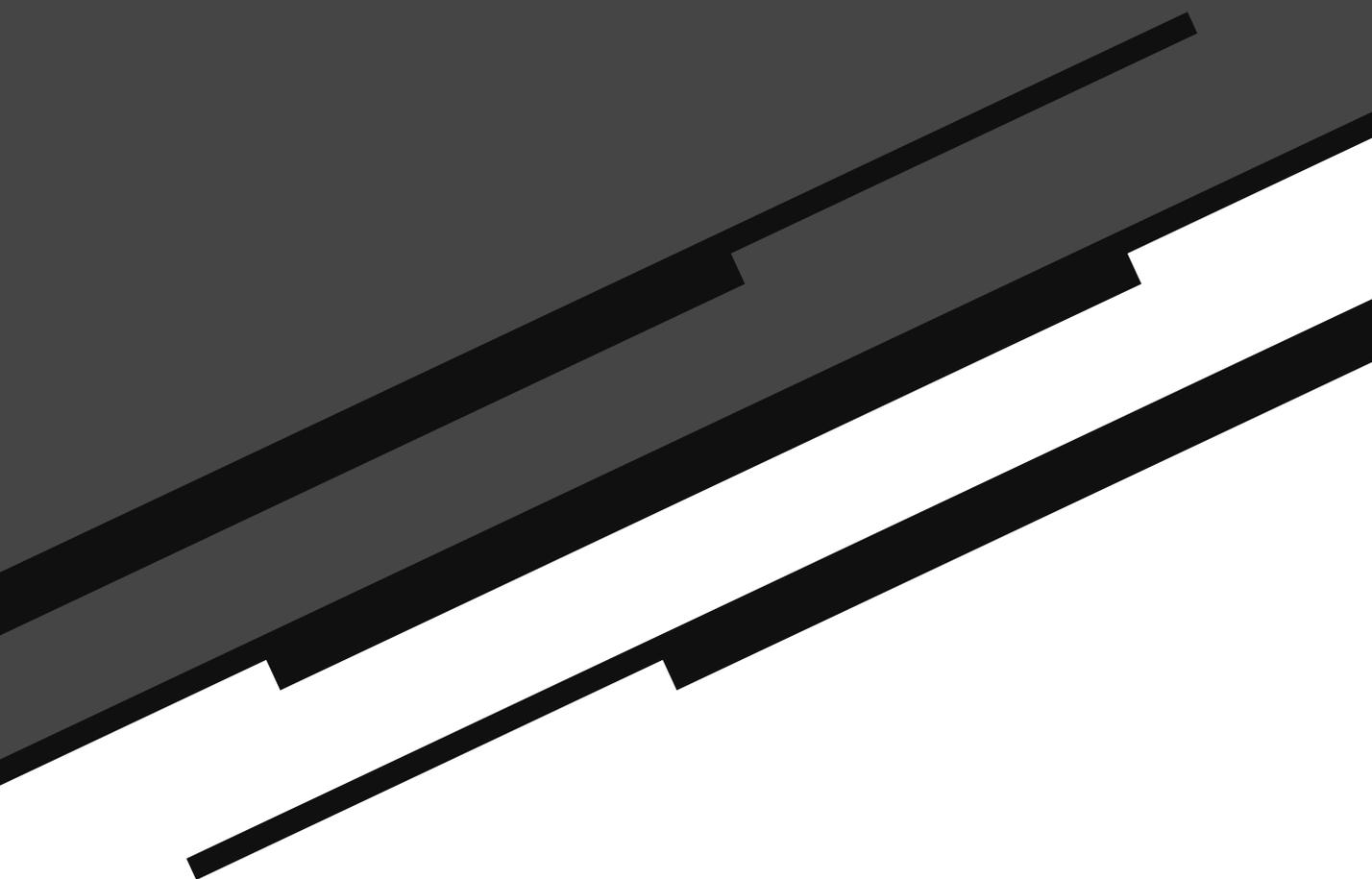
Gêneros literários são os grupos ou categorias usados para classificar as obras literárias. Os componentes que determinam um gênero literário são a técnica empregada, o tom, o conteúdo e a profundidade. Os gêneros são divididos conforme o modo de ser, agir e pensar das personagens ou do contexto que retratam.

Contemporaneamente, são apresentados os seguintes gêneros literários: lírico, dramático e narrativo. O gênero épico foi incorporado a este último.

Exemplos de gêneros literários:

- lírico: a poesia, o hino, a sátira, o idílio, o haicai, o soneto;
- dramático: a comédia, a tragédia, o melodrama, a tragicomédia, a farsa;
- narrativo: o romance, a novela, a fábula, o conto, a crônica, a épica, a epopeia.

Referências



Aula 1

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ARRUDA, F. E. C. Da hystoria da orthografia da lingoa portugueza. *Língua Portuguesa*, São Paulo, n. 39, p. 42-47, 13 dez. 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Linguística*. 8. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986.

VOGT, Carlos. O dizer e o fazer da linguagem ou: façam o que eu digo, mas não digam o que eu faço. In: *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Aula 2

BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1971.

BENJAMIN, Walter. Guarda-livros juramentado. In: *Obras escolhidas: rua de mão única*. v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/site/cafeliterario/a-biblioteca-de-babel-jorge-luis-borges/>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. O livro. In: *Cinco visões pessoais*. Brasília: UNB, 1985.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

FAULSTICH, Enilde L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LANGACKER, R. *A linguagem e sua estrutura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

MICHALZENCHEN, Ilceia. *Como o registro escrito e o registro oral se apresentam na obra Nineteen eighty-four e sua importância para o resgate da memória cultural*. 2005. 35 f. Monografia (Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas)–Centro Federal de Educação Tecnológica, Curitiba, 2005.

ORWELL, George. *Nineteen eighty-four*. London: Secker & Warburg, 1955.

Aula 3

CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: *Literatura e sociedade*. Disponível em: <http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

COSTA, Ricardo Ramos. Aspectos da narrativa indiciária no conto “O homem das multidões”, de Edgar Allan Poe. *Revista e-scrita*, Nilópolis, v. 4, n. 3, maio-ago. 1998. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/view/847/pdf_82>. Acesso em: 28 maio 2014.

MUSA, Alberto. 30 mandamentos para ser leitor, escritor e crítico. *Entre livros*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/entrelivros/reportagens/decalogo_do_leitor_imprimir.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade*. Niterói: EdUFF, 1999.

POE, Edgar A. O homem da multidão. Disponível em: <http://www.bestiario.com.br/12_arquivos/O%20Homem%20da%20Multidao.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

VIGNA, Ricardo. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. *Sítio da leitura*, Rio de Janeiro, 13 abr. 2012. Resenha. Disponível em: <http://www.catedra.pucRio.br/portal/sitiodaleitura/pesquisa/biblioteca_tematica/conteudo/?/787/html%22>. Acesso em: 5 dez. 2013.

Aula 4

ALLIENDE, Felipe; CONDEMARIN, Mabel. *Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed, 1987.

ELIAS, Vanda Maria; KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LENCASTRE, Leonor. *Leitura: a compreensão de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VOTRE, Sebastião Josué; PEREIRA, Vinícius Carvalho. *Redação de textos acadêmicos*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2011.

Aula 5

AZEREDO, José Carlos de. A palavra e suas classes. *Idioma* (UERJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 6-13, 2001. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/21/idioma21_a01.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

CADA COISA... *Língua Portuguesa*, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/0/cada-coisa-em-seu-lugar-253973-1.asp>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

DUARTE, V. M. do N. A estruturação do parágrafo. Disponível em: <<http://www.portugues.com.br/redacao/a-estruturacao-para-grafo-.html>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

FAULSTICH, Enilde L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MISSE, Michel (Coord.); GRILLO, Carolina; TEIXEIRA, César; NERI, Natasha Elbas. *Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

NUNES, Amaro V.; LEITE, Roberto A. S. *Comunicação e expressão em língua nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.

STARLING, José Nogueira; NASCIMENTO, Milton do; MOREIRA, Samuel. *Língua portuguesa: teoria e prática*. Belo Horizonte: Vigília, 1978.

Aula 6

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Mimeografado.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, mar./maio 2002, p. 166-182. Originalmente publicado em: STEVICK, P. (Org.). *The theory of the novel*. Nova York: Free Press, 1967.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1985, p. 25-70.

OLIVEIRA, Francine. A narrativa e a experiência em Walter Benjamin. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES LUSÓFONAS DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 8, 2008, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008. Disponível em: <conferencias.uluso-fona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/61/37>. Acesso em: 17 jul. 2014.

TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991, Tese (Doutorado em Linguística)–Unversidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

Aula 7

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcelo. *Gramática-texto: análise e construção de sentido*. Ilustrações de Eloar Guazzelli. São Paulo: Moderna, 2006, 608 p.

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *A arte de ler*. Tradução de José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 4 jun. 2014.

- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 3 ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2010.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. São Paulo: Global, 2003.
- _____. *Locuções tradicionais no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- CASTRO, Ruy. Pessoas dentro da farda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2014. Opinião, p. 2.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GUALDA, Luiz Fernando. *O novo acordo ortográfico: mudanças e permanências ortográficas no português (de acordo com o VOLP)*. Niterói: Livraria Panorama, 2009.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KONDER, Leandro. A dialética radical do poeta Ivan Junqueira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2004/mes/01/konder-junqueira.html>>. Acesso em: 16 set. 2014.
- LARA, Gláucia Muniz Proença (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- LIMA, Roberto Kant de. Antropologia jurídica. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Informação, política de segurança pública e sentimento de (in)segurança. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2002001.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014.
- SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Aula 8

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *A arte de ler*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete; ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 3. ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1990.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LARA, Gláucia Muniz Proença (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

VICENTE, Jacqueline Gomes. *A elaboração de apostilas para a aula de leitura em inglês: um estudo de caso*. 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/15194/15194_3.PDF>. Acesso em: 18 jul. 2014.

Aula 9

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *A arte de ler*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete; ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 3. ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2010.

FERNANDES, D. Para OCDE, alunos do Brasil têm leitura semelhante à de Trinidad e Tobago, *BBC Brasil*, Brasília, dez. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101207_ocde_leitura_rp.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2014.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1990.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LARA, Gláucia Muniz Proença (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

ROLLINGS, Carolyn. Flagrantes da vida real. *Seleções*, jun. 2003, p. 52.

ISBN 978-85-7648-962-7



9 788576 489627



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade
Federal
Fluminense



UFRRJ



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA